

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

LETÍCIA TERRA PEREIRA

**A EXPANSÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS
ENFRENTADOS PELAS ASSISTENTES SOCIAIS DOCENTES**

FRANCA

2018

LETÍCIA TERRA PEREIRA

**A EXPANSÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS
ENFRENTADOS PELAS ASSISTENTES SOCIAIS DOCENTES**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Formação e Prática Profissional

Orientadora: Profa. Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

FRANCA

2018

Pereira, Letícia Terra.

A expansão dos cursos de serviço social e os desafios enfrentados pelas assistentes sociais docentes / Letícia Terra Pereira.

– Franca : [s.n.], 2018.

208 f.

Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Cirlene Ap. Hilário da Silva Oliveira.

1. Ensino superior. 2. Serviço social - Estudo e ensino.
3. Professores universitários. I. Título.

CDD – 378.007

LETÍCIA TERRA PEREIRA

**A EXPANSÃO DOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL E OS DESAFIOS
ENFRENTADOS PELAS ASSISTENTES SOCIAIS DOCENTES**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Formação e Prática Profissional.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Dra. Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

1ª Examinadora: _____
Dra. Larissa Dahmer Pereira - UFF

2ª Examinadora: _____
Dra. Lucimara Perpétua dos Santos Benatti - UNILAGO

3ª Examinadora: _____
Dra. Adriana Giaqueto Jacinto – FCHS/Unesp

4ª Examinadora: _____
Dra. Eliana Bolorino Canteiro Martins - FCHS/Unesp

Franca, 12 de março de 2018.

Aos meus amados pais, Jademir e Maria Inês

Ao Caio, meu esposo e companheiro de vida

À doce e meiga Ana, minha filha amada

Aos meus queridos irmãos, Gabriel e João Marcos

AGRADECIMENTOS

É muito bom chegar até aqui e perceber que os últimos cinco anos da minha vida, foram os mais intensos que já vivi.

Muito me alegro ao final desse processo, perceber que o ingresso no Doutorado me possibilitou aproximar de determinadas pessoas e viver experiências únicas, que me enriqueceram tanto pessoal como profissionalmente.

Muito me alegro também dizer que essa tese é fruto de um trabalho verdadeiramente coletivo, construído com a contribuição direta e indireta de muitas pessoas, as quais serei eternamente grata. Por isso, agradeço.

Aos meus pais Jademir e Maria Inês, por quem sou, pelo amor incondicional, por se dividirem entre Piumhi e Franca para me ajudarem na correção da tese, nos cuidados com a minha filha e em tantas outras atividades da vida cotidiana.

Ao Caio, meu companheiro, esposo e amigo, que está sempre ao meu lado, me fortalecendo, me auxiliando e compreendendo minhas aflições acadêmicas e pessoais de forma tão serena e carinhosa: “Calma Lezinha, vai dar tudo certo!”

À minha filha Ana, por me mostrar que sou mais forte do que eu imaginava, por me permitir sentir o maior amor da vida, por me acalmar com o seu sorriso, por trazer luz e amor para as nossas vidas.

Aos meus irmãos e companheiros, os quais tanto me fortalecem: Gabriel, pela sua amizade e por ser o exemplo que tento seguir desde que nasci; e João Marcos, pelo seu amor e companhia de todos os dias.

À minha orientadora Cirlene, pelo carinho, acolhimento e confiança ao longo de todo esse processo.

Às professoras e aos professores, que compartilharam seus conhecimentos.

Às amigas e amigos que trilharam esse caminho ao meu lado.

Aos funcionários e funcionárias da Unesp.

Às referências que utilizei ao longo da pesquisa.

À professora Dra. Eliana Bolorino, por me permitir acompanhá-la na realização do estágio de docência e pelas contribuições no exame geral de qualificação.

À professora Dra. Larissa Dahmer Pereira (UFF), integrante da banca de qualificação e uma das maiores referências da presente tese, pelas valiosas considerações.

Às participantes da pesquisa, por aceitarem tão prontamente o convite e por compartilharem seus conhecimentos.

Aos discentes que cursaram o quarto ano nos cursos de Serviço Social e Relações Internacionais da Unesp, no ano de 2013, que contribuíram sobremaneira para a minha experiência docente.

Às discentes do curso de Serviço Social da Unifeb, nos anos de 2015 e 2016, as quais também contribuíram muito na construção da minha experiência enquanto docente.

Às minhas companheiras e aos meus companheiros da ABEPSS na gestão “Ousadia e Sonhos em Tempos de Resistência”, especialmente às professoras Raquel Sant’Ana (pelo conhecimento compartilhado), Edvânia (se hoje sou assistente social docente foi pelas suas ponderações no meu exame geral de qualificação ainda no mestrado, em 2011), Patrícia Mustafa, Onilda do Carmo e a Anita Pereira, pelo acolhimento respeitoso e carinhoso no período em que estivemos juntas na diretoria nacional da entidade.

Aos meus companheiros do “Luz e Amor” e do “Allan Kardec”, pela oportunidade do trabalho e por contribuírem para o meu equilíbrio espiritual.

Às minhas companheiras de trabalho nos Centro de Atenção Psicossocial – II e Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas, ambos do município de Piumhi-MG.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo apoio financeiro na realização da presente pesquisa.

E por fim, quero agradecer imensamente as pessoas que me auxiliaram muito na fase final de elaboração da tese, na transcrição das entrevistas: minha mãe, minha amada tia Zezé, meu esposo e meu irmão João Marcos. Agradeço também à minha prima Luíza, que elaborou os mapas com as informações que colhi na pesquisa, ao meu pai e ao meu esposo por me auxiliarem na conferência das informações que colhi na consulta ao site do e-MEC. À minha mãe pela leitura atenta não só da tese, mas de todos os artigos e trabalhos que escrevi durante esses anos. Além deles, contei com uma carinhosa rede de apoio, que me auxiliou nos cuidados com a minha filha: meu pai, minha mãe, minha sogra Marilze, minha tia Bel, meu irmão João Marcos e meu esposo Caio.

Sem vocês, eu jamais conseguiria concluir esse trabalho, por isso, muito obrigada!

PEREIRA, Letícia Terra. **A expansão dos cursos de Serviço Social e os desafios enfrentados pelas assistentes sociais docentes**. 2018. 208 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo geral analisar os impactos da precarização no mundo do trabalho no trabalho profissional do assistentes sociais docentes, no Brasil. E dentro desse cenário, estudar a ampliação do número de cursos de Serviço Social no Brasil; identificar os assistentes sociais docentes nos cursos de Serviço Social de Instituições de Ensino Superior (IES) do estado de São Paulo, que pertençam às categorias administrativas: pública federal, pública estadual, pública municipal, privada sem fins lucrativos e privada com fins lucrativos; e analisar as condições de trabalho desses assistentes sociais docentes em um contexto de precarização no mundo do trabalho. A sociedade capitalista madura apresenta um contexto de precarização no mundo do trabalho, nas relações de trabalho, o que impacta diretamente nos processos de trabalho das assistentes sociais que estão no exercício da docência, interferindo também na formação de futuros profissionais. Para o desenvolvimento da tese foram realizadas pesquisas bibliográfica, além do acesso a outras fontes disponíveis na internet como jornais, revistas e pesquisa de natureza quantitativa ao site do Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior (para a identificação do número de cursos, incluindo câmpus e polos de Serviço Social oferecidos no Brasil) e consulta ao site das Instituições de Ensino Superior do estado de São Paulo (a fim identificar as assistentes sociais docentes). A coleta dos dados para a pesquisa de campo foi feita a partir de pesquisa de natureza qualitativa, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas e aplicação de formulário para a caracterização dos sujeitos. Algumas entrevistas foram realizadas presencialmente e outras, por meio de programas disponibilizados pela internet. Conforme mencionado, o universo da pesquisa compreendeu cinco Instituições de Ensino Superior do estado de São Paulo que oferecem cursos de Serviço Social, e os sujeitos da pesquisa, foram oito assistentes sociais docentes nessas IES. A análise da pesquisa apontou tanto convergências quanto diferenças entre as experiências docentes, em se tratando do objeto estudado.

Palavras-chave: assistente social docente. expansão de cursos. trabalho profissional. precarização no mundo do trabalho

PEREIRA, Letícia Terra. **A expansão dos cursos de Serviço Social e os desafios enfrentados pelas assistentes sociais docentes**. 2018. 208 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the impacts of precariousness in the world of work on the professional job as teachers of the social workers in Brazil. And within this scenario, study the increase of the number of Social Service courses in Brazil; identify the social worker professors in the Social Service courses of Higher Education Institutions (HEI) of the state of São Paulo, which belong to the administrative categories: federal public, state public, municipal public, private nonprofit and private for profit; and to analyze the working conditions of these social workers in a context of precariousness in the labor world. Mature capitalist society presents a context of precariousness in the world of work, in labor relations, which directly impacts on the work processes of social workers who are in the teaching profession, also interfering in the training of future professionals. For the development of the thesis were carried out bibliographical and documentary researches of a quantitative nature, beyond the access to other available sources on the Internet such as newspapers, magazines, consultation to the site of the e-MEC Register of Institutions and Courses of Higher Education (to identify the number of courses, including campuses and social service centers offered in Brazil) and consult the website of the Higher Education Institutions of São Paulo state (in order to identify the social teaching staff). The data collection for the field research was made from a qualitative research, through semi-structured interviews and application of a form for the characterization of the subjects. Some interviews were conducted in person and others, through programs made available through the Internet. As mentioned, the research universe comprised five Higher Education Institutions of the state of São Paulo that offer Social Work courses, and the subjects of the research were eight social workers in teaching profession at these HEIs. The analysis of the research pointed to both convergences and differences between the teaching experiences, when dealing with the object studied.

Keywords: social worker teaching profession. Increase of courses. professional work. precariousness in the world of work

PEREIRA, Letícia Terra. **A expansão dos cursos de Serviço Social e os desafios enfrentados pelas assistentes sociais docentes**. 2018. 208 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo general analizar los impactos de la precarización en el mundo del trabajo en el trabajo profesional del asistente social docente, en Brasil. Y dentro de ese escenario, estudiar la ampliación del número de cursos de Servicio Social en Brasil; de acuerdo con lo establecido en la Ley Orgánica del Poder Legislativo, en el marco de la Convención de las Naciones Unidas sobre los derechos de las personas con discapacidad. y analizar las condiciones de trabajo de estos asistentes sociales docentes en un contexto de precarización en el mundo del trabajo. La sociedad capitalista madura presenta un contexto de precarización en el mundo del trabajo, en las relaciones de trabajo, lo que impacta directamente en los procesos de trabajo de las asistentes sociales que están en el ejercicio de la docencia, interfiriendo también en la formación de futuros profesionales. Para el desarrollo de la tesis se realizaron investigaciones bibliográficas y documentales de naturaleza cuantitativa, además del acceso a otras fuentes disponibles en Internet como periódicos, revistas, consulta al sitio del Catastro e-MEC de Instituciones y Cursos de Educación Superior (para la identificación del número de cursos, incluyendo câmpus y polos de Servicio Social ofrecidos en Brasil) y consulta al sitio de las Instituciones de Enseñanza Superior del estado de São Paulo (a fin de identificar a las asistentes sociales docentes). La recolección de los datos para la investigación de campo fue hecha a partir de investigación de naturaleza cualitativa, por medio de la realización de entrevistas semiestructuradas y aplicación de formulario para la caracterización de los sujetos. Algunas entrevistas fueron realizadas presencialmente y otras, por medio de programas disponibilizados por internet. Como se mencionó, el universo de la investigación comprendió cinco instituciones de enseñanza superior del estado de São Paulo que ofrecen cursos de servicio social, y los sujetos de la investigación, fueron ocho asistentes sociales docentes en esas IES. El análisis de la encuesta apuntó tanto convergencias como diferencias entre las experiencias docentes, en lo que se refiere al objeto estudiado.

Palabras clave: asistente social docente. expansión de cursos. trabajo profesional. precarización en el mundo del trabajo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caracterização das participantes da pesquisa.....	27
Quadro 2 – Criação de Cursos de Serviço Social	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Instituições e cursos de serviço social.....	24
Tabela 2 – Instituições, modalidade de ensino e filiação a ABEPSS Região Norte	51
Tabela 3 – Instituições e Categorias Administrativas Região Norte.....	52
Tabela 4 – Instituições, câmpus/polos, modalidades de ensino e filiação a ABEPSS Região Nordeste	53
Tabela 5 – Instituições e Categorias Administrativas Região Nordeste	54
Tabela 6 – Instituições, Câmpus/Polos, Modalidades de Ensino e Filiação a ABEPSS Região Centro Oeste	55
Tabela 7 – Instituições e categorias administrativas Região Centro Oeste.....	56
Tabela 8 – Instituições, câmpus/polos, modalidades de ensino e filiação a ABEPSS Região Sudeste	56
Tabela 9 – Instituições e categorias administrativas Região Sudeste	57
Tabela 10 – Instituições, Câmpus/Polos, Modalidades de Ensino e Filiação a ABEPSS Região Sul.....	58
Tabela 11 – Instituições e categorias administrativas Região Sul.....	58

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos de Serviço Social	47
Mapa 2 – Câmpus/Polos que oferecem cursos de Serviço Social	49

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PARTE 1.....	26
CAPÍTULO 1 A CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL	26
1.1 A contrarreforma do ensino superior no Brasil	30
1.2 A expansão das Unidades de Formação Acadêmica em Serviço Social	38
<i>1.2.1 O processo de expansão dos cursos de Serviço Social no Brasil.....</i>	<i>44</i>
1.3 A precarização no mundo do trabalho e suas refrações no processo de trabalho dos assistentes sociais	59
PARTE 2.....	67
CAPÍTULO 2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL: O TRABALHO DOCENTE EM QUESTÃO	67
2.1 A crise do capital e o processo de reestruturação produtiva.....	68
2.2 Aproximações com a categoria trabalho: uma apreensão necessária	74
2.3 O trabalho docente no nível superior de ensino.....	77
CAPÍTULO 3 FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE CRISE DO CAPITAL	84
3.1 O trabalho profissional dos assistentes sociais docentes	85
3.2 O direcionamento ético-político impresso no trabalho profissional dos assistentes sociais docentes	93
3.3 O processo de precarização no mundo do trabalho em tempos de crise do capital e a formação profissional em Serviço Social.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS	106
APÊNDICES	
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	114
APÊNDICE B – INSTRUMENTAL DA EPSQUISA DE CAMPO – CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS.....	115
APÊNDICE C – INSTRUMENTAL DA PESQUISA DE CAMPO – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA	116

APÊNDICE D – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR QUE OFERECEM CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	117
APÊNDICE E – INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL POR ESTADO	156
ANEXOS	
ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	207

INTRODUÇÃO

É bom nos lembrarmos, juntos, que ver não é a mesma coisa que enxergar. Que conhecer não é a mesma coisa que saber. Que dormir na aula não ajuda a aprender. Que a população quer ser acolhida, e não disciplinada. Que trocamos nossos saberes profissionais com as sabedorias da população, organizada ou não. Que as verdades adolescentes deverão ser substituídas por dúvidas eternas! Aprendemos que nos forjarmos assistentes sociais significa explorar e desafiar nossos valores, questionar tudo o que nossos pais nos ensinaram, nos colocar no lugar do outro, trocar de sapato com o outro. (OLIVEIRA, I. I. M. C., 2010, p. 745).

Inicia-se este texto com a fala de Isaura Oliveira (2010), que traduz em simples palavras o que os assistentes sociais estejam eles inseridos nas Políticas Públicas de Saúde, Educação, Previdência Social, Assistência Social, empresas privadas ou na condição docente devem ter presente no seu cotidiano de trabalho: o exercício da pesquisa e da investigação. Desvelar a realidade concreta é o desafio colocado aos profissionais do Serviço Social, profissão eminentemente investigativa e interventiva.

O texto de Isaura Oliveira (2010) provoca reflexões no sentido de que os assistentes sociais precisam “enxergar” além do aparente, “conhecer” a essência das manifestações da questão social, “explorar e desafiar nossos valores”, ou seja, despir-se de preconceitos e romper com posturas conservadoras.

Esses apontamentos iniciais nos auxiliam a pensar a importância da pesquisa para os assistentes sociais, os quais convivem com “dúvidas eternas” no cotidiano de trabalho. A busca pelo conhecimento – que deve ser construído por meio da pesquisa e de uma investigação crítica – é ponto principal para que os profissionais possam negar a aparência da realidade concreta e analisá-la em suas contradições. No entanto, muitas vezes os sujeitos profissionais reproduzem posturas conservadoras, as quais acarretam um grave retrocesso no desenvolvimento do trabalho profissional, desconsiderando todo o acúmulo teórico-metodológico e ético-político no Serviço Social. Conforme aponta Iamamoto, a vida social é rica de determinações que precisam ser descortinadas, buscando na própria realidade as possibilidades de transformação.

O ato investigativo é inerente ao trabalho desse profissional, pois não se pode pensar a intervenção nos espaços sócio-ocupacionais na sociedade capitalista atual, sem antes desvelar a realidade permeada por contradições. O acúmulo teórico-metodológico e ético-político enriquecido ao longo de mais de trinta anos, nos oferece subsídios para uma análise crítica dessa sociedade. É importante frisar que esse acúmulo foi enriquecido com a aproximação da profissão à teoria social marxiana, o que possibilita aos profissionais analisarem o modo de produção capitalista como um processo histórico, analisarem a sociedade burguesa como uma totalidade e não como um conjunto de partes isoladas que formam um todo.

O pressuposto para analisar o objeto da presente pesquisa parte da perspectiva da contradição, por entender a organização da sociedade, permeada por contradições, sendo necessário superar a sua aparência imediata, apreendendo os elementos e as múltiplas determinações que a compõe.

O Concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não um ponto de partida e, portanto, o produto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 2008, p. 258).

Compreendendo a centralidade da pesquisa no Serviço Social, o objetivo geral da presente tese é analisar os impactos da precarização no mundo do trabalho no trabalho profissional dos assistentes sociais docentes.

Reafirma-se ser de grande importância desvelar esse campo de trabalho profissional, pois hoje especialmente, vivencia-se um momento de extrema precarização das políticas sociais, e a Educação não está fora desta realidade, como apresenta Pereira (2009, p. 269):

No contexto de aprofundamento do projeto neoliberal, políticas sociais como saúde, previdência e educação [...] foram relegadas a último plano, com ações focalistas dos Estados [...] passaram a ser concebidas como “serviços”, cujos objetivos pautam-se na lógica mercantil e têm como finalidade última a obtenção do lucro.

A escolha por investigar esta temática advém da experiência profissional da pesquisadora enquanto assistente social docente, dos cursos de Serviço Social do Instituto Municipal de Bebedouro "Victório Cardassi" (2011); da Faculdade Frutal (2011); e da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (2012-2013), acrescidas posteriormente pelos trabalhos como docente na Universidade Estadual Paulista/ Câmpus de Franca (2013-2014) e no Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (2015-2016).

A mediação desse trabalho docente provocou questionamentos acerca da formação e do trabalho profissional dos assistentes sociais que se encontram no exercício da docência, por exemplo, como a precarização do Ensino Superior impacta no trabalho profissional dos assistentes sociais docentes? Diante de tantas mudanças conjunturais, como os assistentes sociais imprimem o seu direcionamento ético-político no exercício da docência, os quais têm relevante participação no processo de formação dos futuros profissionais? Como a expansão no número de cursos de Serviço Social repercute nesse cenário?

A partir dessas indagações e analisando a conjuntura atual observa-se que o projeto neoliberal acarreta na realidade social e nas relações de trabalho ajustes de ordem macroestrutural, além da reestruturação produtiva e da rearticulação da hegemonia burguesa, os quais repercutem nas instituições de ensino superior.

Num contexto em que bancos, empresas industriais e de serviços cada vez mais se internacionalizam, também as universidades vivem esse processo. Cresce a concorrência entre oligopólios – que também atuam no ensino superior –, fruto da acelerada concentração e centralização de capitais cuja expansão ultrapassa fronteiras nacionais. (IAMAMOTO, 2014, p. 628).

Obedecendo a lógica imposta pelo capital marcadamente mercadológica, de acordo com informações extraídas da “Política de Educação Permanente do conjunto CFESS/CRESS”¹ (CFESS, 2012), houve um aumento no número de cursos de Serviço Social tanto na modalidade presencial, como à distância. Isso está relacionado ao discurso que prevaleceu no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva de “[...] democratização do ensino superior [...]” (PEREIRA, 2009, p. 272), e tendo esse pressuposto como ponto de partida foram criados cursos sem estrutura física, recursos humanos e financeiros.

No entanto, a defesa pela expansão do ensino superior veio acompanhada do incentivo à participação do setor privado presencial, através de ampla isenção fiscal, possibilitada pelo Programa Universidade para Todos (Prouni); da ampla reestruturação do sistema público de ensino, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); da participação dos setores público e privado de ensino a distância (EAD), que cresceu de forma acelerada; e do reforço, na universidade pública, da lógica da mercantilização, através das parcerias público-privadas (PEREIRA, 2009).

Inseridos nesse contexto, estão os assistentes sociais docentes que enfrentam no cotidiano das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) as dificuldades e desafios inerentes a esse panorama do ensino superior no país. A formação profissional durante a graduação não oferece subsídios para pensar o trabalho docente, muito menos dentro desse cenário, marcado pela precarização das relações de trabalho, típicas desse modelo societário. Cabe salientar o importante papel desenvolvido pelos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social para a qualificação docente, os quais, confirmado nos dizeres de Paulo Netto (apud CARVALHO; SILVA, 2005, p. 40), “É inegável também sua contribuição para a qualificação de docentes, pesquisadores e profissionais em todo o país constituindo ‘uma intelectualidade no Serviço Social no Brasil [...]’”

No processo inicial de investigação para a construção da tese localizou-se o livro “O Ensino no Serviço Social”, parte da tese de Doutorado de Faustini (2004), no qual a pesquisadora buscou aprofundar a temática acerca da prática pedagógica do professor-

¹ A construção da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, iniciou na gestão *Atitude Crítica para Avançar na Luta* (2008-2011), com contribuições da ABEPSS e da ENESSO, e foi organizada pela Comissão de Formação Profissional e Relações Internacionais da gestão *Tempo de Luta e Resistência* (2011-2014) do CFESS.

assistente social em seu cotidiano de trabalho no ensino superior. Além de problematizar as constatações da experiência docente, Faustini procurou o reconhecimento pedagógico do ensino no Serviço Social, os fundamentos da prática docente (saberes formalizados e os saberes da experiência), os saberes práticos docentes (ressaltando a marca de Paulo Freire) e as motivações que levaram o assistente social a se tornar docente, mesmo não adquirindo durante sua formação profissional conhecimentos sobre o exercício da docência.

Quando o profissional se torna docente, ele já existe enquanto pessoa. Sua história já começa antes do ensino formal. Ao nascer, o sujeito ingressa num mundo já constituído ao qual ele precisa integrar-se, e nele educar-se. Ao longo da vida escolar, o sujeito vai construindo e reconstruindo significados também sobre a relação ensino-aprendizagem [...] em que condições ele passa de assistente social a professor, uma vez que ele já se apropriou de conhecimentos do Serviço Social, mas não de conhecimentos específicos que lhe ensinariam ser docente? (FAUSTINI, 2004, p. 44).

Em sua pesquisa, Faustini (2004) apresenta que o assistente social não é formado para o exercício da docência; por isso ao ensinar, estando na condição docente busca os conhecimentos adquiridos em outros campos da prática. Para a pesquisadora, as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), assim como o Código de Ética Profissional, também norteiam o exercício da docência e fornecem subsídios para a forma de ser e de se fazer docente, entendido para além de um código normativo, ou seja, como um instrumento valioso para a intervenção com os estudantes na sala de aula.

Guerra (2005, p. 149) já aponta outros elementos importantes para o ensino da prática do Serviço Social, os quais envolvem habilidade, atitudes, escolhas, além dos conhecimentos teóricos e dos saberes interventivos:

[...] podemos considerar que a prática implica em agir e, portanto, em habilidade, atitudes. Implica, ainda, em escolhas, e, portanto, em valores. Neste sentido, no ensino da prática encontram-se auto-implicados: conhecimentos (teóricos e saberes interventivos), habilidades e valores.

Acredita-se que esses conhecimentos tratados por Guerra (2005), referem-se ao estudo aprofundado dos grandes clássicos e de pesquisadores do Serviço Social, os quais nos fornecem subsídios para analisar a realidade social e, conseqüentemente, intervir na mesma.

A formação profissional em Serviço Social, processo no qual os assistentes sociais docentes estão intimamente implicados, deve estar calcada nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). As atuais diretrizes

rompem com o currículo mínimo aprovado pelo Ministério da Educação em 1982 e trazem as especificidades de cada área de atuação, respeitando o caráter generalista da profissão. Essa discussão será abordada no Capítulo III, no entanto, vale ressaltar que participamos como representante discente suplente de pós-graduação da executiva nacional da ABEPSS, na gestão 2015-2016 “Ousadia e sonhos em tempos de resistência”. Essa experiência possibilitou-nos aproximar de grandes nomes do Serviço Social brasileiro e vivenciar de forma intensa, debates relacionados ao trabalho e à formação profissional em Serviço Social, além da defesa por uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

Os docentes devem portanto, fomentar com os discentes, discussões acerca da categoria “trabalho” (fundante do ser social), da compreensão das manifestações da questão social como objeto de intervenção do Serviço Social e da necessidade de desvelar a realidade aparente por meio da pesquisa e da investigação, tudo isso em concordância com o perfil profissional que se pretende formar. Possibilitando ao futuro assistente social,

Descobrir na vida social as possibilidades parcialmente ocultas, dadas pelas formas de resistência e de defesa da vida, pela pressão social, pela invenção da prática social cotidiana realizada pelos indivíduos sociais, as quais permitem vislumbrar novos rumos sociais e formas de sociabilidade que estão sendo construídos no presente, rompendo com possíveis amarras que ameaçam esterilizar as ações profissionais. (IAMAMOTO, 1998, p. 172).

A formação em Serviço Social inicia-se na graduação e deve permanecer ao longo de toda a trajetória profissional, configurando assim, um processo permanente por meio dos cursos de pós-graduação lato sensu (especialização, aprimoramento) e stricto sensu (mestrado e doutorado), momento em que o assistente social pode ter o “despertar” para o exercício da docência. Esse processo de aprimoramento profissional deve ser constante, pois a sociedade atual apresenta-se permeada por contradições e sofre constantemente as investidas do capital financeiro.

Espera-se que os assistentes sociais docentes contribuam para a formação de profissionais comprometidos com a direção hegemônica, presente no projeto ético-político da categoria. Conforme aponta Pereira (2007, p. 232):

A direção – de manutenção do status quo e/ou de questionamento e fortalecimento de práticas que busquem romper com a orientação historicamente conservadora da profissão – é dada, sobretudo, no cotidiano profissional, além do momento estratégico de formação de novos profissionais, isto é, no momento da formação em seu nível de graduação.

Em se tratando do objeto deste estudo buscou-se compreender, quais as implicações da precarização do ensino superior e da crise do capital no cotidiano dos assistentes sociais docentes, que assim como os demais profissionais em outros campos de trabalho, devem ser providos “[...] de uma competência teórico-crítica, com uma aproximação consistente às matrizes de pensamento social na modernidade e suas expressões teórico-práticas no Serviço Social.” (IAMAMOTO, 1998, p. 185). Ou seja, profissionais que se referenciem em todo o acúmulo teórico da profissão no Brasil e se mantenham atentos frente às mudanças no mundo do trabalho e comprometidos com a formação de novos assistentes sociais. Nos dizeres de Iamamoto (1998, p. 185):

[...] o profissional deve ter uma competência técnico-política, que permita, no campo da pesquisa e da ação, a construção de respostas profissionais dotadas de eficácia e capazes de congregar forças sociais em torno de rumos ético-políticos voltados para uma defesa radical da democracia.

Tendo em vista esses pressupostos e ressaltando a importância da investigação, da pesquisa e da consequente construção do conhecimento no Serviço Social é que a presente tese tem como objetivos específicos: estudar a ampliação do número de cursos de Serviço Social no Brasil; identificar os assistentes sociais docentes nos cursos de Serviço Social na modalidade presencial, das Instituições de Ensino Superior do estado de São Paulo, que pertençam às seguintes categorias administrativas: pública federal, pública estadual, pública municipal, privada sem fins lucrativos e privada com fins lucrativos; analisar as condições de trabalho desses assistentes sociais docentes em um contexto de precarização no mundo do trabalho.

Percurso metodológico: o caminho percorrido

A análise do objeto de pesquisa perpassou por todo um processo descortinando sua aparência, a qual indicou elementos de sua essência. Entretanto, esteve atravessada por representações imediatas e por concepções de mundo que se apresentavam como universais. O que o processo de investigação apreendeu foram os elementos da totalidade, que é dinâmica, e que compõe o objeto em suas múltiplas relações. O caminho percorrido iniciou na realidade imediata, para a partir dos questionamentos realizados, compreender suas múltiplas determinações.

Produzir conhecimento não é um ato natural, apenas descritivo. Ao mesmo tempo em que a teoria não é um modelo a ser aplicado à realidade. O arcabouço teórico-metodológico ilumina e apreende o movimento da realidade. Superar o imediato e relacionar o objeto com as várias dimensões que lhe atribuem significado mais amplo é portanto, a tarefa central da produção do conhecimento.

O processo de construção da tese de Doutorado teve como premissa uma pesquisa ética e comprometida com os sujeitos envolvidos, além de suscitar argumentos que contribuíssem para a produção do conhecimento dentro da temática proposta, numa perspectiva de totalidade.

A totalidade, enquanto categoria da Teoria Social de Marx, conduz ao conhecimento da unidade do real que representa uma compreensão mais específica de cada campo ou particularidade desse real. [...] Implica uma complexidade em que cada fenômeno só pode ser reconhecido e compreendido como um momento definido e em relação com outros fenômenos. (BOURGUIGNON, 2006, p. 47).

Para Bourguignon (2006), baseada na teoria social marxiana, a totalidade é uma categoria que possibilita compreender a realidade social como dinâmica e contraditória. É nessa perspectiva de totalidade e também na perspectiva de historicidade que se espera, através da pesquisa, compreender a inserção dos assistentes sociais no exercício da docência.

Conforme aponta Lara (2007) um dos grandes entraves da pesquisa nas universidades hoje é a fragmentação do conhecimento. “O conhecimento está fragmentado pelas condições de existência das instituições de pesquisa, com destaque à Universidade, que é responsável, dentro da divisão social do trabalho, pela sistematização do saber.” (LARA, 2007, p. 75). Contrária a esse pressuposto, a presente pesquisa está embasada nas seguintes características:

[...] honestidade, paciência, criatividade, criticidade, audácia, humildade, diligência e, principalmente, a ética na pesquisa, para tornar-se um sujeito que indaga sobre o real, tendo por finalidade contribuir à “humanidade social” com suas inquietações e construções teóricas [...]. (LARA, 2007, p. 76).

Entende-se que além desses princípios, para se construir conhecimento comprometido com os sujeitos envolvidos e com a transformação da sociabilidade capitalista, é necessário ter clareza das dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Iamamoto (2014) aponta a necessidade de compreender melhor o método crítico-dialético, o qual está sendo utilizado para perseguir o objeto em estudo.

Segundo informações da Abepss em relação ao projeto de formação acadêmico-profissional reclama-se a necessidade de aprofundamento teórico-metodológico das matrizes de análise, especialmente do método crítico dialético e respectivo acervo categorial; do significado dos núcleos como estruturantes da formação; dos fundamentos do Serviço Social, articulando as dimensões de história, teoria e método; a necessidade de reforço de conteúdos relativos à formação social brasileira, a compreensão da transversalidade da ética e da pesquisa e o estágio supervisionado. (IAMAMOTO, 2014, p. 630).

Recorrer a publicações de pesquisadores que estudaram a temática foi determinante para o processo de construção da pesquisa, desde o seu início e até a elaboração da tese em sua fase final.

Conforme mencionado, o método utilizado para a realização da pesquisa baseia-se no materialismo histórico, fundamentado na teoria social de Marx, pois acredita-se que o “[...] método de pesquisa proporciona o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto.” (PAULO NETTO, 2009, p. 5).

Para a pesquisa bibliográfica foram selecionados livros, artigos das principais revistas acadêmicas (de publicação impressa e eletrônica), dissertações e teses certificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), as quais ao longo das leituras e estudos foram sendo fichadas e devidamente descritas no tópico relativo às referências. Para a pesquisa documental, levantamos documentos e legislações necessárias para a análise do objeto de estudo.

Algumas referências encontradas para a discussão acerca do **método materialista-dialético**, da **categoria trabalho** enquanto fundante do ser social, foram as obras de Marx "*Contribuição à crítica da Economia Política*", "*A Ideologia Alemã*" e no "*Manifesto do Partido Comunista*"; além de livros de José Paulo Netto e a participação da pesquisadora no Curso Livre "De Marx aos Marxismos"².

Para abordar a **formação** e o **trabalho profissional** em Serviço Social encontramos subsídios principalmente em Marilda Vilela Iamamoto, também em José Paulo Netto, Yolanda Guerra, nos primeiros Cadernos ABESS e em alguns artigos das Revistas *Temporalis*, *Katálysis* e *Serviço Social & Sociedade*. Especificamente a discussão acerca de **Ensino Superior e Serviço Social**, encontramos subsídios na tese e em artigos de Larissa Dahmer Pereira.

² Curso oferecido pelo Instituto Praxis educação e cultura (IPRA), que nos possibilitou o contato com algumas obras importantes do pensamento marxiano e marxista.

Foram selecionados artigos e livros de Gaudêncio Frigotto e Demerval Saviani, os quais auxiliaram na discussão acerca da relação entre a **categoria trabalho** e a **educação**. Elencou-se a tese e artigos publicados por Kátia Lima, referentes à discussão da contrarreforma no ensino superior no Brasil. As obras e estudos de Ricardo Antunes e Giovanni Alves também foram selecionadas, pois contribuíram para a compreensão do estudo sobre a **precarização no mundo do trabalho** na sociedade capitalista madura.

Para a discussão acerca do **trabalho docente** buscou-se referência em livros e artigos de Deise Mancebo e, especificamente **trabalho docente no Serviço Social**, encontrou-se referência importante nas teses de doutorado de Lucimara Benatti e de Valéria Albuquerque.

Ao longo da pesquisa bibliográfica, não encontramos referências quanto ao número exato de cursos de Serviço Social no Brasil atualmente, identificamos apenas os cursos existentes da década de 1930 até 2002, apresentados na tese de Doutorado da professora Dra. Larissa Dahmer Pereira.

Portanto, na fase exploratória da pesquisa de campo, realizamos uma pesquisa de natureza quantitativa ao site do e-MEC das Instituições de Ensino Superior com o objetivo de identificar quais as instituições oferecem cursos de Serviço Social no Brasil. Isso aconteceu de julho a novembro de 2016, momento em que identificamos as instituições existentes em cada estado e, posteriormente, acessamos os municípios de cada estado para identificar os polos e câmpus das instituições. A plataforma do e-MEC oportuniza a consulta do número de Instituições de Ensino Superior (IES) por estado e também por cidade, ou seja, em quais municípios existe um câmpus ou um polo das IES. A seguir apresentamos de forma compacta a Tabela 1 com o número de IES e com o número de câmpus e polos encontrados por estado. Organizamos os dados pela ordem dos estados que oferecem maior número de cursos³ de Serviço Social (entendendo aqui os câmpus e polos).

³ É válido ressaltar que existem diferenças entre campus e polos. Os câmpus são os locais onde funcionam os órgãos administrativos, os órgãos acadêmicos, os cursos e as demais atividades educacionais nas instituições de ensino. Já os polos são os locais de apoio presencial para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância.

Tabela 1 – Instituições e cursos de serviço social

ESTADO	INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL (CÂMPUS/POLOS)
São Paulo	98	964
Minas Gerais	77	397
Bahia	57	331
Paraná	50	282
Rio Grande do Sul	35	210
Rio de Janeiro	39	192
Santa Catarina	29	164
Goiás	27	141
Pará	28	128
Pernambuco	36	117
Mato Grosso	27	104
Mato Grosso do Sul	19	96
Espírito Santo	29	91
Ceará	35	73
Piauí	32	71
Rio Grande do Norte	23	62
Maranhão	31	52
Paraíba	23	50
Sergipe	18	49
Distrito Federal	23	48
Alagoas	23	47
Tocantins	16	44
Rondônia	17	43
Amazonas	22	40
Acre	12	22
Amapá	9	15
Roraima	11	11
TOTAL	846	3840

Fonte: Elaborada por Letícia Terra Pereira, com base nos dados encontrados no site do e-MEC (2016-2017).

Para a continuidade da pesquisa de campo realizamos entrevistas semiestruturadas com dois/duas docentes assistentes sociais dos cursos de Serviço Social do estado de São Paulo, que trabalham em IES públicas federais, públicas estaduais, públicas municipais, privadas sem fins lucrativos e privadas com fins lucrativos. A escolha por São Paulo se deu por ser o estado onde mais se concentram cursos de Serviço Social no Brasil (964).

Quanto à escolha pelas IES, procuramos escolher as instituições que estão localizadas mais próximas da região na qual nos encontramos. A Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, por ser a única pública federal do estado foi a instituição mais distante. Com relação às instituições privadas escolhemos a Unip e a Universidade Anhanguera por serem

instituições que pertencem a grandes grupos educacionais, e que, portanto, acreditamos que seria importante compreender o trabalho docente nos cursos oferecidos por essas instituições.

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), fundada em 1994, foi estabelecida a partir da Escola Paulista de Medicina e, até 2006, permaneceu como universidade da área da saúde, quando ampliaram-se os cursos de graduação e pós-graduação. Inicialmente surgiram os câmpus da Baixada Santista, Diadema e Guarulhos, antes do Reuni, com cursos nas áreas da saúde, químicas e farmacêuticas e humanidades, dentre eles o curso de Serviço Social, criado em 2009. A Docente 1 disse ter contribuído no processo de articulação e implantação do curso na Baixada Santista, com o apoio da ABEPSS (é uma das grandes plataformas de trabalho da entidade o incentivo à abertura de cursos em universidades públicas). A Unifesp conta hoje com seis câmpus, sendo que apenas um oferece o curso de Serviço Social. (UNIFESP, 2018).

A Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), câmpus de Franca, oferece cursos apenas na área das Ciências Humanas e Sociais. A unidade foi criada em 1962, denominada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca e, em 1976 foi incorporada à UNESP. O curso de Serviço Social foi criado em 1977 e até 2009, foi o único curso público oferecido no estado de São Paulo. (UNESP, 2018).

O Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro “Victório Cardassi” (IMESB) foi fundado em 1983, e o curso de Serviço Social criado em 2003. É uma instituição sem fins lucrativos, constituindo-se como Entidade Autárquica Municipal com personalidade jurídica própria de direito público, dispondo de autonomia financeira e administrativa, de acordo com informações extraídas no site da instituição (INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR, 2018).

A Universidade Paulista (UNIP) iniciou suas atividades em 1988, sendo constituída a partir de três institutos: o Instituto Unificado Paulista, o Instituto de Ensino de Engenharia Paulista e o Instituto de Odontologia Paulista. Hoje, possui 27 câmpus, que englobam 65 unidades, pois alguns câmpus possuem mais de uma unidade. De acordo com o seu estatuto é uma instituição formada por uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos. Entretanto, apesar de se categorizar como sem fins lucrativos, é uma das instituições mais rentáveis no mercado (UNIP, 2018). De acordo com a reportagem da Revista Exame, publicada no dia 20 de fevereiro de 2017, a Unip fatura 2,5 bilhões de reais, é líder em São Paulo e se posiciona no nicho mais rentável do mercado. A instituição figurava como uma das maiores empresas da educação, sem “[...] se render às modernas práticas de gestão nem aos

encantos do mercado financeiro [...]” (AMORIM, 2017), no entanto, o líder do Grupo Objetivo (dono da Unip) quer atrair um fundo de investimento ou um grupo de ensino que queira comprar uma parcela da empresa, para que o Objetivo possa ir à Bolsa de Valores. A marca conta com 27 câmpus da Unip, mais 28 faculdades de outras marcas e 598 polos de ensino a distância. O curso de Serviço Social é oferecido pela universidade em praticamente todos os estados da federação, sendo que o câmpus presencial de Ribeirão Preto, o escolhido para a realização da pesquisa, foi criado em 2013.

A Universidade Anhanguera junto com outras diversas unidades educacionais, faculdades, centros universitários e universidades faz parte de um grupo denominado Anhanguera Educacional, criado a partir da fusão de várias instituições e associações ligadas ao ensino. Em 2013 o grupo anunciou a fusão com a Kroton Educacional (2018), uma das maiores organizações educacionais privadas do Brasil e do mundo (trataremos dessa questão no Capítulo 1).

As participantes da pesquisa foram duas assistentes sociais docentes de cada uma das referidas IES, uma que está na instituição há mais tempo e outra que iniciou o trabalho recentemente, por entendermos que o tempo de exercício na instituição possibilitaria que elas apresentassem observações distintas com relação ao objeto estudado. Para encontrar essas docentes, realizamos uma consulta aos sites das IES com o objetivo de identificar todo o corpo docente dos cursos de Serviço Social e, em seguida verificar pelo currículo lattes de cada um, o ano de ingresso na IES.

Ressaltamos que, na data em que realizamos a consulta, no site da Unifesp constava apenas o nome da coordenadora do curso e no site da Universidade Anhanguera não constava nenhuma informação sobre o corpo docente do curso de Serviço Social e nem mesmo o nome do coordenador. Assim, conseguimos o contato de uma docente de cada instituição, as quais nos ajudaram a encontrar as possíveis participantes da pesquisa. Com relação à Unifesp conseguimos realizar as entrevistas com as docentes, no entanto, quanto à Anhanguera estabelecemos contatos telefônicos e por mensagem via whatsapp com uma docente, porém não obtivemos mais retorno, apesar das várias tentativas. Portanto, das dez docentes que seriam entrevistadas, conseguimos realizar as entrevistas efetivamente com oito participantes. Cabe ressaltar que, antes da comunicação com elas, o projeto de pesquisa para o desenvolvimento da tese de Doutorado foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp de Franca/SP (Anexo A).

Pesquisa de campo: caracterização das participantes e análise dos dados

As entrevistas foram realizadas em dias e horários previamente agendados, gravadas com o consentimento das participantes, transcritas e posteriormente analisadas. De acordo com informações fornecidas pelas participantes e mantendo o sigilo dos nomes, fizemos uma caracterização das mesmas levando em consideração a ordem de realização das entrevistas, ou seja, Docente 1 foi a primeira entrevistada, Docente 2 a segunda, Docente 3 a terceira e assim sucessivamente; especificamos a Unidade de Formação Acadêmica a que estão vinculados, a idade, o ano de formação na graduação, o título de pós-graduação que possuem e o tempo que estão no exercício da docência, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Caracterização das participantes da pesquisa

Entrevistados	Unidade de Formação Acadêmica	Idade	Ano de formação	Pós-graduação	Tempo de exercício na docência
Docente 1	Pública Federal	52 anos	1989	Doutorado	27 anos
Docente 2	Pública Estadual	44 anos	2005	Pós-doutorado	27 anos ⁴
Docente 3	Privada sem fins lucrativos	34 anos	2006	Mestrado	6 anos
Docente 4	Privada sem fins lucrativos	36 anos	2004	Mestrado	6 anos
Docente 5	Pública Federal	68 anos	1971	Doutorado	18 anos
Docente 6	Pública Municipal	36 anos	2005	Mestrado	7 anos
Docente 7	Pública Estadual	51 anos	1988	Pós-doutorado	21 anos
Docente 8	Pública Municipal	57 anos	1982	Doutorado	10 anos

Fonte: Elaborada por Letícia Terra Pereira, com base nas informações fornecidas pelas participantes (2017).

Observa-se que, das oito assistentes sociais docentes entrevistadas⁵, quatro se formaram na década de 2000, sendo que uma delas tem pós-doutorado, e as outras três mestrado. Três se formaram na década de 1980, sendo que duas têm doutorado e uma pós-doutorado. Apenas uma docente graduou-se na década de 1970 e tem doutorado.

A análise das informações colhidas nas entrevistas, foram organizadas em quatro categorias: **precarização do trabalho docente**, **expansão dos cursos de Serviço Social**, **formação profissional** e **trabalho profissional**. As falas das participantes serão citadas e analisadas ao longo de todos os capítulos da presente tese, por entendermos que trazem

⁴ A Docente 2 já era professora antes de se formar em Serviço Social.

⁵ Entrevistamos cinco docentes mulheres e três docentes homens, portanto iremos nos referir às participantes da pesquisa no feminino por serem maioria.

questões relevantes acerca do objeto deste estudo, destacando que fizemos essa opção de dialogar em toda a tese com a realidade social e com o cotidiano de trabalho docente, a partir da perspectiva dialética.

As entrevistas contribuíram muito com o estudo, entretanto apontaram posicionamentos divergentes em relação aos questionamentos levantados nas entrevistas, que serão aprofundados ao longo dos capítulos. Grande parte das docentes tem uma trajetória profissional marcada pelo envolvimento e luta no campo do Serviço Social, junto aos movimentos sociais e fizeram, ou fazem, parte das entidades representativas da profissão, o Conselho Federal, os Conselhos Regionais e a ABEPSS.

A exposição da pesquisa está apresentada em duas Partes, precedidas por esta Introdução. A Parte 1 contempla o Capítulo 1, no qual abordamos a contrarreforma do ensino superior no Brasil e a expansão de cursos de Serviço Social, apresentando através de tabelas e mapas a pesquisa que realizamos no e-MEC. A Parte 2 contempla o Capítulo 2, onde trabalhamos as transformações no mundo do trabalho em tempos de crise do capital e o trabalho docente e o Capítulo 3, no qual discutimos a formação e o trabalho profissional em tempos de crise do capital. E por fim, estão as Considerações Finais sobre a pesquisa realizada, seguidas pelas Referências utilizadas e pelos Apêndices (onde constam a aprovação do desenvolvimento da pesquisa pelo Comitê de Ética, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o Instrumental utilizado na pesquisa de campo, os cursos de Serviço Social oferecidos em todo o Brasil e os câmpus e polos distribuídos por estado).

PARTE 1

**CAPÍTULO 1 A CONTRARREFORMA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E OS
CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

1.1 A contrarreforma do ensino superior no Brasil

O Brasil é um país que recebeu e incorporou o ideário neoliberal, sofrendo os impactos dessa política em diversos campos, dentre eles o da educação superior. Lima (2005) defende em sua tese de doutorado que a mundialização financeira e a mundialização de uma nova sociabilidade burguesa são duas faces de um mesmo projeto de dominação, que se apresentam como sendo parte da “globalização econômica” na “sociedade da informação”. A difusão desses valores fica por conta dos organismos internacionais, os quais a autora denomina como sendo “sujeitos políticos coletivos do capital”: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Grupo Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Esses organismos vêm desenvolvendo um conjunto de contrarreformas econômicas e políticas com impactos nas sociabilidades dos países da periferia do capitalismo.

No final do século XX e já no século XXI, essas contrarreformas foram impostas ao contexto mundial, desenvolvendo as bases materiais e ideológicas para o desenvolvimento da mundialização financeira, envolvendo a reestruturação da esfera produtiva, o reordenamento do papel dos estados nacionais e a formação de uma nova sociabilidade, marcadas por contrarreformas educacionais nos países da periferia do globo (LIMA, 2005).

Isso pode ser observado também na fala da Docente 7, a qual diz ser difícil separar o capital nacional do capital internacional, tendo em vista que até a década de 1980, falava-se em

[...] capital multinacional, capital internacional, capital nacional e empresa nacional.

Diz ainda que atualmente é raro encontrar uma empresa que seja apenas nacional, porque de uma forma ou de outra, ela tem relação com o mercado internacional.

Isso é próprio do processo de acumulação do capital, que sempre foi globalizado. A globalização, a mundialização não é um processo recente. Quando Cabral saiu de Portugal, viveu-se um processo inicial de mundialização. Claro que aquela mundialização não tem nada a ver com a de hoje. É evidente. Mas eu estou dizendo que o capital é global. O Marx dizia isso, que a luta contra o capital tem que ser uma luta global. (DOCENTE 7).

As contrarreformas educacionais são parte desse projeto de sociabilidade que vê na educação uma forma de difundir o ideário imposto socialmente, as quais precisam ser compreendidas no embate entre capital e trabalho, pois são fruto da necessidade do capital de se reafirmar e se fortalecer cada vez mais, ampliando suas margens de lucro.

As políticas dos organismos internacionais foram elaboradas a partir do binômio pobreza-segurança, criando uma aparência de enfrentamento da pobreza, quando na realidade apresentam apenas um “alívio da pobreza”, com o objetivo de garantir a reprodução global do capital. Além disso, são políticas que reafirmam a promessa inclusiva da educação, trazendo a ideia de que a capacitação dos indivíduos será uma forma de conseguirem empregos, negando, portanto, a verdadeira face dessa realidade, que se refere ao processo de certificação nos países periféricos, além da não absorção de todos os trabalhadores pelo mundo do capital, pois já existe uma constituição do exército industrial de reserva e a exclusão estrutural de grande parcela dos trabalhadores (LIMA, 2005).

Tudo isso se confirma com as “reformas” propostas que o governo ilegítimo⁶ do atual presidente Michel Temer vem propondo e promovendo nas áreas previdenciária, trabalhista e nas políticas públicas como saúde, educação e assistência social, acarretando graves perdas de direitos sociais conquistados ao longo das décadas. Conforme pontuou sabiamente a Docente 7:

Os direitos, pelo menos até pouco tempo, conviviam, ainda que de maneira tensa, sobretudo os direitos sociais, com o mundo do capital. Hoje, eu acho que essa tensão aumentou, por uma questão basicamente vinculada ao estágio da acumulação do capital, que ataca brutalmente os direitos.

O atual estágio de acumulação capitalista justifica a destinação de verbas públicas para as instituições privadas e a utilização de verbas privadas para financiamento de atividades realizadas nas instituições públicas, em concordância com as políticas desenvolvidas por esses organismos internacionais. Em que pese o fato da educação estar submetida às exigências da lucratividade do capital internacional, no qual muitos interesses estão envolvidos, os interesses do capital sempre são levados em consideração. Isso faz com que as escolas e instituições de ensino superior se tornem prestadoras de serviços e

⁶ Sem nenhuma base jurídica o processo de impedimento contra a presidente Dilma Rousseff foi armado em cima de um grande acordo nacional protagonizado pelo governo golpista, contando com o apoio do Congresso Nacional, do Judiciário e das grandes corporações midiáticas. Acrescido a esse “grupo”, é possível constatar a consolidação de uma base social de segmentos da sociedade que defendiam um discurso contra a corrupção e contra o comunismo.

formadoras de força de trabalho e de exército industrial de reserva para atender às demandas do capital.

Os organismos internacionais elaboram, difundem e monitoram essas contrarreformas educacionais, condicionando um processo de ajuste estrutural aos países periféricos com o objetivo de impor um novo projeto de sociabilidade burguesa, que naturalize o processo de mercantilização da totalidade da vida social, além de viabilizar o movimento do capital em crise buscando novos campos de lucratividade. Tudo isso se dando a partir da lógica perversa de empresariamento da educação (LIMA, 2005).

Portanto, esse processo de mercantilização da vida social se naturaliza de tal forma que viabiliza a entrada do capital na esfera educacional, sendo vista como um amplo campo para a exploração e acumulação lucrativa do capital em crise. Nos dizeres da Docente 7, o capital é uma relação social de expropriação, de acumulação e centralização crescentes, sendo estas as formas que encontra para sobreviver e se recuperar de suas sucessivas “crises”.

Hoje, as grandes corporações, são corporações por segmento. São corporações que estão em vários segmentos. Então, você tem cara que é dono de agronegócio, que investe na universidade, que bota na Bolsa de Valores, que tem ações não sei aonde... São grandes corporações com múltiplas inserções, percebe? São monopólios imensos, transnacionais, percebe? (DOCENTE 7).

Essa lógica de acumulação do capital pode ser vista, sentida e materializada através da privatização das instituições públicas e do estímulo cada vez maior ao empresariamento da educação (LIMA, 2005).

Esse processo não é novo, no entanto, a

[...] característica desse momento é uma radicalização agressiva, um aprofundamento brutal de uma pauta que já estava esboçada no início da era de monopólios, em que o Estado é capturado brutalmente no processo de acumulação. (DOCENTE 7).

Além disso, ela traz alguns pontos que caracterizam o atual estágio do capital em sua forma de acumulação desmesurada

Quando vem o Estado, vêm os fundos públicos inteiros, inteirinhos. Quer dizer [...] só é investimento pro capital, o fundo público que entra no processo de que permite o bom desenvolvimento do mercado de negócios. O resto é gasto. (DOCENTE 7).

Ou seja, políticas de saúde, educação, previdência social, assistência social são “gastos” para o Estado, enquanto as parcerias com as instituições privadas são “investimentos”. Além desse primeiro ponto, esta docente apresenta outros dois:

O segundo ponto, e que eu acho importante, a grande fusão de empresas que até então eram concorrentes e que cada vez mais se fundem e refundem, refundam pra ganhar os mercados. [...] E o terceiro ponto é a financeirização absurda, que nasce da fusão entre o capital industrial e o capital bancário. [...] na ultra radicalização do monopólio, na ultra captura dos fundos públicos. (DOCENTE 7).

Essa captura pelo fundo público se torna muito presente, numa pauta muito atual, quando se trata principalmente da Previdência Social. Apresenta-se um discurso de que os fundos da Previdência estão deficitários, e para tanto, defende-se que é necessária uma “reforma”, quando na realidade o que se pretende é que a população compre a sua aposentadoria privada. Esse discurso não é novo Pereira (2007) aponta que na década de 1990, houve uma importante redução de recursos públicos desviados para o processo de ajuste fiscal, difundido pelo ideário neoliberal. A lógica geral de funcionamento da sociedade era, portanto, a do mercado como campo máximo de sociabilidade, a qual transforma tudo em mercadoria, inclusive a educação. Em se tratando dessa política, a partir de 1995, desencadeou-se um processo profundo e acelerado de mercantilização do ensino superior no Brasil, trazido pela agenda neoliberal “[...] sob a máscara ídeo-política da ‘Terceira Via’, da qual o presidente FHC fez parte até o ano de 2002.” (PEREIRA, 2007, p. 199).

Todo esse discurso veio atrelado à ideia da necessidade de “amenizar” os impactos da pobreza e das desigualdades sociais e econômicas geradas pela própria política vigente. O projeto burguês de sociedade apresentou essa alternativa ao neoliberalismo e ao socialismo, identificada como “*terceira via*” para a construção de uma nova sociedade, baseada na perda da centralidade da luta de classes e na mercantilização da totalidade da vida social, na qual a educação era considerada como principal estratégia política de conformação dos indivíduos à ordem do capital (LIMA, 2005).

Essa nova possibilidade de sociabilidade pretendia articular ajuste fiscal com justiça social, ou seja, propondo no nível da política, a modernização do centro, a rejeição da política de classes e da igualdade econômica, além de procurar apoio político em todas as classes. No plano econômico, procurou regular uma economia mista, através de parcerias entre o público e o privado (LIMA, 2005).

Acredita-se que é impossível humanizar um modo de produção que busca a cada dia expandir desmesuradamente sua fonte de lucros, e que atinge e afeta quem quer que seja, demonstrando atitudes um tanto quanto conservadoras. A opção política desse modo de produção, inserido na modernização da produção através do trabalho livre e da disseminação do mercado capitalista moderno apresenta traços neocoloniais, com rupturas e atualizações em relação ao padrão colonial.

Os países periféricos, dentre eles o Brasil, têm aprofundado o seu padrão dependente na economia mundial, na medida em que sofrem os impactos da *desindustrialização*, *desnacionalização* e *concentração* cada vez maior de renda (LIMA, 2005).

Todos esses elementos políticos do projeto neoliberal de sociabilidade atravessarão e constituirão o projeto neoliberal de educação: *privatização*, *desregulamentação* e *desnacionalização* da educação farão parte da pauta política dos organismos internacionais para os países periféricos naturalizando, da forma mais perversa possível, a possibilidade de conversão de nossa região. (LIMA, 2005, p. 90, grifo do autor).

Nos governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016) observou-se uma tendência de ampliação do número de vagas no ensino superior, favorecida pelo incentivo financeiro através do Programa Universidade para Todos (Prouni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), aprofundando ainda mais o processo de mercantilização da educação superior brasileira. Entretanto, cabe ressaltar que esse processo já era desenvolvido também pelos governos anteriores (ALBUQUERQUE, 2015).

O Prouni, programa criado em 2004 e vinculado ao Ministério da Educação, destina bolsas de estudo, integrais e parciais (50%) a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. As bolsas são oferecidas em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, disponibilizadas por instituições privadas de ensino superior. Já o Fies é também um programa do Ministério da Educação, destinado a financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos.

Conforme já pontuado, uma tendência que se destacou nos últimos anos foi o processo de concentração de poder nas mãos de grandes empresários da educação. Essa necessidade de aumentar as áreas de atuação, fazem com que as empresas educacionais se fundam em grandes conglomerados, absorvendo as menores instituições educacionais. Um grande

exemplo de ações como essa é a Kroton Educacional⁷, maior empresa educacional do Brasil, que hoje se encontra associada a outra grande empresa, a Anhanguera.

Tal fato pode ser observado na fala da Docente 2, que vivenciou em sua trajetória profissional no exercício da docência em Serviço Social, momentos em que duas das faculdades nas quais trabalhava, foram vendidas. Uma delas, privada sem fins lucrativos, que inicialmente pertencia a um pequeno grupo familiar e foi vendida para o grupo UNIESP S.A.⁸, momento em que

[...] todos os professores foram demitidos e foram recontratados. Ao ser recontratados, todos nós assinamos um contrato novo, mudou CNPJ, mudou tudo e eles reduziram o salário a hora/aula de professor/mestre. (DOCENTE 2, 2017).

Além disso, após a venda da faculdade, os docentes

[...] estão vivendo um processo de precarização, que não trata de ensino semipresencial, de ensino online, nada disso. Mas eles trabalham muito forte na história do ensalamento. (DOCENTE 2).

Ou seja, turmas de séries distintas unificadas em uma sala, com o objetivo de diminuir os custos com professores.

Em se tratando dessa questão do ensalamento, a Docente 8 disse que essa foi uma estratégia utilizada pela coordenação do curso em 2015, com o objetivo de não perder os discentes que se matricularam no primeiro ano de Serviço Social. Ou seja, esses discentes iniciaram o curso logo no segundo ano. Segundo a Docente 8, essa proposta gerou problemas num primeiro momento, mas que depois perceberam que seria possível sua implantação. A Docente 6, da mesma instituição, explicou que esse tipo de ação era como se fosse um sistema de créditos,

[...] que a coordenadora anterior criou pra não perder esses alunos. Então, eles entraram, sem ter gasto com outros professores pra outras disciplinas de primeiro... Esses alunos acabaram entrando no segundo ano. [...] E agora eles vão voltar pro primeiro. Até porque eles cobraram da direção nesse sentido... Então, eles tavam com medo de não concluir o curso, do curso fechar.

⁷ Aprofundaremos melhor essa questão a seguir nesse mesmo item.

⁸ Para maior aprofundamento, consultar União Nacional das Instituições de Ensino Superior Privadas (2018).

Experiências como estas, nos mostram algumas estratégias que as coordenações dos cursos utilizam para enfrentar essa contrarreforma do ensino, muitas vezes ferindo até mesmo o que está preconizado nas Diretrizes Curriculares elaboradas pela ABEPSS. Portanto, entendemos que a formação deva acontecer de forma processual, oportunizando os discentes passarem desde o primeiro ano, por disciplinas, seminários temáticos e oficinas, que os possibilite apreender a gênese, as manifestações e o enfrentamento da questão social. E acreditamos, que dessa forma, como a coordenação do curso de Serviço Social dessa instituição organizou a dinâmica das turmas, não compreende a formação de forma processual, mas sim de forma fragmentada.

Retomando a compra das faculdades por grandes empresários da educação, a Docente 2 relatou a venda de uma outra faculdade em que foi docente, também uma instituição privada sem fins lucrativos, comprada em 2014 pela norte-americana Laureate International Universities⁹. Isso aconteceu no momento em que a Docente 2 havia passado no concurso da universidade pública, mas soube por intermédio de companheiros de trabalho que

[...] não mandaram demitir ninguém. Eles mantiveram todos os professores no quadro. Não exigiram aumento, de princípio de carga horária, não mudaram nada. [...].

Porém, sabemos qual é a lógica na qual as instituições privadas operam, o custo de cada aluno por professor.

De acordo com informações obtidas no site da empresa¹⁰, a Kroton iniciou seus trabalhos ainda na década de 1960 no município de Belo Horizonte/MG, ampliando sua área de atuação ao longo das décadas seguintes. No início dos anos 2000, no campo do ensino superior, surgiu a Faculdade Pitágoras, em parceria com uma das maiores companhias de educação do mundo, a Apollo International. Em 2007, a rede Pitágoras abriu seu capital na BM&FBovespa com o nome Kroton Educacional, possibilitando uma grande fase de expansão da companhia.

Nesse período, vivia-se no país o processo de crescimento do ensino superior, com a expansão no número de matrículas no nível superior de ensino, campo fértil para a ampliação da área de atuação da Kroton, que adquiriu várias outras Instituições de Ensino. Em 2011 fez a maior aquisição da história incorporando a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), tornando-se líder no setor da educação a distância no Brasil. Além dessa fusão, adquiriu

⁹ A Laureate é composta por mais de 70 instituições de ensino superior no mundo, uma das maiores empresas educacionais.

¹⁰ Para maiores informações consultar o site da Kroton Educacional (2018).

também o Centro Universitário Cândido Rondon (Unirondon), a Uniasselvi, fortalecendo cada vez mais o ensino a distância.

Cerca de 1 milhão de estudantes assistem a aulas em 120 campi e 600 operações de ensino a distância numa cobertura que chega a 500 cidades de todos os estados do país. [...] Juntas, Kroton e Anhanguera faturam o dobro da segunda colocada, a Estácio de Sá [...] Apesar de ter sido tratado como fusão, uma das empresas claramente deverá predominar. (GRANDO, 2013).

De acordo com matéria do jornal “O Globo” publicada em julho de 2016 o grupo Kroton foi consolidado como maior empresa de ensino superior do mundo, com 1,6 milhão de estudantes; seguida pela Estácio com 600 mil alunos, e a terceira colocada é a Ser Educacional que conta com 150 mil alunos – considerando apenas empresas de capital aberto (SCRIVANO, 2016).

A Revista Exame de setembro do mesmo ano apresentou uma reportagem dizendo que o mercado educacional se tornou um meio muito atraente e lucrativo para o investimento por parte de grupos nacionais e internacionais. Ainda de acordo com a mesma reportagem, em 2009, a empresa britânica Actis abriu um escritório em São Paulo e em 2012, passou a investir na Cruzeiro do Sul Educacional.

O negócio entre Kroton e Anhanguera pode dar início a uma onda de consolidação entre as maiores do setor. [...] A razão é simples: a formação de grandes grupos privados de ensino ganhou uma nova dimensão no mercado brasileiro. Diferentemente do que acontece na Europa e nos Estados Unidos, há milhões de alunos sem vagas nas universidades públicas. (GRANDO, 2016).

Ainda de acordo com matéria publicada no Estadão em junho de 2016, apenas 8 grupos concentravam 27,8% das matrículas do ensino superior, os quais já têm 2,1 milhões de estudantes e superam os números da rede pública, que soma 1,9 milhão de universitários. Ou seja, os oito maiores grupos educacionais do Brasil já somam uma em cada quatro matrículas no ensino superior. Entre os anos de 2010 e 2014, o percentual de universitários desses conglomerados passou de 12,8% para 27,8% do total. Vale destacar, que o Fies acompanhou essa expansão e o que demonstra a reportagem, é que nesse mesmo período, o montante de recursos públicos reservado para as instituições privadas ampliou demasiadamente (TOLEDO, 2016).

Esse crescimento acelerado da educação superior, principalmente de instituições privadas e que oferecem cursos na modalidade a distância, requisitou para o trabalhador

docente novos conteúdos, demandando desses profissionais o atendimento às exigências da política educacional de corte neoliberal “[...] cuja finalidade principal é a expansão lucrativa com base na intensificação e na precarização do trabalho do professor submetido ao processo de assalariamento.” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 2).

Com todo esse investimento no setor privado, existe uma preocupação com a qualidade da formação, além das condições de trabalho dos docentes que desenvolvem seu trabalho profissional nessas instituições de ensino.

A Kroton, por exemplo, afirmou que os docentes que trabalham no grupo passam por qualificação, treinamento e programas de formação, além de ter plano de carreira, em que o professor tem reconhecimento por tempo de serviço e merecimento (TOLEDO, 2016). No entanto, o que se observou é que a condição de trabalho docente independente das modalidades se mostra muito precária. Em se tratando da modalidade a distância, o docente ministra as aulas com base em “apostilas” e para um elevado número de estudantes que se encontram nos polos espalhados pelo país. Esse é o exemplo de Instituições de Ensino Superior como a Universidade Paulista (UNIP), a Universidade Anhanguera e o Centro Universitário Internacional (UNINTER), os dois últimos pertencentes à Kroton Educacional.

1.2 A expansão das Unidades de Formação Acadêmica em Serviço Social

Existem elementos importantes para compreender a gênese do Serviço Social no Brasil, o surgimento dos primeiros cursos e sua posterior expansão, os quais serão aprofundados a seguir¹¹.

O período que antecedeu o surgimento do primeiro curso de Serviço Social no país foi marcado, em nível internacional, pelo fim da Primeira Guerra Mundial, pela efervescência do movimento popular operário na Europa, além do surgimento e expansão de escolas de Serviço Social na Europa. No Brasil, entre os anos de 1917 a 1921, as refrações da questão social foram colocadas em evidência pelos movimentos operários, sendo necessário portanto, encontrar soluções para resolvê-las.

Diante desse cenário nacional, surgiram algumas instituições assistenciais, dentre elas a Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e a Liga das Senhoras

¹¹ Cabe destacar que nos ativemos somente aos marcos. Para maior aprofundamento consultar IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (1990) e PEREIRA, Larissa Dahmer. *Política Educacional Brasileira e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional*, de 2007.

Católicas (1923), em São Paulo. Ambas constituídas por nomes das famílias que integravam a grande burguesia. Cabe salientar que o surgimento dessas instituições se deu dentro de uma fase de divulgação do pensamento social da Igreja e da formação das bases organizacionais do pensamento laico, movimento conhecido como “*reação católica*” (IAMAMOTO, 1990).

Se sua ação concreta é extremamente limitada, se seu conteúdo é assistencial e paternalista, será a partir de seu lento desenvolvimento que se criarão as bases materiais e organizacionais, e principalmente humanas, que a partir da década seguinte permitirão a expansão da Ação Social e o surgimento das primeiras escolas de Serviço Social. (IAMAMOTO, 1990, p.171).

Além disso, é válido considerar que é “[...] nesse período também que a incorporação da mulher à Força de Trabalho urbana deixa de ser ‘privilégio’ das famílias operárias, passando a atingir também a parcelas da pequena burguesia.” (IAMAMOTO, 1990, p. 170). Ou seja, alguns elementos femininos pertencentes nesse caso, à pequena burguesia, foram incorporados ao mercado de trabalho.

A mescla entre as antigas Obras Sociais e os novos movimentos de apostolado social constituiu a base que viabilizou o surgimento do Serviço Social no país, contando com a participação da igreja católica, do empresariado e das iniciativas estatais (por meio do auxílio de fundos públicos).

O Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), considerado como manifestação original do Serviço Social no Brasil, surge em 1932 com o incentivo e sob o controle da hierarquia. Aparece como condensação da necessidade sentida por setores da Ação Social e Ação Católica – especialmente da primeira – de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas sob o patrocínio da Igreja e de dinamizar a mobilização do laicado. (IAMAMOTO, 1990, p.172).

O início do Centro de Estudos e Ação Social se deu através de um “*Curso Intensivo de Formação para Moças*” e contou com a participação “[...] de jovens formadas nos estabelecimentos religiosos de ensino, representativa expressão feminina das famílias que compõem as diversas frações das classes dominantes e setores abastados aliados” (IAMAMOTO, 1990, p.172). As principais atividades realizadas por esse Centro envolveram a *formação técnica especializada* dessas jovens para a ação social e a propagação da *doutrina*

*social*¹² da Igreja Católica. Para tanto, algumas de suas fundadoras foram estudar na Europa procurando trazer subsídios para a organização e ensino do Serviço Social.

Alicerçada nessas considerações, em 1936, foi criada a primeira Escola de Serviço Social do Brasil, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a qual, junto ao CEAS contava com uma íntima relação com o movimento católico laico. Em 1938, o curso na Escola Técnica de Serviço Social começou a funcionar no Rio de Janeiro, e a *formação técnica especializada* para a prática da assistência, surgiu a partir de uma forma mais variada de iniciativas. É preciso considerar que nessa época, esta cidade era a capital do país, onde se concentrava a administração federal, além dos principais aparatos da igreja católica, local onde mais se desenvolveram serviços assistenciais com forte participação do Estado. No decorrer da década de 1940 surgiram diversas escolas de serviço social nas capitais dos estados, sendo que a maioria se constituiu sob a influência das duas primeiras escolas.

A tese de Doutorado de Dahmer (2007) mostra alguns números acerca da criação dos cursos de Serviço Social no Brasil, dividida nos seguintes períodos: 1936 a 1945; 1946 a 1963; 1964 a 1985; 1986 a 1989; 1990 a 1994; e 1995 a 2002; destacando a associação histórica entre Estado, Igreja Católica e empresariado na criação desses cursos.

Quadro 2 - Criação de Cursos de Serviço Social

PERÍODO	NÚMERO DE CURSOS CRIADOS	SUJEITOS CRIADORES	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
1936 a 1945	14	Maioria criado pela Igreja Católica, seguida pelo Estado e depois pelo empresariado.	Maioria criada no Sudeste, seguida pelo Nordeste, pelo Sul, Norte e Centro Oeste.
1946 a 1963	20	Maioria criado pelo Igreja Católica, seguido pelo empresariado, pelo Estado, e pela Igreja e empresariado juntos.	Maioria no Sudeste, seguido pelo Nordeste, depois pelo Sul, Centro Oeste e Norte.

¹² Um aspecto central da Doutrina Social da Igreja era “[...] o de substituir a análise da realidade e a prática social para o enfrentamento da questão social por valores, exigências, isto é, por uma apreensão moral dos fenômenos sociais, através de categorias abstratas como descristianização, liberalismo, etc.” (IAMAMOTO, 1990, p. 237).

PERÍODO	NÚMERO DE CURSOS CRIADOS	SUJEITOS CRIADORES	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA
1964 a 1985	32	Maioria pelo empresariado, seguido pelo Estado, pela Igreja Católica e seguido igualmente pela Igreja Evangélica e pela religião Espírita.	Maioria no Sudeste, seguido pelo Sul, pelo Nordeste, pelo Centro Oeste e pelo Norte.
1986 a 1989	6	Maioria pelo empresariado e seguido pelo Estado.	Três no Sul, dois no Sudeste e um no Nordeste.
1990 a 1994	3	Apenas empresariado.	Dois no Sudeste, mais especificamente em Minas Gerais e um no Sul, em Santa Catarina.
1995 a 2002	49	Maioria pelo empresariado, seguido igualmente pela Igreja Católica e Estado, e posteriormente pela Igreja Luterana.	Maioria no Sudeste, seguido pelo Sul, Norte, Nordeste e Centro Oeste.

Fonte: Elaborado por Letícia Terra Pereira, com base em informações extraídas de dados coletados e organizados por Dahmer (2007) e adaptados para fins deste estudo (2017).

Como pode ser observado no quadro referente a criação de Escolas de Serviço Social, a maioria foi criada na região Sudeste; apenas no período compreendido entre os anos 1986 a 1989 que o número foi maior na região Sul. Do ano de 1936 a 1963 os sujeitos criadores desses cursos foram em sua maioria, a igreja católica, e a partir de 1964 foi o empresariado, o que predomina até os dias atuais. Pereira (2007, p. 262) ressalta que após o ano de 1964 as Escolas de Serviço Social vivenciaram um processo de laicização e expansão, vinculado às transformações da sociedade brasileira.

[...] o processo de mercantilização do ensino superior iniciou-se, em âmbito global, com o desencadeamento da crise do padrão de acumulação capitalista, no final dos anos 1960. Tal processo significou a busca do capital por mais espaços de mercantilização: assim, a educação, até então considerada um direito social, deve ser transmutada em “serviço”, vendável no mercado como qualquer outra mercadoria.

Esse processo de mercantilização do ensino, apareceu na fala de todas as docentes entrevistadas, que o relacionaram à expansão dos cursos de Serviço Social. Docente 1 acredita que isso faz parte da lógica neoliberal, na qual a educação deixa de ser educação para virar

uma mercadoria. E ainda, que o Serviço Social entra nessa lógica, por ser um curso relativamente barato. Ela disse que percebe uma contradição dentro do processo de expansão dos cursos de Serviço Social, avaliando-o como negativo, pois o governo federal fez todo um investimento nas universidades para que abrissem cursos (através do Reuni), sem pensar na educação, na formação de qualidade, mas sim, aderindo à lógica neoliberal e dos empresariados. Além disso, os cursos privados presenciais e na modalidade à distância, são oferecidos de qualquer forma, não valorizam a titulação e qualificação docente, querem apenas o profissional que seja mais barato para a instituição.

O ponto positivo que a Docente 1 vê nesse processo é a abertura de cursos de Serviço Social em universidades públicas, com uma perspectiva crítica, condizente com o projeto ético político profissional, a exemplo da Universidade Federal de Ouro Preto, da Federal do Recôncavo Baiano, da Universidade de Brasília.

A Docente 2 acredita que essa ampliação ocorreu a partir da primeira gestão do governo Lula, após a implementação do Reuni.

Porque o PT, por mais que avançou no caráter público de garantir o direito para a classe trabalhadora com menor poder de consumo, de acesso ao consumo [...] vendeu a ideia ilusória de desenvolvimento. [...] quando você pega a educação, ele fez um investimento na educação pública, nas Universidades Federais com o Reuni, mas ele precarizou o trabalho docente, precarizou a vida. Não garantiu permanência dos alunos. Ele abriu o número de vagas, só que ao mesmo tempo abriu mercado nas Universidades privadas [...] com a ampliação do Fies. Ou seja, o dinheiro que ele investiu no Fies, por que ele não investiu na educação pública? (DOCENTE 2).

O Fies tem um incremento financeiro significativo, porque precisa bancar as universidades privadas, além da democratização do ensino – via ensino a distância – tendo em vista que em muitos lugares do Brasil é a única forma das universidades chegarem (DOCENTE 2). Esta mesma docente, foi avaliadora de cursos do Ministério da Educação e disse que quando ia avaliar algumas universidades, questionava o por quê da abertura dos cursos de Serviço Social, e as respostas estavam relacionadas ao momento de expansão da Política de Assistência Social. Por isso, os cursos na modalidade a distância avançaram, para atender essa demanda.

Cresceu a procura, cresceu a oferta, cresceu as formas de fazer. E o EAD ganhou o mundo. Não tem como segurar o curso em EAD. (DOCENTE 2).

A resistência à expansão dos cursos a distância é feita cotidianamente pelas entidades representativas da categoria, ressaltando que a luta é contrária a essa forma de ensino precarizada, e não aos discentes que procuram esses cursos ou aos docentes que ministram as aulas.

A Docente 7 vê essa expansão de cursos com preocupação, e não apenas com o ensino a distância.

E a minha preocupação não é só em relação ao EAD. Eu sempre digo o seguinte, entre um curso presencial e um curso de EAD, eu sempre fico com o curso presencial. O pior curso presencial tem as melhores condições objetivas de um curso EAD. [...] Eu não estou dizendo que o aluno EAD não possa estudar, o problema não é o aluno do EAD. Eu tô dizendo, as condições de ensino de um curso presencial frequentemente são muito melhores do que o ensino EAD. (DOCENTE 7).

Esse posicionamento é interessante no sentido de não culpabilizar a pessoa que procura o curso na modalidade a distância, mas questiona-se é a forma como esse ensino é ministrado e apreendido no seu processo de formação profissional.

Claro que às vezes, você pode encontrar ensinamentos presenciais muito ruins, e alguns cursos de EAD, que até o aluno lê mais do que o ensino presencial. Mas assim, o potencial do ensino presencial é sempre melhor. Por que? Porque você vê outras pessoas, porque você pode se organizar no seu grupo de alunos, você pode discutir a mensalidade no coletivo [...] tem como politizar a conversa. No computador, você não sabe sequer quem está aí. (DOCENTE 7).

Essa impessoalidade e distanciamento pôde ser observada na fala de uma das docentes que já deu aula em um curso de Serviço Social na modalidade a distância. Aliás, duas das entrevistadas foram docentes em cursos oferecidos nessa modalidade. A Docente 3 compartilhou sua experiência dizendo que havia

[...] uma impessoalidade, você não tinha... E você não sabia quem era o aluno. Eu sou docente em Serviço Social, mas sou assistente social, eu não sabia quem era o meu usuário. Quantos era ao todo, certo? E como eles eram, características deles [...]. (DOCENTE 3).

A docente disse também que a aula era gravada por um profissional, quinze dias antes era avaliada por uma equipe, que verificava se estava sendo usado material de algum autor de forma indevida, e além disso, tinha um professor auxiliar que filtrava as mensagens que chegavam com dúvidas dos discentes e controlava o tempo de apresentação da aula.

Na presente tese não adentramos no universo do trabalho docente nos cursos a distância, entretanto, não podemos desconsiderar a expansão dessa modalidade de ensino dos cursos de Serviço Social no Brasil. As entidades representativas da categoria profissional se manifestaram contrárias e dentre elas estão o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO), que desde o ano 2000 desenvolvem debates acerca dessa temática, se posicionando criticamente contrárias.

As posições tomadas desde então, são resultado de um processo aprofundado de debate coletivo, e que, portanto, não são atitudes políticas e institucionais sem embasamento, preconceituosas, ou no sentido de culpabilizar os discentes ou docentes envolvidos nesse tipo de formação. As entidades deixaram bem explícito que lutam por uma formação de qualidade, na qual os estudantes possam ampliar as condições de atuar criticamente no exercício profissional, apreender e participar de processos pedagógicos presenciais vinculados à pesquisa e à extensão, apreender as particularidades da construção e desenvolvimento do modo de produção capitalista e do Serviço Social no país, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade.

Sabemos que existem inúmeras dificuldades e desafios no ensino presencial, sobretudo em instituições privadas, que dizem respeito ao trabalho docente como ausência de destinação de carga horária prevista para pesquisa e extensão. Contudo, existe um movimento coletivo por parte do corpo docente e discente, que juntos, presencialmente, procuram materializar ações que vão ao encontro de uma formação de qualidade.

Portanto, as entidades representativas do Serviço Social deixam claro que não estão contra quem quer estudar, pelo contrário, sempre lutaram pela ampliação do acesso e pela educação como direito de todos e dever do Estado¹³.

1.2.1 O processo de expansão dos cursos de Serviço Social no Brasil

Pereira (2007), apresentou em sua tese que o Serviço Social teve uma significativa ampliação no número de cursos privados e inseridos em instituições não universitárias. Isso pôde ser comprovado através dos dados encontrados após consulta ao site do e-MEC de

¹³ Para maiores informações consultar: CFESS (2009b).

Instituições e Cursos de Educação Superior, com o objetivo de catalogar os cursos de Serviço Social no Brasil.

Com a finalidade de analisar onde estavam concentradas as IES, organizamos a apresentação levando em consideração a divisão territorial do Brasil:

- Região Norte: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins;
- Região Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe;
- Região Centro-Oeste: Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;
- Região Sudeste: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo;
- Região Sul: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

A pesquisa ao site do e-MEC foi realizada ao longo dos meses de julho a novembro de 2016, partindo inicialmente pela consulta das Instituições de Ensino Superior (IES) por estado e, em seguida a localização dessas IES por município, pois existem muitas Instituições de Ensino Superior que têm seus polos e câmpus em várias cidades. Tivemos algumas dificuldades para catalogar os cursos, em virtude do site do e-MEC se encontrar por várias vezes, fora do ar. Em outubro de 2017 realizamos uma nova consulta ao site para atualização dos dados, e constatamos algumas alterações, como a extinção de algumas IES do sistema e o aumento no número de polos de cursos a distância

Portanto, ressaltamos que apresentaremos as informações colhidas nessa última consulta, especificando todas as instituições, os câmpus e os polos onde são oferecidos cursos de Serviço Social, lembrando que possivelmente, alguns cursos podem ter sido descredenciados, ou outros novos, credenciados. Informamos que todas as instituições que oferecem os cursos de Serviço Social no Brasil, os respectivos anos de criação desses cursos, a natureza jurídica, as modalidades de ensino, as mantenedoras e as categorias administrativas estão descritas detalhadamente no Apêndice D. Acrescenta-se que essas instituições estão presentes em câmpus ou polos, em municípios de todos os estados brasileiros, conforme pode ser observado no Apêndice E, o qual foi organizado em tabelas, identificando as instituições e os municípios onde estão presentes os cursos de Serviço Social, o número de câmpus ou polos e a modalidade de ensino por estado.

Após a identificação das IES, que totalizam 98 no estado de São Paulo, acessamos o site¹⁴ de cada uma delas para conhecer o corpo docente dos cursos de Serviço Social, e pudemos observar que em muitas instituições, o corpo docente dos cursos é composto maioritariamente por docentes que não são assistentes sociais; além do que, muitos sites estavam desatualizados, desativados ou simplesmente não continham informações a respeito do corpo docente, contrariando o que preconiza a Lei nº 13.168/2015, a qual altera a redação do §1º do art. 47 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

§1º As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições, e a publicação deve ser feita, sendo as 3 (três) primeiras formas concomitantemente:

I – em página específica na internet no sítio eletrônico oficial da instituição de ensino superior, obedecido o seguinte:

a) Toda publicação a que se refere esta Lei deve ter como título “Grade e Corpo Docente”;

[...]

d) a página específica deve conter a data completa de sua última atualização;

[...]

V – deve conter as seguintes informações:

[...]

b) A identificação dos docentes que ministrarão as aulas em cada curso, as disciplinas que efetivamente ministrará naquele curso ou cursos, sua titulação, abrangendo a qualificação profissional do docente e o tempo de casa do docente, de forma total, contínua ou intermitente. (BRASIL, 2015).

É importante salientar que através dessa pesquisa identificamos 487 instituições de ensino superior que oferecem o curso de Serviço Social no Brasil, além das cidades em que se encontram os câmpus ou polos dessas IES (Apêndice E). É válido frisar que dentre as instituições identificadas, alguns cursos encontram-se em processo de desligamento voluntário ou em extinção, e outros já tiveram a abertura autorizada pelo Ministério da Educação, mas ainda não iniciaram suas atividades.

¹⁴ Inicialmente objetivávamos entrevistar um maior número de docentes de diversas IES, no entanto, em decorrência do prazo para a conclusão da tese não conseguimos essa pesquisa mais ampla.

MAPA 1 – Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos de Serviço Social



Fonte: Mapa elaborado por Letícia Terra Pereira com informações extraídas do site do e-MEC

Como pode ser observado no Mapa 1, a região com maior concentração de IES que oferecem cursos de Serviço Social é a Nordeste com 278, dentre essas, 16 são públicas, sendo 11 públicas federais, 3 públicas estaduais e 2 públicas municipais. A região Sudeste aparece em segundo lugar com maior número de IES que oferecem cursos de Serviço Social, 243, destas 21 são públicas: 4 públicas estaduais, 12 públicas federais e 5 públicas municipais. A região Norte tem 11 IES com cursos de Serviço Social, sendo que 5 são públicas: 4 federais e 1 estadual. A região Sul tem 114 IES com cursos de Serviço Social, sendo que 13 são públicas: 6 estaduais (todas apenas no estado do Paraná), 6 federais e 1 municipal. Já a região

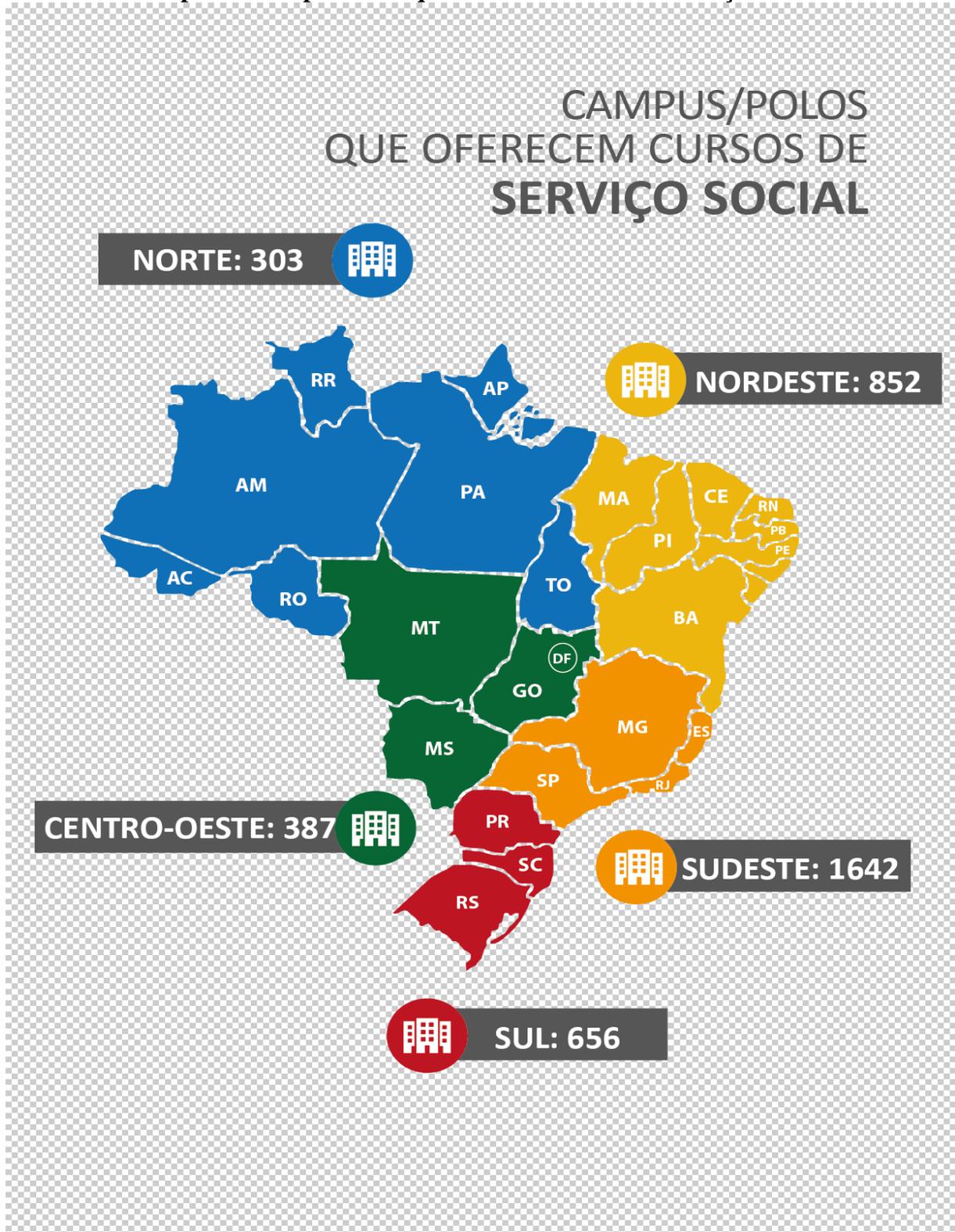
Centro Oeste contém 96 IES com cursos de Serviço Social, sendo que apenas 4 são públicas: 3 federais e 1 estadual.

Ainda em se tratando do Mapa 1, aproximadamente 30 das 487 IES com cursos de Serviço Social estão presentes em mais de um estado da União, sendo que alguns deles são oferecidos na modalidade presencial, outros a distância e, em alguns casos, nas duas modalidades como, por exemplo, o Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR), o Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR), a Universidade Paulista (UNIP), a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), o Centro Universitário Internacional (UNINTER) e a Universidade Anhanguera.

De acordo com o site do Ministério da Educação (2017), os polos de educação a distância ou polo de apoio presencial, são os locais próprios para o desenvolvimento de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância, onde os discentes participam das atividades de tutoria presenciais, biblioteca, teleaulas e fazem as avaliações, como provas e exames.

Em se tratando do número de câmpus e polos, encontramos uma quantidade maior na região Sudeste, seguida pelas regiões Nordeste, Sul, Centro Oeste e Norte, conforme pode ser observado no mapa a seguir.

Mapa 2 – Câmpus/Polos que oferecem cursos de Serviço Social



Fonte: Mapa elaborado por Letícia Terra Pereira com informações extraídas do site do e-MEC

A educação superior privada cresceu no país de forma mais acelerada que a educação pública. Conforme apresentado no Apêndice E, do ano de 2003 a 2017 o maior número de cursos de Serviço Social foi criado em instituições privadas e na modalidade presencial. Entretanto, houve também uma expansão de cursos de Serviço Social na modalidade a distância.

Com relação à criação de cursos em instituições públicas, observamos que isso foi possível através do Reuni, como é o caso da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o curso noturno da Universidade de Brasília (UNB). Além disso, uma das Ações previstas no Plano de Lutas¹⁵ do Conjunto CFESS/CRESS é o estímulo à abertura de curso de Serviço Social em IES públicas. Para tanto, o conjunto desenvolve várias atividades com vistas a concretizar essa Ação, procurando qualificar a formação e o trabalho profissional em Serviço Social.

Observamos que as IES que oferecem cursos de Serviço Social estão divididas entre Centros Universitários, Faculdades ou Faculdades Integradas, Universidades e os Institutos Superiores ou Escolas Superiores. De acordo com o Decreto nº 5.773/06 (BRASIL, 2006), as instituições de educação superior se classificam dessa forma em concordância com suas organizações e respectivas prerrogativas acadêmicas.

Originalmente as instituições são habilitadas como faculdades, sendo que o credenciamento como universidade ou centro universitário, “[...] depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade” (BRASIL, 2006). As universidades são instituições pluridisciplinares, podendo ser públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, seu corpo docente deve ser composto por pelo menos, um terço de mestres ou doutores, e um terço do corpo docente, em regime de tempo integral. Os centros universitários são instituições pluricurriculares, caracterizando-se pela oferta de excelência do ensino e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar. Além desses princípios, Pereira (2007, p. 251) apresenta que:

¹⁵ “O Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e contra a Precarização do Ensino Superior” apresenta a formação do Grupo de Trabalho “Trabalho e Formação Profissional”, composto pelos membros do CFESS, CRESS e ABEPSS, em novembro de 2008, com o objetivo de sistematizar estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior.

Faculdades integradas ou faculdades são instituições de educação superior, públicas ou privadas, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, com a finalidade de formar profissionais de nível superior, podendo ministrar cursos nos vários níveis (sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão) e modalidades do ensino.

Os institutos superiores ou escolas superiores são instituições de educação superior, públicas ou privadas, com finalidade de ministrar cursos nos vários níveis (sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão).

De acordo com essa organização acadêmica, identificamos 271 Faculdades, 166 Universidades, 70 Centros Universitários, 14 Faculdade Integradas, 2 Institutos Superiores e 5 Escolas Superiores no Brasil. Ou seja, a maioria dos cursos de Serviço Social estão concentrados em Faculdades.

Tendo em vista a dificuldade de não encontrarmos publicado o número de cursos (incluindo polos e câmpus) de Serviço Social, realizamos uma ampla pesquisa para dar mais visibilidade a esse cenário de expansão e a partir da qual elaboramos o Apêndice E, conforme descrito na Introdução. Optamos em fazer a apresentação dos dados referentes aos cursos por estado e consideramos importante a descritiva longa, por meio da apresentação e descrição das tabelas, pois assim, se tem uma visão mais precisa acerca da formação profissional. As tabelas a seguir foram elaboradas com base nos estados, no número de instituições, com seus câmpus ou polos, as modalidades presencial ou a distância e se são filiadas a ABEPSS.

Tabela 2 – Instituições, modalidade de ensino e filiação a ABEPSS
Região Norte

ESTADO	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES	CÂMPUS/ POLOS	MODALIDADE PRESENCIAL	MODALIDADE A DISTÂNCIA	FILIADA A ABEPSS
AC	12	22	4	18	0
AP	9	15	1	14	0
AM	22	40	12	28	2
PA	28	128	16	112	1
RO	17	43	5	38	0
RR	11	11	2	9	0
TO	16	44	5	39	1
TOTAL	115	303	45	258	4

Fonte: Elaborada por Letícia Terra Pereira, com base nas informações extraídas do site do e-MEC (2016-2017).

Iniciamos pela região **Norte**, com a **Tabela 2** na qual apresentamos o estado do Acre com 12 instituições de ensino superior com cursos de Serviço Social, distribuídas em 22 câmpus/polos, sendo que 4 desses cursos são oferecidos na modalidade presencial e 18 na

modalidade a distância. No Amapá existem 9 instituições, distribuídas em 15 câmpus/polos, sendo 1 na modalidade presencial e 14 são na modalidade a distância. Em se tratando do estado do Amazonas, existem 22 instituições, distribuídas em 40 câmpus/polos, sendo que 12 presenciais e 28 na modalidade a distância. No estado do Pará existem 28 instituições, distribuídas em 128 câmpus/polos, enquanto apenas 16 são presenciais, 112 são na modalidade a distância. Em Rondônia existem 17 instituições com 43 câmpus/polos, sendo que 5 são presenciais e 38 a distância. Em Roraima existem 11 instituições que oferecem cursos de Serviço Social com 11 câmpus/polos, sendo que 9 são na modalidade a distância e 2 presenciais. Em se tratando do Tocantins existem 16 instituições com cursos de Serviço Social, distribuídas em 44 câmpus/polos, sendo que 5 são presenciais e 39 são cursos a distância. Ainda de acordo com a **Tabela 2**, na região Norte apenas 4 cursos de Serviço Social são associados à ABEPSS, os quais se encontram nos estados do Amazonas (2), Pará (1) e Tocantins (1).

Através dessas informações, foi possível observar que na região Norte a predominância de cursos de Serviço Social na modalidade a distância é muito maior que na presencial, são 258 a 45.

Com relação as categorias administrativas das instituições de ensino superior que oferecem cursos na região **Norte**, elaboramos a **Tabela 3** e dividimos as instituições em públicas federais, públicas estaduais, públicas municipais, privadas sem fins lucrativos e privadas com fins lucrativos.

Tabela 3 – Instituições e Categorias Administrativas
Região Norte

ESTADO	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES	PÚBLICA FEDERAL	PÚBLICA ESTADUAL	PÚBLICA MUNICIPAL	PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS	PRIVADA COM FINS LUCRATIVOS
AC	12	0	0	0	4	8
AP	9	0	0	0	3	6
AM	22	1	0	0	9	12
PA	28	1	0	0	11	16
RO	17	0	0	0	10	7
RR	11	0	1	0	4	6
TO	16	1	1	0	7	7
TOTAL	115	3	2	0	48	62

Fonte: Elaborada por Letícia Terra Pereira, com base nas informações extraídas do site do e-MEC (2016-2017).

A começar pelo estado do Acre que tem 12 instituições com cursos de Serviço Social, dessas, 4 são privadas sem fins lucrativos e 8, privadas com fins lucrativos. No Amapá, das 9

IES, 3 são privadas sem fins lucrativos e 6 privadas com fins lucrativos. No Amazonas existem 22 instituições, as quais são 1 pública federal, 9 privadas sem fins lucrativos e 12 privadas com fins lucrativos. No Pará, das 28 IES, 1 é pública federal, 11 privadas sem fins lucrativos e 16 privadas com fins lucrativos. Em Rondônia, das 17 IES, 10 são privadas sem fins lucrativos, enquanto 7 são privadas com fins lucrativos. Em Roraima, existem 11 IES, sendo 1 pública estadual, 4 privadas sem fins lucrativos e 6 privadas com fins lucrativos. No estado do Tocantins, das 16 instituições de ensino com cursos de Serviço Social 1 é pública federal, 1 pública estadual, 7 privadas sem fins lucrativos e 7 privadas com fins lucrativos. Ou seja, o número de instituições privadas na região Norte é esmagadoramente maior que o número de instituições públicas, sendo que não a região não conta com nenhuma IES pública municipal com curso de Serviço Social.

**Tabela 4 – Instituições, câmpus/polos, modalidades de ensino e filiação a ABEPSS
Região Nordeste**

ESTADO	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES	CÂMPUS/ POLOS	MODALIDADE PRESENCIAL	MODALIDADE A DISTÂNCIA	FILIADA A ABEPSS
AL	23	47	10	37	0
BA	57	331	45	288	1
CE	35	73	23	50	1
MA	31	52	17	35	1
PB	23	50	12	38	3
PE	36	117	21	96	1
PI	32	71	21	50	1
RN	23	62	10	52	1
SE	18	49	8	41	2
TOTAL	278	852	167	687	11

Fonte: Elaborada por Letícia Terra Pereira, com base nas informações extraídas do site do e-MEC (2016-2017).

Na região **Nordeste**, na **Tabela 4** encontramos o estado de Alagoas com 23 instituições de ensino superior com cursos de Serviço Social, distribuídas em 47 câmpus/polos, sendo que 10 desses cursos são oferecidos na modalidade presencial e 37 na modalidade a distância. Na Bahia existem 57 instituições, distribuídas em 331 câmpus/polos, sendo que 45 presenciais e 288 na modalidade a distância. No estado do Ceará, existem 35 instituições, distribuídas em 73 câmpus/polos, sendo que 23 são presenciais e 50 na modalidade a distância. No estado do Maranhão existem 31 instituições, distribuídas em 52 câmpus/polos, e destes, 17 são na modalidade presencial, enquanto 35 são na modalidade a distância. No estado da Paraíba existem 23 instituições com 50 câmpus/polos, sendo que 12 são presenciais e 38 a distância. Em Pernambuco existem 36 instituições que oferecem cursos

de Serviço Social com 117 câmpus/polos, sendo que 21 são presenciais e 96 são na modalidade a distância. No Piauí existem 32 instituições com cursos de Serviço Social, distribuídas em 71 câmpus/polos, sendo que 21 são presenciais e 50 são cursos oferecidos na modalidade a distância. No Rio Grande do Norte as 23 instituições estão distribuídas em 62 câmpus/polos, sendo que 10 são presenciais e 52 são cursos oferecidos na modalidade a distância. E por fim, o estado do Sergipe com 18 IES, 49 câmpus/polos, sendo que 8 são cursos presenciais e 41 na modalidade a distância. Ainda de acordo com a **Tabela 4**, na região Nordeste 11 cursos de Serviço Social são associados à ABEPSS, os quais se encontram nos estados da Bahia (1), Ceará (1), Maranhão (1), Paraíba (3), Pernambuco (1), Piauí (1), Rio Grande do Norte (1) e Sergipe (2). A modalidade a distância predomina nessa região do país, são 687 a 167 presenciais.

Tabela 5 - Instituições e Categorias Administrativas
Região Nordeste

ESTADO	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES	PÚBLICA FEDERAL	PÚBLICA ESTADUAL	PÚBLICA MUNICIPAL	PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS	PRIVADA COM FINS LUCRATIVOS
AL	23	1	0	0	11	11
BA	57	2	0	0	21	34
CE	35	1	1	0	8	25
MA	31	1	0	0	8	21
PB	23	2	1	0	6	14
PE	36	1	0	2	13	20
PI	32	1	0	0	8	23
RN	23	1	1	0	7	14
SE	18	1	0	0	7	10
TOTAL	278	11	3	2	89	172

Fonte: Elaborada por Letícia Terra Pereira, com base nas informações extraídas do site do e-MEC (2016-2017).

Com relação as categorias administrativas das instituições de ensino superior que oferecem cursos de Serviço Social na região Nordeste, elaboramos a **Tabela 5**, assim como a **Tabela 3**, dividindo-a em instituições públicas federais, públicas estaduais, públicas municipais, privadas sem fins lucrativos e privadas com fins lucrativos. Iniciando pelo estado do Alagoas que possui 23 instituições com cursos de Serviço Social, dessas, 1 é pública federal, 11 são privadas sem fins lucrativos e 11 privadas com fins lucrativos. Na Bahia, das 57 IES, 2 são públicas federais, 21 são privadas sem fins lucrativos e 34 privadas com fins lucrativos. No Ceará existem 35 instituições, as quais são 1 pública federal, 1 pública estadual, 8 privadas sem fins lucrativos e 25 privadas com fins lucrativos. No estado do

Maranhão tem 31 IES, sendo que 1 é pública federal, 8 são privadas sem fins lucrativos e 21 são privadas com fins lucrativos. No estado da Paraíba tem 23 IES, com 2 públicas federais, 1 pública estadual, 6 privadas sem fins lucrativos e 14 privadas com fins lucrativos. Em Pernambuco encontramos 36 instituições, sendo que 1 é pública federal, 2 públicas municipais, 13 privadas sem fins lucrativos e 20 privadas com fins lucrativos. No estado do Piauí tem 32 IES, com 1 uma delas sendo pública federal, 8 privadas sem fins lucrativos e 23 privadas com fins lucrativos. No Rio Grande Norte o número de IES é 23, sendo que 1 é pública federal, 1 pública estadual, 7 são privadas sem fins lucrativos e 10 privadas com fins lucrativos. E por fim, em Sergipe, das 18 instituições com cursos de Serviço Social, 1 é pública federal, 7 são privadas sem fins lucrativos e 10 privadas com fins lucrativos. Assim como na região Norte, o número de curso em instituições privadas na região **Nordeste** é maior que o número de instituições públicas.

**Tabela 6– Instituições, Câmpus/Polos, Modalidades de Ensino e Filiação a ABEPSS
Região Centro Oeste**

ESTADO	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES	CÂMPUS/ POLOS	MODALIDADE PRESENCIAL	MODALIDADE A DISTÂNCIA	FILIADA A ABEPSS
DF	23	48	11	37	1
GO	27	141	11	130	1
MT	27	104	12	90	1
MS	19	94	5	91	0
TOTAL	96	387	39	348	3

Fonte: Elaborada por Letícia Terra Pereira, com base nas informações extraídas do site do e-MEC (2016-2017).

As informações sobre a região **Centro Oeste**, expostas na **Tabela 6**, mostram o Distrito Federal com 23 instituições, distribuídas em 48 câmpus/polos com cursos de Serviço Social, sendo que 11 são oferecidos na modalidade presencial e 37 a distância. No estado de Goiás identificamos 27 instituições, com 141 câmpus/polos, sendo que 11 são na modalidade presencial e 130 a distância. No estado do Mato Grosso constam 27 IES, com 104 câmpus/polos, destes, 12 são na modalidade presencial e 90 a distância. E por fim, o estado do Mato Grosso do Sul com 19 instituições com curso de Serviço Social, com 94 câmpus/polos, destes 5 são cursos na modalidade presencial e 91 na modalidade a distância. Ainda de acordo com a **Tabela 6**, na região **Centro Oeste** apenas 3 cursos de Serviço Social são associados à ABEPSS, os quais se encontram no Distrito Federal (1), nos estados de Goiás (1) e Mato Grosso (1). Através dessas informações, foi possível observar que na região Centro Oeste a

prevalência de cursos de Serviço Social na modalidade a distância, assim como nas outras regiões já apresentadas, é muito maior que na modalidade presencial.

Tabela 7 - Instituições e categorias administrativas

Região Centro Oeste

ESTADO	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES	PÚBLICA FEDERAL	PÚBLICA ESTADUAL	PÚBLICA MUNICIPAL	PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS	PRIVADA COM FINS LUCRATIVOS
DF	23	1	0	0	12	10
GO	27	1	0	0	11	15
MT	27	1	1	0	14	11
MS	19	0	0	0	11	8
TOTAL	96	3	1	0	48	44

Fonte: Elaborada por Letícia Terra Pereira, com base nas informações extraídas do site do e-MEC (2016-2017).

A **Tabela 7** apresenta as instituições e suas categorias administrativas da região **Centro Oeste**. No Distrito Federal das 23 IES 1 é pública federal, 12 privadas sem fins lucrativos e 10 privadas com fins lucrativos. Em Goiás das 27 instituições, 1 é pública federal, 11 privadas sem fins lucrativo e 15 privadas com fins lucrativos. No Mato Grosso existem 27 IES com cursos de Serviço Social, sendo que 1 é pública federal, 1 pública estadual, 14 privadas sem fins lucrativos e 11 privadas com fins lucrativos. No Mato Grosso do Sul existem 19 instituições, as quais 11 são privadas em fins lucrativos e 8 privadas com fins lucrativos. Observamos que o número de instituições privadas é esmagadoramente maior que as públicas, e inexistem IES públicas municipais com cursos de Serviço Social nessa região.

Tabela 8 – Instituições, câmpus/polos, modalidades de ensino e filiação a ABEPSS

Região Sudeste

ESTADO	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES	CÂMPUS/ POLOS	MODALIDADE PRESENCIAL	MODALIDADE A DISTÂNCIA	FILIADA A ABEPSS
ES	29	91	12	79	1
MG	77	397	67	330	2
RJ	39	192	56	136	4
SP	98	964	100	864	6
TOTAL	243	1644	235	1409	13

Fonte: Elaborada por Letícia Terra Pereira, com base nas informações extraídas do site do e-MEC (2016-2017).

Em se tratando da região **Sudeste**, a **Tabela 8** apresenta os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. No estado do Espírito Santo encontramos 29 instituições com cursos de Serviço Social e 91 câmpus/polos, sendo que 12 são na modalidade presencial e 79 a distância. Em Minas Gerias o número é de 77 IES, com 397 câmpus/polos,

sendo que 67 são presenciais e 330 a distância. No Rio de Janeiro o número de instituições é de 39, com 192 câmpus/polos, sendo que 56 são presenciais e 136 a distância. E por fim, o estado de São Paulo que conta 98 instituições de ensino superior que oferecem cursos de Serviço Social com 964 câmpus/polos, sendo que 100 são presenciais e 864 a distância. Ainda de acordo com a **Tabela 8**, na região Sudeste apenas 13 cursos de Serviço Social são associados à ABEPSS, os quais se encontram nos estados de São Paulo (6), Rio de Janeiro (4), Minas Gerais (2) e Espírito Santo (1). Ou seja, todos os estados dessa região têm cursos filiados à entidade.

Tabela 9 – Instituições e categorias administrativas
Região Sudeste

ESTADO	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES	PÚBLICA FEDERAL	PÚBLICA ESTADUAL	PÚBLICA MUNICIPAL	PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS	PRIVADA COM FINS LUCRATIVOS
ES	29	1	0	0	15	13
MG	77	6	1	0	36	33
RJ	39	4	1	0	20	14
SP	98	1	1	4	53	38
TOTAL	243	12	3	4	124	98

Fonte: Elaborada por Letícia Terra Pereira, com base nas informações extraídas do site do e-MEC (2016-2017).

Conforme a **Tabela 9**, quanto à categoria administrativa das IES da região **Sudeste**, identificamos 1 pública federal, 15 privadas sem fins lucrativos e 13 privadas com fins lucrativos, no Espírito Santo. Em Minas Gerais tem 6 públicas federais, 1 pública estadual, 36 privadas sem fins lucrativos e 33 privadas com fins lucrativos. No Rio de Janeiro o número de públicas federais é de 4, pública estadual 1, privadas sem fins lucrativos 20 e privadas com fins lucrativos 14. Em São Paulo, que é o estado com maior número de IES e câmpus/polos, o número de instituições públicas é muito pequeno se comparado aos demais estados dessa e das outras regiões. Existe apenas 1 pública federal, 1 pública estadual e 4 públicas municipais. Enquanto as privadas sem fins lucrativos contabilizam 53 e as privadas com fins lucrativos 38.

**Tabela 10 – Instituições, Câmpus/Polos, Modalidades de Ensino e Filiação a ABEPSS
Região Sul**

ESTADO	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES	CÂMPUS/ POLOS	MODALIDADE PRESENCIAL	MODALIDADE A DISTÂNCIA	FILIADA A ABEPSS
PR	50	282	37	245	2
RS	35	210	22	188	5
SC	29	164	15	149	2
TOTAL	114	656	74	582	9

Fonte: Elaborada por Letícia Terra Pereira, com base nas informações extraídas do site do e-MEC (2016-2017).

A última região analisada na **Tabela 10**, é a região **Sul**, composta pelos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A começar pelo Paraná, identificamos 50 instituições de ensino superior que oferecem cursos de Serviço Social, com 282 polos/câmpus distribuídos pelos municípios do estado, sendo que 37 são na modalidade presencial e 245 a distância, e apenas 2 cursos do estado são filiados a ABEPSS. No Rio Grande do Sul encontramos 35 instituições, com 210 câmpus/polos, sendo que 22 são presenciais e 188 a distância, e destes cursos, 5 são filiados a ABEPSS. Em Santa Catarina encontramos 29 IES com 164 câmpus/polos, sendo que 15 são presenciais e 149 são a distância, destes cursos 2 são filiados à ABEPSS.

**Tabela 11 – Instituições e categorias administrativas
Região Sul**

ESTADO	NÚMERO DE INSTITUIÇÕES	PÚBLICA FEDERAL	PÚBLICA ESTADUAL	PÚBLICA MUNICIPAL	PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS	PRIVADA COM FINS LUCRATIVOS
PR	50	2	6	0	19	22
RS	35	3	0	0	21	11
SC	29	1	0	1	13	14
TOTAL	114	6	6	1	53	47

Fonte: Elaborada por Letícia Terra Pereira, com base nas informações extraídas do site do e-MEC (2016-2017).

Analisando a **Tabela 11**, região **Sul**, constatamos que o estado do Paraná conta com 50 IES, sendo 2 públicas federais, 6 públicas estaduais, 19 privadas sem fins lucrativos e 22 privadas com fins lucrativos. O Rio Grande do Sul possui 35 IES, sendo 3 públicas federais, 21 privadas sem fins lucrativos e 11 privadas com fins lucrativos. Santa Catarina possui 29 IES, sendo 1 pública federal, 1 pública municipal, 13 privadas sem fins lucrativos e 14 privadas com fins lucrativos. Com relação às categorias administrativas das instituições públicas e privadas dos estados que compõem a região **Sul**, **Tabela 11**, o maior número de

IES que oferece o curso de Serviço Social pertence a categoria administrativa privada sem fins lucrativos.

1.3 A precarização no mundo do trabalho e suas refrações no processo de trabalho dos assistentes sociais

Existe uma discussão no campo do Serviço Social brasileiro¹⁶ que entende a profissão como trabalho, e o assistente social como trabalhador assalariado pertencente ao conjunto da classe trabalhadora, e que, portanto, sofre os mesmos rebatimentos da exploração capitalista, esteja ele inserido em qualquer campo de trabalho, inclusive na docência em instituições públicas e privadas.

Partilhamos da compreensão de Albuquerque (2015), a qual, baseada em seus estudos de Yamamoto, demonstrou em sua tese de doutorado, que para analisar a natureza produtiva ou improdutiva do trabalho, é necessário ter presente que ela não diz respeito ao trabalhador individual, mas sim, ao coletivo de trabalhadores que estejam em relação com o capital, com o propósito de multiplicá-lo. E que, além disso, essa relação suponha o capital na sua forma produtiva e não financeira, que não cria valor, apenas se apropria do valor produzido.

A pesquisadora levantou um apontamento acerca do equívoco que surge em se tratando de trabalho produtivo, o qual muitas vezes está associado ao trabalho que transforma diretamente a natureza, ou ao que é identificado diretamente com o trabalho do operário da fábrica. Para exemplificar isso, ela recupera Marx, que apresenta as diferenças do trabalho produtivo em relação ao trabalho da fábrica, se referindo ao mestre-escola, que trabalha para desenvolver a mente das crianças, mas também, para enriquecer os capitalistas. Ou seja, só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista (ALBUQUERQUE, 2015).

Albuquerque (2015), pontua também que o trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação e produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador instrumento direto de criar mais-valia. Isso se torna claro quando compreendemos o trabalho docente em instituições de ensino privadas, nas quais os trabalhadores desenvolvem seu trabalho, recebem pela hora/aula, mas o excedente de horas trabalhadas não é contabilizado no salário final, como podemos constatar pelo depoimento da Docente 1:

¹⁶ Consultar Yamamoto, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempos de capital fetiche.**

A gente não era nem carteira assinada, só pra você ter uma ideia. A gente era cooperativado. Então, a gente não tinha os nossos direitos trabalhistas. Nenhum garantido, nenhum. A gente dava era hora/aula e não tinha nem assim, como hoje... Eu acho que até... Hoje... A gente tinha uma luta lá pra ser carteira assinada ou se a gente não conseguisse ser carteira assinada, mas pelo menos pra gente ter é... Um total de carga horária fechada por aula. Por exemplo, 20 horas ou 40 horas. E dentro dessas 20 horas que a gente tivesse um número X de aulas, mas também um número X de preparação de aula. Porque a gente não tinha, sabe? (DOCENTE 1).

No modo de produção capitalista, nem todo trabalho assalariado é produtivo, mas todo trabalho produtivo é assalariado, pois essa é uma relação social determinada, que supõe o trabalho na forma assalariada, e os meios de trabalho, como capital (IAMAMOTO, 2008). Isso vale tanto para quem produz mercadoria material, como imaterial, ambas vendidas no mercado visando o crescimento da riqueza apropriada pelo capitalista, o que pode ser observado através da compreensão da educação hoje encarada como mercadoria.

Dentro desse processo, a jornada de trabalho é composta pelo tempo necessário para a reprodução do trabalhador como classe, o tempo pago pelo capitalista e o trabalho excedente (realizado para além do necessário e que não é pago, mas sim apropriado pelo capitalista). O que também pode ser comprovado pela experiência das docentes entrevistadas, no que diz respeito a forma de contrato de trabalho que as instituições privadas de ensino estabelecem.

Dentro dessa lógica de acumulação capitalista, o trabalhador está cada vez mais sendo submetido ao tempo e ao controle das instituições, vivenciando o consumo do tempo pelo trabalho, seja pelas instituições privadas, seja pelas instituições públicas, acarretando inclusive um processo de adoecimento. Isso pode ser constatado pelas falas das docentes entrevistadas, que apresentam expressões distintas desse mesmo processo de precarização.

Parece que é um ciclo que a gente vai e a gente não percebe também, o quanto isso é danoso, o quanto isso é prejudicial pra nossa saúde mental. E a gente vai repetindo, a gente vai reproduzindo inconscientemente a própria lógica do produtivismo, a própria lógica do capital, entendeu? Então isso é tão perverso. Porque a gente incorporou, a gente absorveu, a gente naturalizou essa lógica perversa do capitalismo. (DOCENTE 1).

É uma lógica tão perversa que dificulta ao trabalhador romper com esse processo, pois envolve não apenas uma questão de escolha, como também questões objetivas e concretas de sobrevivência. Há uma cobrança acentuada, que muitas vezes, se transforma numa cobrança interna e até por parte dos colegas de trabalho, além da competitividade, do alto grau de

exigência dos avaliadores institucionais, tanto na graduação como na pós-graduação, em contraposição às reais condições de trabalho.

Só que eu não consigo mais romper com isso. Eu já estou, já naturalizei, eu já começo a entrar em um processo de alienação, de competição. Porque eu tenho que estar ali, porque eu tenho que estar orientando, porque eu tenho que produzir, tenho que produzir. Agora vem a lógica do produtivismo da CAPES. Porque você tem que produzir, tem que produzir... E não é qualquer produção. Porque eu acho que eu produzo, eu produzo muito. Eu tô na gestão, eu tô na reitoria, na pró-reitoria de assuntos estudantis, que é a PRAE. Dentro da pró-reitoria eu assumo uma pró-reitoria de ações afirmativas e permanência estudantil. Eu quero dizer que eu produzo. Estou nessa pró-reitoria, tô na relação junto com os alunos, tenho meus grupos de discussão, enfim. Mas só que essa produção é invisível pra CAPES. [...] Tem que fazer igual aquela história dos trabalhadores, tem que colocar o sapato na máquina para poder parar, sabe? Porque senão, a gente tá enlouquecendo. A gente tá adoecendo. (DOCENTE 1, 2017).

A Docente 5 apontou algumas questões diferentes acerca da precarização do trabalho, dizendo que já chegou na instituição pública de forma precarizada, ou seja, o contrato de trabalho dela era diferente do contrato dos professores que ingressaram anteriormente, e que seu salário só foi equiparado ao de seus companheiros de trabalho, após três anos. Pontuou que nas instituições privadas a precarização é muito forte, mas que nas públicas, ela também acontece, encontradas através das dificuldades materiais para o desenvolvimento do trabalho.

Outras duas docentes da instituição pública apontaram questões distintas acerca da precarização do trabalho, que vão desde a estrutura física institucional e questão salarial, por parte da docente que ingressou a menos tempo na instituição, ao adoecimento docente, em decorrência do acúmulo de trabalho, por parte da profissional que está há mais tempo na instituição.

Segundo a Docente 2, nas experiências profissionais que teve em instituições privadas – em se tratando da precarização do trabalho – a questão salarial era um dos pontos mais difíceis a ser enfrentado. Mas, mesmo diante dessa dificuldade, o corpo docente das instituições desenvolvia um trabalho de enfrentamento comprometido politicamente, alguns que não concordavam com as exigências institucionais (principalmente depois que as faculdades foram vendidas para grandes empresas educacionais) pediam demissão e aqueles que tinham medo de serem demitidos, reproduziam o que a instituição demandava.

Com relação a sua experiência enquanto docente de uma universidade pública estadual, relatou que para ela a precarização do trabalho tem outro patamar, pois acredita que essa instituição tenha uma condição de trabalho privilegiada se comparada a instituições

públicas federais, por exemplo. Ela apontou que na pública estadual os docentes têm de fato um salário-base fixo, apesar de não ser possível ascender na carreira, têm salas para trabalhar, enfim, têm condições mínimas de trabalho. Mas apresenta duas grandes dificuldades que afetam as condições de trabalho: o compromisso com a formação e as relações pessoais.

Em se tratando do compromisso por parte corpo docente com a formação, existe a dificuldade de se reunirem para discussões sobre o projeto pedagógico do curso, o que estão ministrando nas disciplinas e também em relação ao estágio. Acredita que isso provavelmente acontece, em decorrência das divergências políticas existentes dentro da instituição. Ressalta, portanto, que não são as condições objetivas da carreira que contribuem para e adoecimento docente, mas sim, essa fragilidade nas relações pessoais.

Esse adoecimento não tem por conta das condições objetivas da carreira. É por conta das condições pessoais. Então, eu olho [...] e penso assim: A gente está num lugar que ainda em face de toda a precarização que existe nas universidades públicas e privadas, a gente ainda está na melhor condição. Do ponto de vista das relações, do compromisso, a gente está nas piores condições. Porque se a gente tivesse um coletivo de professores que nessas condições estivesse junto, essa universidade seria uma referência de uma universidade, do ponto de vista do Serviço Social. (DOCENTE 2).

A Docente 2 apontou outros aspectos com relação a mudanças que acontecerão na universidade no que diz respeito à forma de avaliação docente, o que antes era feito individualmente, agora o peso maior será dado no coletivo. Ou seja, a pontuação desse coletivo, afetará na quantia de verbas que irá para o Departamento do curso, que garantirá bolsas para os estudantes, o que poderá acirrar ainda mais a competitividade entre os docentes.

Então, se eu produzo e você não, isso vai levar uma competitividade muito maior do que a gente já tem dentro do Departamento. [...] Porque a nota do Departamento pela produção dos professores vai contar na hora de vir verba pra gente. Na hora de determinar o número de bolsas que a gente vai ter. (DOCENTE 2).

A mesma docente se referiu à forma de contrato dos professores substitutos, que é totalmente diferente dos professores efetivos, muito mais precarizado. E disse que atualmente, a instituição autorizou a contratação de doutorandos para dar aulas no lugar dos professores substitutos, recebendo apenas uma bolsa de aproximadamente R\$700,00 para ministrar até 12horas/aula semanais. Todos esses elementos apresentados pela Docente 2 demonstram aspectos distintos no processo de precarização do trabalho, assim como a fragilidade das

relações entre o corpo docente do curso, o que do nosso ponto de vista, afeta também o processo de formação dos futuros assistentes sociais.

Já a Docente 7, que está há mais tempo na instituição, contextualizou a universidade brasileira na atualidade elencando algumas dificuldades que encontra na instituição na qual está inserida, a começar pela questão contratual e a forma como se aposentará. Quando ingressou na universidade pública, sua forma de contrato era celetista e posteriormente com a realização de o concurso para estatutária. Ressaltou também que ainda existem professores celetistas na universidade, e que no ano de 2017 o governo do estado de São Paulo não pagaria o décimo terceiro salário para os estatutários, apenas para os celetistas. Em se tratando da sua aposentadoria, esta não será integral como a de seus companheiros de trabalho que ingressarem anteriormente.

Então veja, já existe um processo. Esse processo se dá dessa maneira na contratação, se dá na racionalidade administrativa que administra os fundos da Universidade, se dá na quebra da isonomia da Universidade, se dá na intensificação do trabalho nosso. Então, agora não tem concurso público. [...] Se dá pelo rompimento da relação ensino-pesquisa e extensão. Por exemplo, o privilégio que vem sendo dado à área de pesquisa, que é muito importante, mas não é a única. Uma certa flexibilização no ensino e um absoluto desprezo pela extensão ou quando se valoriza, se valoriza aquela extensão empresarial [...]. (DOCENTE 7).

Além dessa questão assinala outras muito relevantes, que tratam da forma como os fundos públicos são administrados, da quebra da isonomia dentro da universidade, da intensificação do trabalho, além do rompimento entre ensino, pesquisa e extensão. O que pode ser notado pelo privilégio que se dá à pesquisa, uma certa flexibilização no ensino e um “desprezo” pela extensão. Ou seja, o tripé da universidade pesquisa-ensino-extensão está fragilizado e é mais valorizado aquele eixo que gera uma possibilidade maior de lucro, mesmo nas universidades públicas, através de parcerias com empresas privadas.

Portanto, as duas docentes 2 e 7 apontaram aspectos distintos acerca do trabalho dentro da instituição pública estadual, no que se refere aos contratos de trabalho, à administração da universidade, à forma como se apresenta a pesquisa, o ensino e a extensão, acrescidos pela fragilidade das relações pessoais entre o corpo docente.

A Docente 8 relatou que entende a precarização para o docente hoje é em relação às condições de trabalho, contrato de trabalho, redução dos salários, o que afeta diretamente a vida do trabalhador, que na maioria das vezes, se vê obrigado a procurar outros empregos, por uma questão de necessidade, de sobrevivência.

Antes você ganhava dois mil, você vai ganhar mil. Você ganhava quatro, você vai ganhar dois. Então, o salário que [...] pagava pra coordenação de curso há quase dez anos atrás era quatro mil reais. Hoje, uma coordenação de curso, você não recebe mais que dois mil reais. Então, dez anos depois. Só que a faculdade, pra ela se manter competitiva no mercado, ela não pode mais pagar um professor pra ficar quarenta horas. Então, ela paga dez horas, paga dois mil reais e você não vai viver com dois mil reais. Então, você vai arrumar outro trabalho. (DOCENTE 8).

Para a Docente 6 as dificuldades encontradas nas experiências que teve em instituições privadas, foram as questões salariais e estruturais. Em uma universidade privada, ela teve a opção de não ser registrada e assim o fez, em decorrência da arrecadação para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o que não compensaria. Já em outra experiência, as dificuldades maiores eram com relação à estrutura física: salas pequenas, sem ventilação, lousa ruim e cadeiras muito ruins. E em se tratando da sua experiência como docente e coordenadora do curso de uma pública municipal e como docente em uma instituição privada, também é a questão salarial, pois foram cortadas as ajudas de custo e gratificações, apesar da remuneração ser melhor que em muitas outras de instituições de ensino superior da região. Outro ponto apontado como dificuldade foi a falta de incentivo à pesquisa, à extensão e a participação em eventos, o que difere um pouco da experiência relatada pela Docente 7.

As experiências das docentes da instituição privada nos mostraram realidades muito próximas daquelas apontadas pelas docentes das instituições públicas, que já trabalharam em instituições privadas, principalmente a questão salarial. Um ponto abordado pela Docente 3 é a questão da incerteza e tensão que se vive em relação à abertura de novas turmas ou não, “no ano seguinte”, conforme pode ser observado nesse trecho:

Eu to tanto vinculada a esse mundo do trabalho, o que que é essa crise do Capital? Na verdade, vai tá sempre em crise... O discurso é: quando tem uma ameaça do lucro, é crise... Mas é... A busca por esse lucro é incessante, então ele sempre vai tá em crise... Ele nunca vai parar, e aí a Faculdade, a Universidade, quando ela viu lá, por exemplo, “redução das bolsas”, “redução dos incentivos públicos” pra essa máquina funcionar, é... Vai afetar no professor, na... Eu tinha colegas de trabalho, tenho ainda, que são muito dependentes desse salário... [...] Mas assim, essas tensões de “ah, vai abrir curso? Não vai? Eu vou ter aula no ano que vem?” Eu vi assim, um sofrimento muito grande, até de fazer planejamentos futuros, então o professor também tava nessa tensão toda... (DOCENTE 3).

E dentro desse cenário, a Docente 3 apontou que existia na universidade um corpo docente com uma direção política alinhada, que brigava pelo curso, que se organizava de acordo com a disponibilidade de cada um. Por exemplo, se um docente podia ministrar duas

aulas, e outro quatro, isso não gerava um mal-estar entre eles, acordavam da melhor forma possível. Entretanto, com o passar dos anos e o acirramento das tensões referentes à própria dinâmica da sociedade, aos poucos esse corpo docente foi se desarticulando, surgindo até algumas disputas. Quando esse movimento aconteceu, acrescido pelo

[...] desânimo financeiro, de perceber que eu tava mais explorada [...],

a Docente 3 percebeu que haveriam cortes nas contratações, daí, pediu para se desligar da instituição.

Também da universidade privada, a Docente 4 trouxe uma outra expressão da precarização do trabalho, que se refere à forma de como as instituições demandam dos docentes, muitas vezes solicitam que não sejam cobradas muitas atividades dos estudantes. E na maioria das vezes, os estudantes de Serviço Social apresentam grande defasagem na aprendizagem, dificuldade de leitura, sendo muito vinculados a questões religiosas, o que traz consequências na condução das aulas, pois nos dizeres da própria Docente 4:

Então, eu não consigo, né? Ver essa... Enquanto trabalho, porque isso acho que frustra demais. Chegar pra dar aula, você ter uma aula preparada, e você ver que o aluno não estudou, não leu, não trouxe a parte dele. E aí como você faz com isso, né? Porque sem a leitura também você não consegue trabalhar. E aí as duas experiências que eu tive, [...], eles cobram que o professor não pode cobrar o aluno. Então, aí fica bem complicado. E aí eu me sinto insatisfeita mesmo. O quanto que eu tô contribuindo? Porque de certa forma, eu tô formando a minha categoria profissional, né? Eu tô contribuindo pro sucateamento da minha categoria profissional, né?

Além disso, uma outra expressão da precarização na vida da Docente 3, o que também foi pontuado pela Docente 1, é a forma como o trabalho invade os espaços da vida privada, tendo em vista o acúmulo de trabalho. O que, no caso das instituições privadas, na maioria das vezes não é remunerado.

Então o tempo de lazer que eu pudesse ter no final de semana, eu usava pra poder preparar aula, pra poder preparar o trabalho, ou corrigir os trabalhos, ou corrigir as provas, então eu me via numa atividade ininterrupta que se estendia pra casa. Mas então a atividade de docência ela era ...era como se eu encaixasse coisas no meu dia a dia pessoal, da minha vida pessoal, assim do meu lazer, pra poder usar pra docência. Então ela não se...não era só dentro da sala de aula, né, ela ia muito além da sala de aula, sentia cansaço. (DOCENTE 3).

Todas essas dificuldades elencadas pelas docentes entrevistadas retratam a realidade de precarização em que se encontra o trabalhador docente nas IES, com algumas especificidades, de acordo com sua categoria administrativa. As questões referentes aos precários contratos de trabalho, referentes ao medo e a insegurança de perder o emprego, ao acúmulo e intensificação do trabalho, às frágeis relações pessoais, recursos materiais e físicos muito precários, são problemas muito semelhantes aos que os trabalhadores das fábricas vivenciam em seus espaços sócio ocupacionais.

Portanto, precisamos compreender a vida humana em sua essência, as relações na qual os trabalhadores assistentes sociais estão inseridos. E isso requer um esforço profundo e comprometido com o desvelar da realidade, procurando encontrar as formas de resistência presentes nessa realidade. Em se tratando dos processos de trabalho das assistentes sociais nesse modo de produção, sob a ótica marxiana, pudemos desenvolver a nossa investigação no sentido de compreender as expressões da precarização no trabalho profissional das assistentes sociais participantes dessa pesquisa.

PARTE 2

**CAPÍTULO 2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO EM TEMPOS
DE CRISE DO CAPITAL: O TRABALHO DOCENTE EM QUESTÃO**

2.1 A crise do capital e o processo de reestruturação produtiva

Desde a década de 1970 profundas transformações societárias redesenharam amplamente o perfil do capitalismo contemporâneo, apresentando traços novos e processos inéditos no cenário mundial. Essas transformações estiveram vinculadas às mudanças que ocorreram no chamado “mundo do trabalho” e chegaram a produzir equivocadas discussões acerca do “fim da sociedade do trabalho” e do desaparecimento do proletariado como classe (ALVES, 2013). Numerosas conquistas foram realizadas na década de 1980 em nível mundial no campo das conquistas advindas da luta de trabalhadores e trabalhadoras buscando melhores condições de vida e trabalho.

Nesse mesmo período, especificamente no Brasil, a sociedade se deparou com a decadência da ditadura militar, e a necessidade de se construir uma nova realidade no país, que abarcasse as demandas das lutas operárias e dos movimentos sociais. A década de 1980 foi um importante momento de construção da Constituição Federal ainda em vigor, que procurou atender parte das reivindicações da classe trabalhadora, dentre elas políticas públicas como a Saúde, com a construção do Sistema Único de Saúde, a Política de Assistência Social, além de outras legislações que procuraram trazer questões novas para responder as demandas da sociedade naquele momento.

Você pega o ECA, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente...uma legislação com uma série de reedições conservadoras, mas ele é muito melhor do que o Código de Menores. Eu conheci, eu vi construírem essas leis. Quer dizer, e depois a gente pode falar do SUAS, da Lei Orgânica de Assistência, etc, mas eu gosto muito, por exemplo, do ECA e do SUS, sobretudo do SUS. Mas até que ponto eles têm efetividade prática, porque o direito só é direito, quando ele não é só o direito de ter direito. O direito é direito quando o direito se materializa como direito, quando de fato ele se objetiva na vida das pessoas. Quando as pessoas têm o direito materializado, senão é discurso. Por mais que você possa dizer que a lei é uma referência. (DOCENTE 7).

A Docente 7 relatou ter vivenciado esse período de construção de legislações, que contemplaram uma série de direitos, no campo da saúde, criança e adolescência, assistência social. No entanto, ressaltou que ter direitos apenas contemplados nas legislações – apesar dessas serem uma referência – não garante que eles tenham efetividade prática. Ou seja, enquanto os direitos não se objetivarem na vida das pessoas, configura-se apenas no plano discursivo e não como direito de fato.

A Docente 5 também relatou que fez parte dos movimentos construídos pela Política de Saúde, como o de Reforma Sanitária, por exemplo, enquanto trabalhava como assistente social na Prefeitura do Município de São Paulo. O que possibilitou que ela estivesse mais próxima dos movimentos sociais

Então, a discussão do SUDS, a criação do SUDS, depois a Reforma Sanitária, depois a discussão dos movimentos de saúde... A construção do SUS... Esse tipo de coisa, aproximou a gente dos movimentos sociais. Então, eu tive muito próximo disso... E aí a categoria profissional em São Paulo, que tava também próxima aos movimentos, também foi se... Mais ou menos concomitante, à medida que se dava o movimento da Reforma Sanitária, o movimento de saúde... Eu me aproximei do movimento de saúde das mulheres da zona leste, depois do movimento de saúde da zona sul. [...]. (DOCENTE 5).

Essas duas experiências retratam a participação das docentes em momentos significativos da realidade brasileira, em períodos distintos de suas trajetórias, uma enquanto estudante e a outra como profissional.

Logo após a promulgação da constituição em 1988, a política neoliberal foi incorporada na realidade brasileira a partir dos pactos estabelecidos com governos neoliberais ao longo do período que compreende os anos de 1990 a 2002, promovendo uma profunda reestruturação do capitalismo no Brasil, adequando-o à nova ordem hegemônica mundial. Lima (2005) ressalta que o projeto de sociabilidade neoliberal não pode ser concebido como um pensamento homogêneo, sem disputas internas, nem limitado a um conjunto de reformulações pontuais na aparelhagem estatal. Esse projeto de sociedade instaurou ordenamentos na luta de classes, configurando novas formas de organização do capital e do trabalho.

Ao longo das décadas de 1970 e 1980 a ofensiva do capital contra o trabalho tomou novos direcionamentos, e teve, a partir do Consenso de Washington uma forma de ação mais elaborada, com eixos políticos direcionados a: defesa da liberdade individual como um dos fundamentos básicos do pensamento liberal; a concepção do mercado como instância de ordenação da vida social; e a crítica à intervenção do Estado nas atividades econômicas (LIMA, 2005). Esse retorno a defesa do individualismo, acrescido ao estímulo a ações coletivas – fundamentados na concepção liberal de democracia – possuem como objetivo a diluição da luta de classes, justificando que:

O individualismo e a identificação do mercado como ordenador das relações sociais somam-se à crítica à excessiva intervenção do Estado na economia, estruturada a partir de dois aspectos básicos: no plano econômico, essa intervenção desestimula a livre iniciativa e a livre-concorrência e gera uma incontrolável crise fiscal e, no plano político, gera privilégios para alguns (o aumento de gastos sociais com direitos sociais e trabalhistas) e dependência para muitos, principalmente no que se refere à previdência e assistência social. [...]. (LIMA, 2005, p. 87).

Essa análise aparece de forma imediata como sendo uma crise do Estado, atribuída ao excesso de gasto público na área social, no entanto, nada mais é que o capital procurando justificar e reconfigurar o apoio estatal para viabilizar a recuperação das suas taxas de lucro. Nos dizeres da Docente 7, no atual estágio de acumulação do capital os direitos conquistados, estão sendo brutalmente atacados e a burguesia está dizendo isso declaradamente.

[...] ela só se humanizou (entre aspas) em alguns países da Europa e só concedeu, (entre aspas) algumas conquistas, alguns direitos aos trabalhadores, porque a classe trabalhadora desde a segunda metade do século XIX, se mobilizou para tal. Quer dizer, o capitalismo é por si só, acumulação. O capital é uma relação social. Relação social de expropriação e acumulação. Esse é o alimento do capital. Não existe capital se não existir isso. É expropriar, estimular a desigualdade social na estrutura ainda que defenda a igualdade de oportunidades no discurso. E acumulação. Acumulação crescente e centralização crescente do capital. Expropriação de força de trabalho, investimento em capital variável e diminuição do capital constante que remunera a força do trabalho, inserindo tecnologia. A gente tá vendo isso, sempre viu, e agora dos anos 90 pra cá, vendo isso de maneira brutal. (DOCENTE 7).

Essa investida do capital na tentativa de recuperar seus lucros, se manifestou de forma diferenciada em cada país ou região. Em se tratando dos países periféricos, no primeiro momento, houve uma tentativa de desenvolverem políticas de estabilização econômica, com o controle do Banco Central destes países por parte dos organismos internacionais. Em uma segunda fase, houve um conjunto de contrarreformas estruturais – liberalização do comércio, privatização das empresas estatais, desregulamentação do sistema bancário e dos direitos sociais e trabalhistas (CHOSSUDOVSKY apud LIMA, 2005). Ou seja, o ataque sempre foi direcionado a classe trabalhadora.

Portanto, a incorporação dessa política alterou radicalmente o “mercado de trabalho” levando à precarização das condições de vida a massa de vendedores de força de trabalho: a ordem do capital é hoje a ordem do desemprego e da “informalidade” (ALVES, 2013). Toda essa reestruturação custou aos trabalhadores e trabalhadoras seus postos de trabalho e compressões dos salários daqueles que conseguiram manter seus empregos. Além disso, a

insegurança e o “medo” se tornaram parte do cotidiano dos trabalhadores: aqueles que estão empregados têm medo de perder o emprego, e os desempregados têm medo de não conseguir se inserir novamente no mercado.

Na década de 1990, sob a vigência das políticas neoliberais e crise da economia brasileira, ocorreu uma das mais profundas e amplas reestruturações capitalistas no Brasil. A ofensiva do capital na produção adquiriu um cariz sistêmico. A precarização do trabalho caracterizou-se pela demissão incentivada, terceirização e degradação das condições de trabalho, salário e redução de benefícios e direitos trabalhistas. (ALVES, 2013, p. 144).

Nenhuma dessas transformações modificou a essência exploradora da relação capital/trabalho, pelo contrário, ela se manifesta todos os dias em jornadas intensas, prolongadas e extenuantes e na recuperação de formas de trabalho típicas dos primeiros momentos da instauração do capitalismo (trabalho em domicílio) e mesmo em formas de trabalho forçado. As investidas do capital, hoje financeirizado, são sobre a classe trabalhadora na sua forma mais desumana e degradante, o que pode ser observado através da explicação da Docente 7 apontando três características do momento atual:

A característica desse momento é uma radicalização agressiva, um aprofundamento brutal de uma pauta que já estava esboçada no início da era de monopólios, em que o Estado é capturado brutalmente no processo de acumulação. Quando vem o Estado, vem os fundos públicos inteiro, inteirinhos. Quer dizer, se é o fundo público investido... Só é investimento pro capital, o fundo público que entra no processo que permite o bom desenvolvimento do mercado dos negócios. O resto é gasto. Esse é o primeiro ponto. (DOCENTE 7).

Esse ponto vai ao encontro do que Lima (2005) abordou sobre a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas, o que nos auxilia compreender que para a sociedade do capital financeirizado a destinação de fundo público em políticas sociais é tida como gasto, e quando esse fundo entra no processo que permite o bom desenvolvimento do mercado, é investimento. Uma segunda característica apontada pela Docente 7 diz respeito a grande fusão de empresas que eram concorrentes, mas que se refundam para ganhar mais espaço e dominação no mercado.

E o terceiro ponto é a financeirização absurda, que nasce da fusão entre o capital industrial e o capital bancário. Você não tem banco-empresa, você tem grandes monopólios financeiros. Você tem a possibilidade de transformar D em D', ainda que a base seja o trabalho, a transformação da natureza e a expropriação e a extração da mais-valia, parte dessa riqueza

socialmente produzida volta pro setor financeiro e se valoriza, vira D', sem necessariamente, produzir mercadoria. É especulação. (DOCENTE 7).

Portanto, o discurso hoje no Brasil é contra a Seguridade Social, vendida como deficitária, quando na realidade o que se deseja são os fundos públicos da Seguridade, porque assim pode-se comprar uma previdência, uma aposentadoria. Mas acima de tudo é

[...] um assalto às relações de trabalho [...]. (DOCENTE 7).

Esse cenário é marcado, portanto, por crises que vêm se deflagrando desde que o modo de produção capitalista foi instaurado, por isso não se trata de algo novo. O que acontece é que elas se expressam de formas mais intensas, porque se dão em outro momento histórico, marcado pelo enfraquecimento do poder dos trabalhadores. Isso se deveu a diversos fatores, já citados anteriormente como a expansão dos trabalhos em domicílios, dos processos de trabalho através das terceirizações, a desterritorialização das empresas, impossibilitando os trabalhadores de se organizarem (MOTA, 2009).

Acrescenta-se a esse cenário a progressiva expansão do exército industrial de reserva, formado por desempregados temporários ou permanentes, aumentando as filas de força de trabalho disponível e disposta, por questões objetivas de sobrevivência, a assumir qualquer tipo de emprego, favorecendo a diminuição salarial e aprofundamento nas relações de trabalho precarizadas. Aprofundam-se também as manifestações da questão social, objeto de intervenção do Serviço Social, no entanto sua raiz permanece inalterada. Ao longo dos anos a luta dos trabalhadores a colocaram em evidência e assim que alguns direitos foram aos poucos sendo conquistados.

O Serviço Social tem na *questão social* a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho. Os assistentes sociais, por meio da prestação de serviços sócio-assistenciais – indissociáveis de uma dimensão educativa (ou político-ideológica) – realizados nas instituições públicas e organizações privadas, interferem nas relações sociais cotidianas, no atendimento às variadas expressões da *questão social*, tais como experimentadas pelos indivíduos sociais no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência social pública, entre outras dimensões. (IAMAMOTO, 2008, p. 163).

Em seus estudos, Iamamoto defende a ideia de que a questão social tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposta à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos, e diz

respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais geradas na sociedade capitalista madura. O Serviço Social não é apenas uma profissão do fazer, ela se legitima pela sua inserção na divisão sócio técnica do trabalho, mas isso impõe a necessidade da consistência teórica desse processo, o que segundo Docente 7,

[...] não é um processo prático, mas sim teórico-prático, é práxis profissional.

E muito claramente explicou que é trabalho profissional não só porque ocupa a divisão sócio técnica do trabalho como uma especialização do trabalho coletivo.

Mas porque faz um trabalho, que não é trabalho concreto, central, que o Lukács chama na relação orgânica homem-natureza. Esse é o grande trabalho, com T maiúsculo. O nosso trabalho é parte desse legado, mas é um trabalho muito particular. É um trabalho no campo do trabalho estranhado, alienado, como toda outra atividade objetivada sob o mando do capital. É... Mas que sobretudo trabalha numa relação entre homem e homem. A nossa relação não é uma relação direta de transformação da natureza, como o proletariado. (DOCENTE 7).

O Serviço Social entra portanto, na gestão da questão social, que remete à lei geral de acumulação capitalista, em uma

[...] relação entre seres humanos na gestão e na operacionalização de um conjunto de serviços, de direitos dos indivíduos que vivem numa dada sociabilidade, sob a contradição capital e trabalho e no processo de luta de classes. (DOCENTE 7).

Na contemporaneidade, as propostas imediatas para enfrentar as manifestações da questão social atualizam a articulação assistência focalizada/repressão com o reforço do braço coercitivo do Estado em detrimento da construção do consenso necessário ao regime democrático. Esse fenômeno passa a ser esvaziado de suas particularidades, perdendo o movimento e a riqueza da vida, ao se desconsiderar suas expressões específicas que desafiam a “pesquisa concreta de situações concretas” (como a violência, o trabalho infantil, a violação dos direitos humanos, etc) (IAMAMOTO, 2001).

A sociedade capitalista quanto mais se mostra capaz de progressivamente produzir bens e serviços, tanto aumenta o contingente de seus membros, que além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, se veem despossuídos das condições materiais de vida.

Pereira (2001) observa algumas manifestações da questão social expressas na destruição do meio ambiente, através de queimadas, desmatamentos, poluição, o que tem provocado sérios problemas tanto para populações urbanas, como rurais; na intolerância étnica e religiosa, o acirramento do racismo, do xenofobismo tem ocasionado quadro de violência e mortes; no aprofundamento da desigualdade social visto tanto nos grandes centros urbanos, como nos menores e no campo, em que a riqueza produzida se concentra na mão de poucos; e também na minimização e no desmonte dos direitos sociais, materializados cada vez mais em precários atendimentos das políticas públicas, com escassos recursos humanos, físicos e financeiros.

Considera ainda que estas expressões atuais são produtos da mesma contradição que gerou a questão social, mas que contemporaneamente não foram suficientemente politizados e por isso não são colocados em evidência como deveriam. Pontua que a questão social é sinônimo de embate político determinado pelas contradições entre capital e trabalho e entre forças produtivas e relações de produção (PEREIRA, 2001).

Conforme mencionado, a questão social e suas manifestações é objeto de intervenção dos assistentes sociais, matéria-prima do trabalho profissional. Se as novas refrações da questão social na sociedade atual, engendradas na raiz que a deu origem, ou seja, na contradição entre capital e trabalho, não forem suficientemente investigadas e desveladas, não será possível intervir na realidade social. Esta, é permeada por contradições, que ocultam a essência dos fenômenos que chegam para os profissionais no cotidiano institucional.

2.2 Aproximações com a categoria trabalho: uma apreensão necessária

[...] o trabalho é muito mais que um tema ou um elemento teórico da Economia Política. De fato, trata-se de uma categoria que, além de indispensável para a compreensão da atividade econômica, faz referência ao próprio modo de ser dos homens e da sociedade. (PAULO NETTO; BRAZ, 2010, p. 29).

O trabalho, na sua concepção ontológica, é categoria fundante do ser social, por isso é preciso analisar sua centralidade na constituição da sociabilidade humana, determinante da emancipação humana ou da alienação, está relacionado ao modo de ser dos homens na sociedade.

Para início da reflexão, parte-se de que a categoria trabalho pressupõe a transformação da natureza, do indivíduo, da realidade e da sociedade envolvidos nesse processo. Desde a comunidade primitiva, ao transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, o sujeito

também se transforma adquirindo novos conhecimentos e novas habilidades, que antes não possuía. Nesse processo teórico-dialético há um sujeito (homem) que conhece, pensa e age, e um objeto (natureza) que é o ser conhecido ou a ser conhecido e transformado.

Portanto, quanto mais o homem se transforma, se humaniza e se torna ser social, menos o ser natural é determinante em sua vida. O ser social – espécie que transformou-se através do trabalho, diferenciando-se da natureza – se constitui pelo **trabalho**.

Ao longo da história da humanidade, a sociedade em suas diversas formas de organização representa os modos de existir do ser social e depende da natureza (orgânica e inorgânica) para se desenvolver. A natureza orgânica é transformada pelo homem através do trabalho, propiciando suas condições de manutenção da vida. Portanto, a sociedade é resultado da ação recíproca dos homens, transformando-a por meio de uma relação mediada (por instrumentos ou conjunto de instrumentos produzidos pelo próprio homem que trabalha) entre sujeito e objeto (encontrados de várias formas na natureza).

Para que o trabalho se realize é necessário o conhecimento da natureza, a coordenação múltipla e o sistema de comunicação.

Numa palavra, este é o processo da história: o processo pelo qual, sem perder sua base orgânico-natural, uma espécie da natureza constituiu-se como espécie humana – assim, a história aparece como a história do desenvolvimento do ser social, como processo de humanização, como processo da produção da humanidade através da sua auto-atividade; o desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social”. (PAULO NETTO; BRAZ, 2010, p. 38).

Compreende-se então que, o objetivo primeiro da categoria trabalho é transformar a realidade material por meio da ação teleológica – construção na consciência, do resultado provável de uma determinada ação – e pela objetivação – transformação do que foi idealizado em um objeto pertencente à realidade externa. Essa ação teleológica ou teleologia é o projeto que guia e orienta a ação do homem, o qual age pautado numa finalidade ideal. A ação humana é teleológica, mas a história humana não, pois é construída por uma práxis social coletiva.

O ato de trabalho resulta em consequências que não se limitam à sua finalidade imediata, possibilita o desenvolvimento de capacidades humanas, das forças produtivas e das relações sociais (seu surgimento, desenvolvimento e aparecimento compõem a história humana). Essas relações formam a totalidade social, que compõem as sociedades em cada

momento histórico. Além de ser expressão do desenvolvimento histórico passado é um campo de possibilidades e desafios para o desenvolvimento futuro.

Em determinadas condições histórico-sociais, os produtos do trabalho e da imaginação humanos deixam de se mostrar como objetivações que expressam a humanidade dos homens – aparecem mesmo como algo que, escapando ao seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior. [...] Numa palavra: *entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida – a criatura passa a dominar o criador*”. (PAULO NETTO; BRAZ, 2010, p. 44, grifo do autor).

A história da humanidade demonstra que, a partir do momento em que surge a sociedade de classes, o trabalho passa a ser expressão de uma escolha feita por um indivíduo e levada à prática, por outros. Essa forma de exploração aparece já no escravismo, passando pelo regime feudal, até chegar ao modo de produção capitalista em seus diferentes estágios (imperialista, monopolista e financeirizado).

O modo de produção capitalista trata-se de um sistema econômico bem determinado no qual o produto aparece em si, como uma mercadoria. Como pode a atividade prática – o trabalho – do ser genérico consciente, que é o homem, não o conduzir ao florescimento pessoal, mas à sua degradação? Para Marx (2008), existem duas modalidades de atividade prática, uma positiva de manifestação da vida, e uma negativa de alienação da vida, a qual reduz-se à dimensão da lucratividade.

E o que acontece com o sujeito que trabalha? Este se transforma em um ser parcial, degradado, alienado e as condições materiais necessárias à realização do trabalho se tornam estranhas a ele e lhe aparecem como fetiches dotados de alma própria. Apesar de fazer parte de todo um processo de produção, o trabalhador não se reconhece no produto final de trabalho.

Com seus fundamentos na organização econômico-social da sociedade, na exploração, a alienação penetra o conjunto das relações sociais. Manifestando-se primariamente nas relações de trabalho (entre trabalhador, seus instrumentos de trabalho e seus produtos), a alienação marca as expressões materiais e ideais de toda a sociedade – esta e seus membros movem-se numa *cultura alienada* que envolve a todos e a tudo: as objetivações humanas, alienadas, deixam de promover a humanização do homem e passam a estimular regressões do ser social. (PAULO NETTO; BRAZ, 2010, p. 45, grifo do autor).

A apreensão dessa categoria é, portanto, fundamental para compreender a precarização nos espaços sócio ocupacionais, além de levantar elementos que possibilitam compreender suas refrações no trabalho profissional dos assistentes sociais no exercício da docência, em tempos de crise do capital.

2.3 O trabalho docente no nível superior de ensino

O modo de produção capitalista se renova para aumentar sua margem de lucro, principalmente em momentos de crise mais acentuados. A expansão da educação superior se dá no momento em que o Brasil mergulha no ideário neoliberal e sofre com os impactos da Reforma do Estado realizada pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), entre os anos 1995 e 1998, orquestrada no governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente pelo então ministro Bresser Pereira, através da implantação de medidas e de ajustes às políticas públicas.

Conforme já salientado, a repercussão dessas políticas neoliberais não ocorreu igualmente em todos os países. No Brasil, essa aproximação se deu após uma década de muitas conquistas no campo democrático e na construção da Constituição Federal, trazendo aspectos legais que contemplavam boa parte das reivindicações da classe trabalhadora e dos movimentos sociais. O receituário neoliberal apregou então, a abertura comercial e a desregulamentação das economias nacionais, as políticas de ajuste estrutural e de restrição do gasto social, os processos de privatização e descentralização administrativa dos serviços, junto a uma crescente ingerência dos organismos internacionais de crédito no perfil e financiamento das políticas estatais. Tudo isso ocasionando processos de reconversão e flexibilização no trabalho e consequente deterioração das condições de vida para a grande maioria da população.

Todo esse cenário, trouxe consequências no sentido de desengajamento econômico do Estado e ênfase em seus componentes policiais e penais, a desregulamentação dos fluxos financeiros e a desorganização do mercado de trabalho (fruto também da já citada reestruturação produtiva), a redução das proteções sociais e o incentivo à “responsabilidade individual”, gerando sociedades com processos de pauperização, fragmentação, exclusão e crises institucionais e políticas cada vez mais acentuadas.

Dentro de tudo isso, a educação é vista como mercadoria na lógica de acumulação, o que pode a partir principalmente da Declaração de Bolonha, com o principal objetivo de uniformizar o sistema de ensino superior, por meio de estratégias, como: “[...]doção da

padronização curricular e de um sistema baseado, essencialmente, em dois ciclos, pré e pós-graduado; promoção da mobilidade de estudantes, docentes e pesquisadores, e garantia de uma “dimensão européia ao ensino superior” (LIMA, 2009, p. 8). Isso trata da formação do lucrativo “mercado educacional europeu, conduzido em parceria com os interesses políticos e econômicos de indústrias nas áreas de software e multimídia.

A crescente mercantilização do ensino ganhou novos contornos sob a direção da Organização Mundial do Comércio (OMC), na qual a educação está inserida no setor de serviços. A existência de Instituições Privadas de Ensino Superior, por si só, “[...] já caracteriza a oferta dos ‘serviços educacionais’ em bases comerciais, a OMC advoga a exigência de tratamento igualitário para todos os fornecedores internacionais desses ‘serviços’. (LIMA, 2009, p. 8).

A ação dessas empresas é destacada pela OMC como uma importante referência à internacionalização da educação, sempre próximo também do discurso de democratização do ensino, mascarando o que nos países periféricos é o aligeiramento da formação profissional e o processo de certificação em larga escala.

Acompanhando tudo isso, houve uma expansão de matrículas em instituições privadas – como pôde ser observado com relação a ampliação dos cursos de Serviço Social no Capítulo I – cenário que vinha crescendo desde a Ditadura Militar, momento em que o governo deu incentivos às instituições privadas, contribuindo para o crescimento dos grandes conglomerados empresariais.

Mancebo (2007) apresenta traços centrais do período de 1995 a 2010, relacionados à expansão do setor privado, fato que aprofunda a diluição das fronteiras entre o público e o privado; à concentração institucional e à financeirização e internacionalização do ensino superior. Nesse contexto, quem dita a dinâmica são essas grandes corporações, que não dispensam o apelo ao fundo público, de forma direta ou indireta.

Ampliaram-se também as matrículas na rede federal de ensino, em especial por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades (Reuni), o qual pretendia aumentar o número de estudantes por professor nas Universidades Federais e de estudantes por professor em cada sala de aula. Além de diversificar as modalidades dos cursos de graduação, por meio da flexibilização dos currículos, com o uso do ensino a Distância (EAD), criação de cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e/ou bacharelados interdisciplinares.

O aumento exponencial da oferta de vagas em cursos EAD foi decorrente da política formulada pelo Estado brasileiro para promover a expansão do ensino superior, com o discurso de aumentar a capilarização dos cursos em regiões onde não se tinham instituições de ensino. No que se refere ao ensino privado, o argumento utilizado para a expansão da modalidade a distância foi em decorrência da exaustão da oferta de cursos presenciais, buscando então a expansão de novos espaços e realização de seus lucros por parte das empresas capitalistas.

Um fato a ser considerado acerca do crescimento dessa modalidade de ensino em instituições privadas, ampliou-se também no âmbito público, principalmente através da Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada pelo Decreto n. 5.800, de 08 de junho de 2006, alterando completamente o perfil da universidade. Mancebo (2015) pontua alguns problemas relacionados ao crescimento desmesurado de cursos a distância quanto à estrutura física, que muitas vezes é inadequada; quanto ao processo de formação, que ocorre majoritariamente, ou boa parte dele, na residência dos estudantes; e em se tratando do trabalho docente, este sofre uma agudização no processo de precarização e flexibilização nas relações de trabalho, dificultando uma organização coletiva.

Nesse cenário, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), importantes para fortalecer os espaços de formação universitários, aparece como um modelo de substituição tecnológica, como se fossem capazes de resolver os diversos problemas de acesso ao ensino superior.

Outro elemento sustentador da educação como meio para resolver os problemas da humanidade – sem, obviamente, questionar o sistema capitalista mundial e sua lógica de acumulação, gerando centralização da riqueza relativamente à socialização da miséria – é a defesa, por parte dos inúmeros documentos dos organismos internacionais, de que a difusão da educação superior deve se dar fundamentalmente via ensino a distância através do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). (PEREIRA, 2009, p. 270).

As universidades brasileiras têm sido chamadas a desempenhar um papel de destaque no processo de produção de valor e o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovações tecnológicas, sendo, portanto imprescindíveis para que o capitalismo possa renovar-se e ampliar sua margem de lucro, utilizando-se dos mais variados instrumentos. Em se tratando da contrarreforma do Ensino Superior ocorreram sérias alterações no trabalho docente, relacionadas à formação e à produção do conhecimento. Na maioria das vezes o conhecimento científico só passa a ter valor se tiver valor de troca.

O caminho percorrido na relação entre educação e desenvolvimento não nos ajuda a entender o processo histórico da produção da desigualdade entre nações e no interior delas, não nos ajuda a compreender o atual processo de expansão da educação superior brasileira, bem como não nos auxilia a construir outra forma de expansão montada em outra equação na qual formação e conhecimento possam ser, de fato, socialmente úteis (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

Mancebo (2007) realizou uma pesquisa, procurando discutir os impactos que o docente vive, enquanto trabalhador imerso numa nova “cultura” institucional; e o produto do seu trabalho – formação de “força de trabalho” e, em se tratando da educação superior, produção de “tecnologia e conhecimento científico”. Ela apresentou o resultado de suas investigações relatando que a pesquisa sobre o trabalho docente aparece como objeto de estudo no Brasil, no final da década de 1970. Essas pesquisas estiveram relacionadas à natureza do trabalho docente, à teoria da mais-valia e sua aplicabilidade ou não nas escolas, ao caráter improdutivo do trabalho escolar, à suposta autonomia e/ou alienação do docente. As reformas na educação nos anos 1980 demonstraram a necessidade da formação de um novo professor que atendesse aos objetivos requeridos pelo mercado.

Ao longo das décadas seguintes, a política educacional enfrentou diversos cortes e contrarreformas, em especial quando se considera a sua transferência da “[...] esfera política para a esfera do mercado, negando sua condição de direito social e transformando-a em uma possibilidade de consumo individual, variável segundo o mérito e a capacidade dos consumidores.” (MANCEBO, 2007, p. 469).

Nesse contexto, o docente se vê duplamente atingido pelas novas ordenações assumidas pelos Estados e as decorrentes políticas implementadas para a educação: por um lado, é configurado enquanto trabalhador de um sistema produtivo-industrial, imerso numa nova organização do trabalho; e por outro, o produto do seu trabalho – formação de “força de trabalho competente” – e, no caso da educação superior, produção de “tecnologia e conhecimento científico” – é profundamente afetado (MANCEBO, 2007).

Ainda em se tratando da pesquisa realizada por Mancebo (2007), muitos textos analisados por ela, relacionam a formação do trabalhador docente, indicando uma perspectiva de formação que não seja apenas treinamento para o exercício de tarefas, mas uma formação que se volte para a pesquisa e para a reflexão sobre o próprio trabalho. No entanto, a pesquisadora encontrou também alguns textos que abordam esse tema, questionando o empobrecimento da noção de conhecimento, a excessiva valorização da epistemologia da

prática, o enaltecimento das competências na formação dos trabalhadores de modo geral e dos docentes, em particular.

Em se tratando do produto do trabalho docente, a produção acadêmica – a formação e a produção de conhecimentos (educação superior) – mostra os impactos das contrarreformas educacionais, pois geram demandas para o setor com intensidade redobrada. (MANCEBO, 2007, p. 472). A perspectiva que se tem em mente é a formação de discentes para integrar educação e esfera produtiva

A produção de conhecimentos apresenta muitas vezes as demandas da ciência e tecnologia como agentes de acumulação do capital. E o fomento às pesquisas aplicadas, que suponham uma intencionalidade clara e uma utilidade precisa e a mercantilização do conhecimento diante dessas demandas, agrava pelas restrições orçamentárias às pesquisas. Atualmente o cenário é marcado pela redução de bolsas e incentivos aos estudantes, sejam elas graduandos ou pós-graduandos, o que dificulta a realização das pesquisas e a participação em eventos.

Compreender o trabalho docente nesse cenário é necessário, e a tese de doutorado de Benatti (2014, p. 109) traz uma importante contribuição nesse sentido, além de problematizar a importância de se discutir o tema. “Neste contexto, podemos afirmar que as pesquisas relativas ao trabalho docente no âmbito privado são ínfimas, carecendo de aprofundamento teórico e político [...]”.

O trabalho docente se perfaz hoje em um sentido mercadológico, no qual os trabalhadores são submetidos à exigência do produtivismo exacerbado, produzindo, muitas vezes de forma mecanizada, com a cobrança de se preencher os “currículos lattés”¹⁷. Além do mais, principalmente nas instituições públicas, há a necessidade de ocupar vários espaços, o que muitas vezes não é valorizado pelos órgãos de fomento. Em certos casos, como o da Docente 1, essa lógica produtivista consome o trabalhador, que passa a não se reconhecer mais nos processos de trabalho, prejudicando a própria saúde mental.

Agora, eu não tenho mais só a graduação. Eu não tenho mais só a pesquisa, o ensino, a extensão, a gestão, a graduação... Já tenho mais a pós-graduação. Parece que é um ciclo que a gente vai e a gente não percebe também, o quanto isso é danoso, o quanto isso é prejudicial pra a nossa saúde mental. E a gente vai repetindo, a gente vai reproduzindo inconscientemente a própria lógica do produtivismo, a própria lógica do capital. Então isso é tão perverso. Porque a gente incorporou, a gente absorveu, a gente naturalizou essa lógica perversa do capitalismo. Porque eu poderia também romper com

¹⁷ A Plataforma Lattes, no âmbito da instituição pública, evidencia e quantifica a produção intelectual dos docentes, estudantes de graduação, pós-graduação e pesquisadores.

isso. Porque isso também é escolha... Só que eu não consigo mais romper com isso. Eu já estou, já naturalizei, eu já começo a entrar em um processo de alienação, de competição. Porque eu tenho que estar ali, porque eu tenho que estar orientando, porque eu tenho que produzir, tenho que produzir. Agora vem a lógica do produtivismo da CAPES, né? Porque você tem que produzir, tem que produzir... E não é qualquer produção. Porque eu acho que eu produzo, eu produzo muito. (DOCENTE 1).

Segundo Benatti (2014) a exigência desse produtivismo ao trabalho docente se desenvolve nas instituições públicas e nas privadas, com perfil próximo ao das públicas, a exemplo de Universidades Confessionais (Católicas Metodistas e outras). No âmbito privado, tem-se outra forma de análise para a produção docente, relacionada com a reprodução da lógica funcional do conhecimento e do ensino. Conforme sinalizado pela Docente 1, essa lógica perversa do capitalismo foi incorporada e, portanto, naturalizada, o que dificulta o seu rompimento.

O interessante neste compêndio da vida acadêmica do docente – ou seja, do “produtivismo” e “improdutivismo” acadêmico – é que analogamente retomamos Marx (1963 e 1975) em suas análises sobre o trabalho produtivo e improdutivo, chegando à seguinte consideração: quanto mais “produtivo” o trabalho docente nos dias atuais para a CAPES e o CNPq, mais “improdutivo” está para o conceito de Marx – que, em síntese, estabelece que a relação direta da mais-valia não se faz presente, de forma material, apenas, contribui indiretamente para a produção e reprodução coletiva do trabalho – como Marx já exemplificou com a relação do mestre e a escola. (BENATTI, 2014, p. 108).

Isso tudo tem relação direta com a subordinação do trabalho intelectual à lógica do capital, por meio da sua intensificação para a classe trabalhadora. Conforme já sinalizado, em se tratando do trabalho docente nas instituições públicas, o Reuni, por exemplo, precariza ainda mais as relações de trabalho, pois a expressiva expansão de universidades federais nos diversos cantos desse país aconteceu com um número insuficiente de docentes e sem estrutura física adequada. Ainda no âmbito da universidade pública – principalmente federal e estadual – existe hoje uma inversão no papel do “professor substituto”, que aparece para “preencher os buracos” da ausência de concursos públicos para a contratação de professores e são contratados por períodos determinados e com salários ínfimos. Nas estaduais, essa precarização está mais acentuada, conforme exemplo dado pela Docente 2, o qual relatamos no item 1.3 do Capítulo 1.

Para compreender o espaço da docência como trabalho, há a necessidade de localizá-lo na referência marxista do trabalho improdutivo, considerado também como um trabalho

assalariado, alienado-estranhado, que se realiza no âmbito da reprodução social, prestando um serviço na esfera da educação estatal ou privada (BENATTI, 2014).

A luta pela melhoria nas condições de trabalho docente é uma das pautas do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), porém não está diretamente vinculado apenas às lutas dos docentes no âmbito da formação profissional em Serviço Social. São resistências que se manifestam cotidianamente, o que pode ser observado no ano de 2015, momento em que 57 (cinquenta e sete) das 59 (cinquenta e nove) instituições de ensino superior público federal, registraram a maior greve de sua história, que acabou por alastrar para 33 (trinta e três) dos 37 (trinta e sete) institutos e escolas técnicas federais.

De acordo com Benatti (2014), no âmbito do Serviço Social, a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) tem um protagonismo muito grande na formação profissional e na preocupação em desenvolver uma capacitação para docentes, buscando o alinhamento ético-político com o projeto profissional em tempos tão adversos.

Mesmo diante deste cenário regressivo, acredita-se que existam possibilidades de resistência e que os homens compreendam melhor as perturbações e a destruição a que todos estão expostos, e assim, comecem a fazer algo para transformar essa situação. Ou seja, é preciso compreender os significados da expansão na educação superior, seus impactos na formação e na produção do conhecimento em uma economia que mercantiliza todas as dimensões da vida.

A já referida expansão desenfreada no ensino superior brasileiro trouxe sérias alterações para o trabalho docente, relacionadas à formação e à produção do conhecimento, que apela à economia de mercado e minimiza as áreas de atuação do Estado. Essa é uma necessidade histórica do capitalismo de avançar seu domínio sobre os campos da reprodução política e social.

De acordo com Albuquerque (2015) a expansão da educação superior nas últimas décadas requisitou novos conteúdos para o trabalho na docência, bem como para a formação dos assistentes sociais, que precisam atender as exigências da política educacional com viés neoliberal, cuja finalidade principal é a expansão lucrativa com base na intensificação e na precarização do trabalho.

**CAPÍTULO 3 FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE
CRISE DO CAPITAL**

3.1 O trabalho profissional dos assistentes sociais docentes

A docência é um campo de atuação dos assistentes sociais, espaço onde se inserem pelas mais diversas motivações, e a pesquisa de campo nos possibilitou observar algumas experiências de aproximação das docentes com esse espaço sócio ocupacional. Acreditamos que o interesse por esse campo de trabalho envolve muitas questões, dentre elas o compromisso ético e político pois, enquanto docentes, são parte fundamental no processo de formação de futuros profissionais. A fala da Docente 1, trouxe uma riqueza de elementos sobre a aproximação dela com esse campo de trabalho, que retratou a importância do educador no processo de transformação social.

Eu acho que essa vontade de querer ser um educador. Tanto que depois eu fiz pedagogia, educação. Eu acho que isso nasce, esse exercício da docência, essa vontade de ser docente... Eu acho que ela nasce quando a gente ainda está na graduação. Pelo menos assim que aconteceu comigo. Eu vejo isso com alguns estudantes hoje, vi isso com os meus colegas lá do passado, que fizeram a graduação junto comigo e que hoje todos são professores. A gente como professor também percebe isso na sala de aula. O aluno que tem aquele potencial pra docência. [...] Então, eu acho que ela nasce mesmo durante o processo da gente de graduação e nasce com essa perspectiva crítica, de que a educação pode transformar, que a educação pode alterar, que na educação, que na formação profissional, quando a gente vai para o exercício profissional, com certeza a gente pode estabelecer relações diferentes com os nossos usuários e aí, a gente precisa desse professor que tá junto. Que tem uma visão crítica. Que motiva a gente. Que tem uma outra visão de mundo e de sociedade, pra que de fato a gente possa alcançar um mundo melhor. (DOCENTE 1).

Ou seja, o docente tem papel fundamental de desconstruir e construir com os estudantes conceitos preestabelecidos, possibilitando enxergar para além do que a realidade social imediata apresenta, para que assim possamos estabelecer novas relações com os usuários dos nossos serviços. Para tanto, é preciso ter uma visão crítica com outra visão de homem e de mundo, que nos motive e nos mobilize construir uma outra forma de sociabilidade.

Em se tratando desse “despertar” para a docência, que nos referimos pontualmente na Introdução dessa tese, a Docente 1 nos trouxe dados interessantes com base em sua experiência profissional. Ela disse que ao longo da sua trajetória profissional, desde a formação inicial até hoje, observou que alguns estudantes têm “potencial para docência”. E não é um interesse que nasce sozinho, ele vem acompanhado de uma perspectiva crítica e da compreensão de que a educação pode transformar. Ela ainda completou que:

E aí nós professores formamos opinião. Damos a direção, damos a condução daquilo que a gente acredita como uma visão de homem e de mundo. Centrado no homem, na perspectiva... Então eu acho que tem essa magia aí, da transformação. Desse fetiche de que a gente pode mudar essa sociedade, de que é possível. Eu acho que o professor ele leva isso junto com ele. Eu acho que a gente é um pouco esse instrumento, esse diálogo que veicula. Novas ideias, pensamento crítico, massa crítica, pra que de fato a gente possa tá fomentando isso através dos alunos, formando massa crítica. Então, eu acho que foi esse encantamento aí da docência. De que é possível um mundo melhor, enfim... Acho que foi isso. (DOCENTE 1).

Ela acredita que o professor é um instrumento formador de opinião, de novas ideias, de pensamento crítico. É quem dá a direção, a condução daquilo que acredita como visão de homem e de mundo, por isso a importância do comprometimento ético político no desenvolvimento dessa tarefa de tamanha grandeza e que é fundamental na formação de futuros profissionais que estarão inseridos em um contexto social tão adverso, como o que vivemos hoje.

Assim como a Docente 1, a Docente 4, despertou o interesse pela docência, ainda na graduação. Primeiramente pensou em fazer mestrado, com o objetivo de ser pesquisadora e de publicar o que desenvolvia dentro do seu campo de atuação e depois foi despertando e amadurecendo a ideia de trabalhar como docente. Assim como a Docente 1, ela também relatou sua preocupação com o processo de formação dos futuros profissionais, e principalmente, o quanto está contribuindo com essa formação hoje, nesse contexto de precarização.

O quanto que eu tô contribuindo? Porque de certa forma, eu tô formando a minha categoria profissional, né? Eu tô contribuindo pro sucateamento da minha categoria profissional? E aí eu fico... Tem horas que eu fico bem em crise mesmo, de querer abandonar tudo e ir morar na praia, sabe? [...] Risos. Mas eu fico pensando, quais são as pessoas que eu tô contribuindo, sabe? Quais são...? A formação. E me coloco muito como corresponsável disso. Embora eu entenda que exista toda uma conjuntura socioeconômica do país... Mas eu me coloco muito com isso. Eu tento ao máximo cobrar, trazer aulas diferentes, mas eu também vejo que existe um limite... [...] E aí assim, pra mim o problema tá lá na formação básica dele, antes mesmo de ir pra faculdade. Mas me sinto corresponsável e vejo que não tenho suporte, né? Da instituição... A instituição quer ver o aluno passando, ver o seu cliente satisfeito. (DOCENTE 4).

Além disso, as experiências adquiridas por ela enquanto docente de instituições privadas, demandava do professor que ele não exija do estudante, e isso repercute sobremaneira no processo de formação. Entendemos que a exigência é no sentido de leitura de obras básicas para o processo de formação, que são necessárias para construção das bases

teórico metodológicas, que vão permitir aos futuros profissionais desenvolverem seu trabalho profissional.

Em se tratando da aproximação com o exercício da docência, a Docente 6 também demonstrou seu interesse em ser professora, logo na graduação, o que foi sendo amadurecido no seu ingresso no mestrado e na participação em grupos de pesquisa.

Na verdade, foi um desejo que surgiu no terceiro ano de Serviço Social, que eu fui amadurecendo e depois, entrando no mestrado... Em 2008... Já antes, a participação em grupos de pesquisa, a partir de 2006, eu fui me interessando cada vez mais com a prática da docência e também da pesquisa, extensão... Até que eu acabei ingressando no início de 2010 como docente. (DOCENTE 6).

Na mesma direção da experiência das participantes relatadas acima, a Docente 3 também demonstrou seu interesse em ser professora logo na graduação, o que foi construído de forma mais sólida enquanto fez o mestrado. Ressaltou que fez o mestrado com o objetivo de dar continuidade do tema de pesquisa que estudou na graduação e de se capacitar mais para desenvolver seu trabalho profissional, “ir além dos muros” das instituições nas quais trabalhava.

Olha, na graduação eu sempre fui muito fã, não de todos, mas assim, de uma boa parcela dos professores. Eu carrego um respeito muito grande por esse mestre, por essa coisa do professor. E eu acho que o mestrado instigou um pouco mais, era como se eu pensasse assim “olha, pra que que eu tô fazendo mestrado?” Era uma realização pessoal de um título, era uma realização de um tema que eu queria dar continuidade – do tema da graduação- e aí, despertou também o... Uma nova profissão dentro de mim, que é a docência, e na Fundação o uso do Mestrado ia me capacitar mais [...]. Então, realmente era para ir além dos muros do trabalho [...] Era para ter mais um outro espaço. (DOCENTE 3).

Diferente dos relatos anteriores, a aproximação da Docente 2 com a docência aconteceu de forma diferente. Antes de ser assistente social, ela já era professora¹⁸, portanto disse que sempre afirma que “[...] eu não sou assistente social no exercício da docência. Eu sou um docente no exercício da docência no campo do Serviço Social, porque eu sou professor antes de ser assistente social. Eu sou professor por escolha”. Foi docente ao longo de anos nos ensinos fundamental e médio, e em um determinado momento da sua vida trabalhou como pedagoga em um abrigo, momento em que teve contato com uma assistente

¹⁸ Fez os cursos de Matemática e Pedagogia juntos.

social e que a fez interessar pelo curso. Ela disse que afirma isso, porque quando buscamos exemplos de assistentes sociais em empresas privadas, na maioria das vezes, são profissionais que têm na docência um espaço para complementarem a renda.

Além disso, a Docente 2 completou que dependendo da forma como se faz doutorado, não torna a pessoa um professor ou um pesquisador. É preciso ter autocrítica pra fazer essa reflexão. Fazer um curso de doutorado

[...] não te dá a completude do mundo. Mas as pessoas acham que só porque fizeram o doutorado são os donos do saber absoluto [...].

Portanto, não basta ter um título de mestre ou doutor para ser professor, é preciso estudar. E é uma questão tão séria, pois repercute diretamente na formação profissional dos estudantes, pois, segundo a Docente 2, existem professores que repetem a mesma aula todos os anos, sem ao menos atualizar as referências, não estudam didática, não sabem o que é ser professor.

Porque os professores precisam entender que o que eles ensinam em sala de aula que... À medida que a gente passa para o aluno, já vai entendendo o que é pesquisa. Já transforma aquilo, já dá devolutiva, já pensa avaliação, já constrói indicadores. Mas isso é prática, é didática. Aí eles não sabem fazer, porque eles não estudaram didática. É verdade! E não querem estudar. Aí fica cada um dando uma disciplina, uma coisa não “cola” com a outra. (DOCENTE 2).

A experiência da Docente 5 com o exercício da docência se deu após a sua aposentadoria como assistente social na Política de Saúde, momento da vida em que ela teve relatou ter tido uma “perda de identidade” e através da influência de colegas de trabalho voltou a estudar.

Então, na verdade, eu... A experiência da aposentadoria foi uma coisa muito dura. Não gostei de me aposentar como assistente social. Acabou assim, foi uma perda de identidade. Eu tinha sido assistente social a vida inteira e um dia eu amanheci e eu era aposentada. Então, é... Foi muito difícil. E aí, a gente trabalhou sempre... Na Saúde a gente teve a sorte de se aproximar de um grupo, de colegas que eram... A gente sempre estudava, buscava supervisão, fizemos inúmeros cursos... E aí eu tinha uma colega que tava na pós-graduação da PUC, conversando com ela, ela falou “Ah! Vem pra cá! Vâmo estudar!” E como era uma coisa que eu sempre tinha gostado de fazer, a vida inteira, aí eu fui pra pós-graduação da PUC [...]. (DOCENTE 5).

A Docente 7 trouxe uma experiência distinta das demais e pontuou três questões que a influenciaram na opção pela docência: primeiro, a referência familiar; segundo o seu envolvimento com a militância; e por fim a necessidade de se qualificar teoricamente, conforme podemos observar em sua fala a seguir:

Então, a minha opção pela docência, ela tem na verdade é... elementos históricos muito significativos da vida pessoal inclusive. Vou muito pontualmente e rapidamente dizer pra você. Primeiro é a referência aos meus pais, os dois, professores. [...] A escola é sempre foi minha segunda casa, no sentido literal da palavra. Eu cresci vendo meus pais darem aula. [...] Um segundo ponto eu sempre fui um envolvido desde a minha juventude, no período da década de 80. Sempre fui muito politizado, muito envolvido nas comunidades eclesiais de base. No início da minha militância, eu tive um vínculo muito forte com a esquerda da Igreja Católica, com os grupos mais progressistas, com o pessoal que lutou pela constituinte, pela... Contra a ditadura. [...] Eu comecei antes e continuei ao longo do meu curso. Então eu gostava de ler. Eu era um aluno estudioso. E interessante que eu não era um aluno de militância estudantil. Eu me tornei depois. Eu costumo dizer que eu fui mordendo a isca da emancipação humana lentamente. [...] O terceiro ponto eu acho que foi a necessidade de me qualificar teoricamente a partir obviamente, das minhas experiências ontológicas. A partir da minha experiência profissional e da vida real das pessoas. [...] E claro que dali pra frente eu tinha já um trabalho de comunidade, eu tinha experiência de ser filho de professores, eu tava fazendo Mestrado. Eu acabei sendo convidado pra dar aula.

Além desses elementos, a Docente 7 relatou que quando iniciou o seu exercício da docência, se valeu de experiências vivenciadas ao longo da sua trajetória como militante. Dentre eles,

O jeito de falar, o jeito de expor, o jeito de sistematizar, o jeito de dar aula. Isso eu não aprendi só na universidade. Eu aprendi sobretudo na militância e com as pessoas e trabalhando inclusive em encontros de jovens, dando palestras sobre realidade nacional, sobre a constituinte, sobre a Constituição de 88, a luta por direitos, o desmonte do entulho autoritário, tudo aquilo. (DOCENTE 7).

Em se tratando da Docente 8, esta relatou que sempre teve uma apreciação pela área da educação e da docência, particularmente, desde criança. Diferente da Docente 7, ela não tinha familiares que eram professores, mas sempre gostou de “brincar de ser professora”. Até que ela foi convidada por uma colega de trabalho para dar aulas em uma universidade privada. Num primeiro momento, se sentiu insegura, mas mesmo assim aceitou a oferta. Ela já tinha alguns anos de formada, e disse que precisou atualizar-se, pois foi um período de mudanças nas diretrizes para os cursos de Serviço Social.

Um dos nossos questionamentos iniciais dizia respeito justamente à essa aproximação dos assistentes sociais com a docência, ou seja, por que se tornaram assistentes sociais docentes. Portanto, observamos que a aproximação das participantes da pesquisa com a docência aconteceu de forma muito particular: algumas foi durante a graduação, outra por questões familiares, outra já era docente antes de se formar assistente social, outra por sempre ter se identificado com a área da educação e por fim, a outra participante se aproximou da docência, após se aposentar como assistente social.

Em se tratando de pesquisas sobre o trabalho docente, ao longo do processo de elaboração da presente tese, encontramos duas importantes referências sobre essa temática e que caminharam junto com o que procuramos desvelar, as teses de doutoramento de Lucimara Perpétua dos Santos Benatti (2014) e Valéria de Oliveira Albuquerque (2015). A primeira estudou o “Trabalho docente em tempos de mundialização do capital – um estudo no âmbito do Serviço Social, com ênfase na microrregional de São José do Rio Preto – ABEPSS Sul II – 2012/2014”. E na mesma direção, Albuquerque (2015) estudou o “Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação do trabalho nas Instituições Privadas de Ensino Superior em São Paulo”.

Esses estudos nos auxiliaram compreender como as determinações da ordem burguesa, na qual a política educacional – especificamente no ensino superior – refletem sobre as condições de trabalho docente. Esse trabalhador realiza no âmbito da formação profissional – nesse caso, em Serviço Social – um trabalho que não produz mais-valia absoluta.

Nesse sentido, realizando um trabalho que, em sua gênese, colabora na produção e reprodução social da ordem burguesa, portanto, de forma contraditória, através do direcionamento social e ético-político de seu PEP e do projeto de formação amparado nas Diretrizes Curriculares (1996), no Código de Ética e na Lei de Regulamentação da Profissão (1993), tendo a emancipação política e humana como direcionamento. (BENATTI, 2014, p. 102).

As Diretrizes Curriculares/1996 (ABESS; CEDEPSS, 1997), o Código de Ética/1993 e a Lei que Regulamenta a Profissão (Lei nº 8662/1993) (CFESS, [2012]), são expressões do projeto ético político hegemônico na categoria profissional e, portanto, precisam ser fortalecidos enquanto instrumentos valiosos para a formação e o trabalho profissional comprometidos com a classe trabalhadora e com a superação da ordem do capital. Um dos princípios que orientam a profissão é exatamente a construção de uma nova ordem societária, que significa a construção de uma sociabilidade para além do capital.

Agora, quando a gente fala em transição socialista, ou fala numa outra sociedade, ou a gente fala em emancipação humana, nós estamos falando de algo para além do capital, que não é um projeto da profissão, embora a profissão possa se orientar por isso. Não é a profissão que vai fazer isso, né? Então, eu quero insistir o seguinte, o tal do Projeto Ético-político como campo estratégico, como direção social estratégica [...]. (DOCENTE 7).

Acreditamos que quando se tem uma formação construída por meio de um pensamento crítico, que possibilita a problematização da questão dos direitos, a contextualização das políticas públicas, a análise do movimento da realidade, na qual estão expressas as manifestações da questão social, as formas de alienação e estranhamento daqueles que vendem sua força de trabalho, é possível provocar mudanças na forma de pensar e agir dos futuros profissionais.

Entretanto, no atual estágio de sociabilidade, o espaço docente se torna cada vez mais precarizado e o processo reflexivo muitas vezes prejudicado, o que pode acarretar inclusive um processo de adoecimento do trabalhador, o que Alves (2013, p. 192) compreende como sendo,

[...] a expressão suprema da precarização do homem-que-trabalha, tornando-se elemento compositivo de sua desrealização humana e pessoal. Entretanto, o adoecimento pessoal é apenas a situação-limite do estranhamento que perpassa hoje a sociedade burguesa, sociedade doente devido ao desequilíbrio estrutural entre Homem e Natureza provocada pela propriedade privada e a divisão hierárquica do trabalho.

Diante desta realidade, é preciso criar alternativas de resistência ao avanço neoliberal a partir do próprio movimento da realidade concreta, na qual estão expressas as manifestações da questão social, as formas de alienação, estranhamento e adoecimento daqueles que vendem suas forças de trabalho. Lutar contra a precarização do trabalho do assistente social docente em um momento de expansão do ensino superior é também lutar contra a ofensiva do capital.

Para Albuquerque (2015) o cenário da educação superior retrata o processo que tem aprofundado sua natureza privada na oferta e desenvolvimento do ensino, além de revelar o quanto é lucrativo o “serviço” da educação superior. Na cidade de São Paulo, especificamente lócus de sua pesquisa, existem contrastes e contradições que impõem suas regras de concorrência e pressionam a manutenção das instituições menores ou as que não geram lucro, como as comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Isso implica reconhecer que uma parcela significativa dos docentes do ensino superior no Brasil são funcionários das instituições privadas de ensino, com as características próprias do processo de crescimento e mercantilização das últimas décadas, que mantém relação com a política realizada para o setor educacional, desde os anos de ditadura militar. (ALBUQUERQUE, 2015, p.84).

Esse cenário brasileiro apresenta-se cada vez mais tenso e delicado, e na educação isso não é diferente. O trabalho docente (improdutivo) está também relacionado ao processo de alienação/estranhamento e expropriação dos meios de produção, conduzindo este profissional a uma condição precarizada de trabalho.

A tese de Benatti (2014, p. 174) nos apresenta que diante da política adotada pelos nossos governantes, o que estamos vivenciando é o contrário do que a educação deveria possibilitar “[...] acesso cultural, acesso ao conhecimento, às produções acadêmicas, ao ensino, extensão e pesquisa de qualidade, formando quadros de profissionais competentes teórica, ética, política e tecnicamente.”

Uma dimensão dessa precarização que deve ser levada em consideração, é que é preciso considerar no cenário brasileiro a expansão dos cursos na modalidade a distância, que aumentaram consideravelmente nos últimos anos, acarretando aos discentes uma formação aligeirada, precarizada e, em muitas vezes, sem qualidade. Nessa modalidade de ensino, os docentes são contratados como horistas e o material que utilizam nas aulas é por meio de apostilas. No entanto, de acordo com a tese de Benatti (2014) a precarização do ensino acomete também as várias instâncias tanto estaduais, municipal, como federal, sem mencionar as privadas.

O cenário nacional da educação está equiparado ao modelo flexível de acumulação, de financeirização e de mundialização do capital, e as universidades públicas estaduais e federais estão sendo submetidas aos interesses do capital, fazendo com que os docentes sofram com essa lógica produtivista, ministrando inúmeras disciplinas nos cursos de graduação, porque o investimento em concurso público ainda não é suficiente.

Portanto, a realidade nos mostra que a opção para tudo isso é resistir e lutar em uma conjuntura que é muito mais fácil ceder. É preciso procurar o caminho da teimosia firme, sustentada a partir do trabalho individual e coletivo dos sujeitos que compõem a categoria profissional dos assistentes sociais (SANT’ANA; SILVA, 2013). Para tanto, retomamos o que a Docente 1 entende sobre o trabalho docente na importância que esse profissional tem trabalhar como um instrumento que veicula novas ideias, pensamento crítico que, portanto é possível construir um mundo melhor.

3.2 O direcionamento ético-político impresso no trabalho profissional dos assistentes sociais docentes

A formação profissional em Serviço Social, processo no qual os assistentes sociais docentes estão intimamente implicados, deve estar calcada nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). As atuais diretrizes rompem com o currículo mínimo aprovado pelo Ministério da Educação em 1982 e trazem as especificidades de cada área de atuação, respeitando o caráter generalista da profissão.

As atuais diretrizes curriculares – propostas inicialmente pela Abess em 1966 e revistas em 1999 –, têm no currículo mínimo aprovado pelo MEC em 1982, seu antecedente mais importante. Este foi proposto pela Abess em 1979, em pleno período ditatorial, incorporando alguns avanços do movimento de reconceituação latino-americano. (IAMAMOTO, 2014, p. 614).

É importante salientar que essas diretrizes, em vigor, foram coletivamente construídas pela categoria profissional, em debates e encontros promovidos pela então Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), os quais ocorreram entre “[...] 1994 e 1996 foram realizadas aproximadamente 200 (duzentas) oficinas locais, nas 67 unidades acadêmicas filiadas à ABESS, 25 (vinte e cinco) oficinas regionais e duas nacionais.” (ABESS; CEDEPSS, 1997, p. 58).

A ABESS foi criada em 1946, então denominada Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social, dez anos após a criação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil. A partir da Convenção de 1979, assumiu a tarefa de coordenar e articular o projeto de formação profissional, transformando-se em Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. Outro momento marcante na história da entidade foi a alteração em 1998 – justificada pela defesa da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão e pela articulação entre graduação e pós-graduação – para Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

A nova lógica curricular proposta pelas diretrizes está sustentada em três núcleos – fundamentos teórico-metodológicos da vida social, fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional – que reúnem “[...] um conjunto de conhecimentos e habilidades indissociáveis para a apreensão da gênese, manifestações e enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE, 1999). Ela pretende que os discentes, ao concluírem o processo de formação na graduação,

atuem nas diversas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, inserindo-se no conjunto das relações sociais e no desenvolvimento do trabalho profissional de forma crítica e propositiva. Para tanto, precisam valer-se da pesquisa e da investigação para identificar as demandas e desvelar as possibilidades na própria realidade social. “A formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional.” (ABESS; CEDEPSS, 1997, p. 62).

As participantes da pesquisa trouxeram importantes elementos acerca do direcionamento ético político impresso no cotidiano de trabalho, que perpassa questões que vão desde a aproximação com as legislações que regulamentam a profissão, até como isso materializa na sala de aula. Acreditamos que ser docente exige uma contínua formação, atualização e leitura do movimento da realidade, o que demanda muito estudo e comprometimento com a categoria que pretendemos formar.

A Docente 7 trouxe elementos importantes sobre a direção social estratégica no campo da profissão, que se articula a projetos que estão além da profissão, os projetos societários. Paulo Netto (1999) sistematizou um documento construído coletivamente, que trata dessa direção social, desse dito projeto ético-político, que é muito falado e defendido, mas pouco compreendido, principalmente agora nesse contexto de precarização do ensino e intensificação da pauta neoliberal. Os projetos societários apresentam uma imagem de sociedade que pretende-se construir, o que para tanto, envolve valores para justificar sua construção e meios materiais para concretizá-la. Incorporam novas demandas, transformando-se segundo as conjunturas históricas e políticas (PAULO NETTO, 1999).

Já os projetos profissionais, que também são coletivos, se renovam e se modificam de acordo com as demandas da profissão. Conforme a fala da Docente 7, constituem um universo muito heterogêneo, pois é realizado por indivíduos diferentes.

Não cabe tudo no chamado projeto ético político profissional. Eu costumo dizer o seguinte: ele é diverso sim, ele tem uma mão única, centrada, única exclusivamente nos Marxismos e em Marx? Não. É verdade que essa tradição foi a que deu o tom da conversa como horizonte? Sim. Mas isso não significa que outras tradições teóricas com um certo grau de, vamos dizer assim, outras tradições teóricas libertárias não tenham contribuído também na formação desses profissionais que compuseram esse projeto ético-político. (DOCENTE 7).

No processo de construção da profissão no Brasil e das legislações que dão respaldo ao exercício profissional, que tem sua legitimidade no compromisso e no posicionamento ético-político, para a sua atuação, sejam elas o Código de Ética, a Lei de Regulamentação da profissão e no campo da formação profissional, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, existe um grupo muito diverso com interesses distintos, que participou desse legado. Para a Docente 7, dentro do grupo que defende a “direção social estratégica” da profissão é muito diverso e contempla profissionais que defendem desde uma Seguridade Social até os grupos comunistas, pessoas que acreditam e defendem a ruptura com o capital àqueles que acreditam é possível “humanizar o capital”.

A Docente 7 retoma alguns elementos da sua trajetória acerca da sua aproximação com o Código de Ética, inicialmente com o Código de 1986, que era sobretudo uma proposta político ideológica vinculada à emancipação humana¹⁹. E posteriormente com o atual Código de Ética de 1993, expressão desse código anterior, traz o compromisso com a classe trabalhadora e com a sua luta. Essa aproximação se deu enquanto ela ainda era estudante de graduação e depois como profissional. O conhecimento sobre a Lei que Regulamenta a profissão, como sendo aquela legislação que diz:

Olha, a gente pode, a gente existe, a gente ocupa esse espaço, a gente tá regulamentado e a gente pode trabalhar. (DOCENTE 7),

contemplando as competências e atribuições privativas dos assistentes sociais. Além dessas legislações, estão as diretrizes curriculares da ABEPSS, que são parte de uma construção histórica que vem desde as décadas de 1960 e 1970, no movimento de reconceituação²⁰, que foi um processo latino americano.

É um legado dos companheiros e companheiras latino-americanos que fizeram a luta e que depois não tiveram a mesma força, o mesmo tempo, a mesma intensidade e as mesmas condições objetivas e subjetivas para recuperar esse legado e fazer o que nós fizemos no nosso chamado projeto ético-político. Então ele só se completa, claro que ele não tá acabado, mas ele ganha um corpo crítico quando ele se expressa na relação trabalho e formação e ele vai fazer isso na segunda metade dos anos 90. É aí que eu começo a entender a conversa e começo a recuperar o tal código de 86, que virou de 93, o que eram os códigos anteriores, aonde que a Lei de regulamentação entra nisso. (DOCENTE 7).

¹⁹ Para um maior aprofundamento, consultar: BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos** (2008).

²⁰ Para maior aprofundamento, consultar: PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social** (2011).

É importante recuperar o movimento de reconceituação latino americano, que deu embasamento para promover a renovação no Serviço Social brasileiro. Conforme pontuado pela Docente 7, os assistentes sociais latino americanos não tiveram as mesmas condições objetivas e subjetivas que os brasileiros no sentido de fortalecer a profissão de embasamento crítico, para posteriormente construir as bases do projeto profissional, que só ganhou mais forma na década de 1990.

É importante frisar que , as participantes da pesquisa se formaram em momentos distintos, algumas participaram do processo de construção dessas legislações que fundamentam o projeto profissional, no entanto, outras vieram a se aproximar delas na graduação. Conforme podemos observar na fala da Docente 6:

Bom, a aproximação inicial foi na graduação. Eu tive uma vantagem de ter... Porque assim a... Esses conteúdos são trabalhados e devem ser trabalhados. As próprias diretrizes, isso tá previsto. As Diretrizes Curriculares... Mas enfim, geralmente você tem em Legislação e também em Ética, você tem essa é... Esses conteúdos. Só que às vezes a forma e a profundidade como você se trabalha isso vai variar... A intensidade vai variar, né? Então, tem a questão também como compromisso, esse compromisso mínimo em uma das legislações, que é esse compromisso ético-político. Então, vai depender tanto do... Não vou nem falar da instituição, mas do professor, né? Que tá ali, né? E também como isso... Como o aluno vai absorver esse conhecimento, porque... O conteúdo, né? A informação... (inaudível) Ter o conhecimento também, formar opiniões, enfim... E sempre ter uma participação ativa, né? Ativa nesse processo, né? Porque você sai da graduação, você vai intervir na realidade diretamente como assistente social. Vai ter também um estagiário sobre supervisão, vai coordenar um espaço, um equipamento... Então, esse conhecimento, ele tem que a... Enfim, ser aprofundado, ser aprimorado e continuar ao longo do processo é... De atuação e... Por isso que pra mim é um processo contínuo de formação, né? Existem adequações, podem haver adequações ou resoluções que complementam uma legislação ou outra, um impositivo ou outro, né?

A Docente 6 ressaltou a importância de se aproximar dessas legislações na graduação, porque quando o estudante se formar, ele desenvolverá seu trabalho como assistente social na realidade. Portanto, precisa não apenas conhecer, mas também aprimorar seu conhecimento acerca dessas legislações. Acreditamos que elas não devem ser apenas códigos normativos de “como fazer”, mas sim orientar, dar direcionamento ao trabalho profissional, pois somente a adesão a uma direção social transformadora como apoio e não como algo a ser sobreposto à realidade, permitirá identificar as causas geradoras das vulnerabilidades vivenciadas pelos usuários dos serviços, por exemplo, entendendo-as não como “problemas individuais”, mas sim como decorrentes da contradição entre capital e trabalho (SANT’ANA; SILVA, 2013).

3.3 O processo de precarização no mundo do trabalho em tempos de crise do capital e a formação profissional em Serviço Social

Todo esse processo de precarização no mundo do trabalho e a mercantilização do ensino trouxeram impactos profundos na formação profissional dos futuros assistentes sociais. Esse é um cenário que apresenta hoje novas nuances, como, por exemplo, o perfil dos estudantes dos cursos de Serviço Social. As participantes trouxeram importantes apontamentos sobre essa questão relacionando principalmente com o perfil dos estudantes que temos hoje.

Então, qual que é o fator motivador pra que o aluno vá fazer o Serviço Social [...] Então, é o curso com menos incentivo, com suporte da direção, suporte institucional. Então, isso acaba refletindo na formação dos alunos. Os próprios alunos acabam não vendendo, acabam não acreditando que o curso é bom, mesmo com bons professores, né? Majoritariamente mestres e doutores, né? Mesmo com tudo isso, eles não compram essa ideia, né? Então, eles tão desmotivados, vão ganhar na sua cidade pouco, né? Se é que eles vão conseguir se empregar, né? Pra um curso que não tem incentivo institucional, não tem também... Não se fomenta pesquisa, extensão, então, uma atividade que se encerra no ensino dentro da sala de aula, muitas vezes, né? Pouco incentivo pra produção científica, pra iniciação científica zero, inclusive, [...]. (DOCENTE 6).

A Docente 6 relatou que o pequeno incentivo ou, em muitos casos, a ausência de investimento financeiro, repercute no processo de formação profissional, pois inviabiliza a pesquisa e a extensão, restringindo a formação à sala de aula. Outro apontamento que a Docente 6 fez foi sobre o perfil dos estudantes que, nos dizeres dela, está sofrendo um processo de despolitização com a ampliação dos cursos na modalidade a distância. Em se tratando dessa expansão, Iamamoto (2014, p. 628) se referiu ao crescimento desmesurado do quadro profissional nas últimas décadas como sendo um fator que trouxe “[...] implicações na qualidade acadêmica da formação, no aligeiramento no trato da teoria, na ênfase no treinamento e menos na descoberta científica.”

Dentro dessa linha que diz respeito ao perfil dos estudantes hoje, a Docente 8 relatou que uma das maiores dificuldades que tem encontrado na sala de aula é a leitura de livros e textos por parte dos estudantes.

Quando eu comecei a dar aula... [...] eu usava é... Uma média de quatro a seis textos de quinze a vinte páginas por semestre. [...] no ano passado, eu dava um ou dois por semestre. O aluno não consegue mais absorver. Ele não consegue absorver. Ele não consegue trabalhar. Então, eu particularmente,

fiz uma opção de trabalhar com um texto. Se eu tiver, se o aluno tiver condição de trabalhar com um texto só, eu vou dar um texto só, mas aquele texto ele vai saber. (DOCENTE 8).

É válido ressaltar que isso não é uma regra e que tem estudantes que se comprometem com o processo de formação, que fazem as leituras e participam dos debates e reflexões nas salas de aula. Acreditamos que é através da leitura e da reflexão dos grandes clássicos, além das referências no campo do Serviço Social, como José Paulo Netto, Marilda Yamamoto, dentre tantos outros, que permitirão conhecer os fundamentos da profissão no Brasil. Além disso, compreender quais os fundamentos sócio históricos, ético políticos, teórico metodológicos que sustentam a profissão. A Docente 8 procurou outras estratégias para enfrentar essas dificuldades, as quais no nosso ver, contribui para o processo de precarização da formação profissional.

Então assim, a gente apelou pra textos hoje que são mais didáticos, né? Então, a Biblioteca Básica, que antes era a básica, hoje tá virando uma literatura clássica, que você consulta, mas que você não dá na sala de aula mais. É difícil você dar Marilda Yamamoto pro aluno. É difícil você dar José Paulo Netto. Eu sempre dei José Paulo Netto. Então, eu vô ter o desafio. Esses anos alguns professores optaram por não dar, ou então dar um resumo do José Paulo Netto. Então, é... E o livro mesmo fica como um clássico que você lê só de vez enquanto. Risos. Né? Mas não é um livro para o aluno todos os dias. Eu acho que isso perdeu. (DOCENTE 8).

A Docente 2 também relatou que vivencia essas dificuldades na instituição na qual está vinculada, que solicita aos estudantes a leitura de um texto de aproximadamente vinte páginas e de uma forma geral eles reclamam, na maioria vezes se valendo do discurso de que tem muito trabalho para ser desenvolvido fora da sala de aula em outras atividades.

Entendemos que essa perda de qualidade na formação se manifesta de muitas formas e incide sobremaneira no trabalho profissional, estejam os assistentes sociais inseridos em qualquer espaço sócio ocupacional. O que facilita, nos dizeres de Yamamoto (2014, p. 629.) “[...] a submissão dos profissionais às demandas e ‘normas do mercado’, tendentes a um processo de politização à direita da categoria”. Ou seja, profissionais que se adequem ao que o mercado preconiza, se tornando meros executores das políticas. Portanto, compartilhamos da afirmação da Docente 7 quando diz que o Serviço Social não é,

[...] só uma profissão do fazer. É uma profissão que, claro, ela se legitima pela divisão sócio técnica e pela sua inserção. Mas isso impõe ao mesmo tempo pela nossa trajetória, e pelo o que a gente construiu, a necessidade da

consistência teórica desse processo, quer dizer, não é um processo prático, é um processo teórico-prático. É práxis profissional nesse sentido, e é trabalho profissional não só porque ocupa a divisão sócio técnica do trabalho nas suas... Como uma especialização do trabalho coletivo. Isso é Marilda.

O retorno às grandes principais referências do Serviço Social nos auxilia a compreender a sua inserção, enquanto profissão nessa sociabilidade e sua entrada especificamente na gestão e na operacionalização de um conjunto de políticas e serviços que atendem as manifestações da questão social. O que, nos dizeres da Docente 7, é preciso compreender a questão social remetendo-a à lei geral de acumulação capitalista. É preciso compreender que a profissão está inserida numa sociedade em que a contradição capital e trabalho se faz presente.

Tirar essa contradição da gente é ilusão, porque estamos sem fazendo a gestão capital/trabalho e nós somos parte desse processo inclusive como trabalhadores. Agora, isso não quer dizer que nessa relação, não possamos estabelecer uma autonomia relativa e crítica a esse processo. E aí, a nossa direção social foi importante nesse sentido. No sentido de estabelecer essa importância no campo da formação profissional que vem articular essas outras duas dimensões que vinham da Lei de regulamentação profissional e da... do Código de Ética. (DOCENTE 7).

Acreditamos que a direção social impressa no cotidiano profissional, vai desde a preparação de uma aula fundamentada, planejada de forma que o estudante possa compreender o conteúdo, mas muitas vezes ele não consegue fazer essa apreensão. É necessário fazer essa leitura da realidade, situando a instituição dentro do contexto da política educacional hoje com todo esse processo de defesa da privatização, para compreender suas reflexões no cotidiano da sala de aula. O estudante vem de um processo de precarização frágil, o que repercute, muitas vezes, nas dificuldades de leitura, compreensão e escrita.

Você tem o compromisso de dar um bom conteúdo, né, de explorar ao máximo uma bibliografia, praquele aluno que já vem de um enfraquecimento educacional, né, que já vem de uma limitação... Então pra um aluno que tem dificuldade de escrita... De interpretação de texto... Isso é muito nítido... As provas, quando tinha um exercício que era discursivo, muito difícil de... Aí eles chegavam: “Mas professora, o que eu queria dizer era assim...”, “Mas o que você queria dizer eu só entendo a partir da escrita...” Risos. Eu até acho que o que você tá falando é real, mas eu só consigo perceber isso quando você coloca aqui no papel”. Infelizmente é a forma de avaliação que a gente tem, e... Não é... Como fugir disso... A política educacional, ela tá totalmente imersa nesse mundo de privatização, né, e a educação superior principalmente... E essas crises aí, que eles falam, que na verdade é aumentar o lucro, né. É o medo, é a ameaça de uma redução de lucro... Interfere na redução dos cursos, na montagem da grade dos cursos... (DOCENTE 3).

Portanto, acreditamos que o processo de formação, iniciado na graduação deve ser comprometido com a solidez no trato teórico, possibilitando que os estudantes façam esse processo reflexivo e conseqüentemente intervenham na realidade de forma propositiva, procurando transformá-la, sendo condizentes ética e politicamente no desenvolvimento do seu trabalho e que a defesa por uma sociedade mais justa não fique apenas no discurso, mas que faça parte do cotidiano desses profissionais.

As participantes deram indicativos de algumas formas de enfrentamento que vislumbram para superar essas dificuldades, que estão se acirrando cada vez mais. Inclusive, a Docente 8, acredita que estamos vivendo tempos muito sombrios, uma verdadeira barbárie:

Eu acho que nós estamos nesse momento de retrocesso. Nós estamos vivenciando um período de escuridão. Nós estamos vivenciando um período de Idade Média. Nós vivenciamos um pouquinho de uma era é... De luzes... E nós voltamos à escuridão. Mas depois da escuridão vem a luz outra vez. Então, é nisso que eu acredito.

A Docente 7 acredita o capital está dando sinais muito claros do que pretende, sinalizando cotidianamente nos diversos espaços da vida cotidiana, com o aval do Estado e com o auxílio da mídia.

Claro que isso depende da nossa resistência... Eu não sei o que vai acontecer com o mundo, mas eu só acredito que isso vai ser enfrentado com luta de classes, com intensificação das lutas e lutas radicais. Até por que o sinal do Capital é muito claro pra gente, é claríssimo pra gente, né? Não tem conversa, e se não tem conversa tem que ter luta de classes. Então, o cenário, não sei se eu te respondi, é um pouco esse... Dei exemplos do que está acontecendo aqui. Tem muito mais coisas acontecendo. (DOCENTE 7).

A Docente 5 compreende que existem possibilidades para o enfrentamento desse cenário, no conjunto dos novos estudantes que chegam com garra, com capacidade crítica, com novas proposições.

E apesar de tudo isso, são pessoas que vem com uma garra. Apesar de toda essa adversidade, que a gente tá vivendo, né? Essas pessoas com quem a gente conviveu tanto tempo, né? É... Saem pra vida profissional, né? Com capacidade de crítica pra essa situação, com capacidade... É com gana de fazer proposições, né? Então, se eu tivesse que te falar da esperança, é dessa esperança que... Esses novos assistentes sociais que chegam, formados nessa perspectiva, que chegam... No trabalho, né? Talvez pudessem tá contribuindo. A esperança acho que fica por conta dessas... Acho que dessas pessoas com quem a gente conviveu, contribuiu pra formação, né? E que vão entrar agora no mercado de trabalho. Não sei se eu respondi, com muitas palavras, não foi com uma só, né? Não sei... Risos. (DOCENTE 5).

A Docente 6 defende que a saída para esse cenário é ocupar espaços para discutir, debater e lançar mão de ações populares,

O que eu ia te falar que a saída é uma questão de aproveitar a... Questões concretas. Mas como a gente teve em 2013, por exemplo, a gente não aproveitou. A gente não extrapolou uma luta pontual, mais corporativa, por uma luta mais geral entre os trabalhadores. (inaudível) A gente perdeu oportunidades históricas, né? De tomar o poder, enquanto classe trabalhadora no Brasil... (inaudível) Acho que a gente tem que ocupar espaços. Em todos os sentidos, né? Seja pra discutir, pra debater e também no sentido de é... De lançar mão de instrumentos, né? Clássicos, né? De luta, né? Como piquetes, como paralizações e greves, né? Que inclusive estão previstas, né? A construção da constituição, né? Se apropriar mais de impositivos constitucionais, né? Como ações populares, atos populares, né? Mas eu acho que enquanto houver... Enquanto se priorizar o ensino como mercadoria, que é cada vez mais uma tendência, eu acho que fica difícil, né? Os profissionais que vão atuar na realidade, seja ela qual for, em qual dimensão for, qualquer objetivo que for, ele vai ser formado, ele vai se formar, ou pro mercado, pro interesse do mercado ou por interesse dele mesmo, né? O interesse totalmente individualizado, em detrimento da coletividade. Então, acho que é difícil você (inaudível) saídas coletivas junto com a classe trabalhadora, parece uma utopia, mas eu não acho. A gente teve possibilidades históricas, mas a gente não aproveitou, como 2013.

A Docente 6 retomou elementos importantes como as estratégias coletivas de enfrentamento dessa realidade. Segundo ela, recentemente a classe trabalhadora teve possibilidades para isso, mas não soube aproveitá-las.

Eu acredito que o que tá posto, tá muito difícil de desconstruir, embora não seja impossível. Mas eu não consigo assim te falar saídas, não sei... De verdade. Por conta do momento que eu... A minha atuação dentro da docência tá... [...]. De verdade, eu não consigo... Porque assim, eu tô num momento bem de crise... (DOCENTE 6).

Já a Docente 4, relatou não vislumbrar nenhuma “saída” para esse cenário, pois acredita que esteja muito difícil desconstruir a dinâmica posta na sociedade.

As participantes da pesquisa pontuaram questões importantes sobre os impactos da precarização no mundo do trabalho para o processo de formação profissional, demonstrando preocupação diante desse cenário. Algumas apontaram a dificuldade que encontram atualmente na sala de aula, no sentido de que os estudantes não leem os textos e referências solicitados, o que, no nosso ponto de vista afeta diretamente o processo de formação. A leitura das grandes referências²¹ no Serviço Social, além dos clássicos, possibilita que os futuros

²¹ Como Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Yolanda Guerra, dentre outras.

profissionais se apropriem da discussão acerca da gênese da profissão, dos fundamentos do Serviço Social, da formação social econômica e política do Brasil, para posteriormente intervirem na realidade.

Grande parte das entrevistadas enxergam na organização coletiva uma forma de enfrentamento a esse cenário, que não está nada favorável para a classe trabalhadora, da qual os assistentes sociais fazem parte. Na realidade, é como nos dizeres de Yamamoto devemos “nadar contra a corrente”, que está cada vez mais forte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A hipótese central que norteou a pesquisa apresentada, foi a de que precarização no mundo do trabalho afeta a vida do trabalhador docente, esteja ele inserido em instituições públicas federais, estaduais ou municipais e também em instituições privadas, com ou sem fins lucrativos.

Conhecer esse universo da docência, espaço que influencia sobremaneira no processo de formação de futuros assistentes sociais foi fundamental, bem como a importância de conhecer a direção social impressa pelos docentes no cotidiano de trabalho. Uma das nossas maiores inquietações era como o assistente social se aproximava desse campo de trabalho, e por que optava em desenvolver seu processo de trabalho nesse campo de atuação.

Esses questionamentos partiram da nossa experiência, que iniciou logo após a graduação, período em que cursávamos o mestrado. Conforme pontuamos na Introdução, os questionamentos perpassaram sobre como a precarização do Ensino Superior impacta no trabalho profissional dos assistentes sociais docentes. Diante de tantas mudanças nesse cenário, qual a direção social impressa pelos assistentes sociais que estão no exercício da docência, os quais têm relevante participação no processo de formação dos futuros profissionais.

Pensar o trabalho do assistente social docente nesse cenário foi intencional, não só pelo fato, de estarmos inseridas nesse processo, nos reconhecemos enquanto trabalhadoras pertencentes a uma determinada categoria profissional e que, assim como os demais trabalhadores sofrem os rebatimentos desse modo de produção.

É interessante observar que todo esse processo, nos permitiu adentrar em um universo, se aproximar de pesquisadores, docentes, profissionais que estudaram este tema e que contribuíram muito ao longo do processo de construção da tese. A experiência e aproximação com a ABEPSS nos permitiu vivenciar, mesmo que por dois anos, de forma intensa, os debates acerca da precarização do ensino, bem como no trabalho e na formação profissional.

As entrevistas com as docentes participantes contribuíram muito com a pesquisa, confirmando a nossa hipótese central, de que a precarização no mundo do trabalho afeta o trabalho docente. Nas instituições de ensino superior públicas, as dificuldades apresentadas foram muito distintas, como pôde ser observado, na pública federal vivencia-se um processo de extrema precarização de recursos materiais, humanos e de espaço físico, além da intensificação do trabalho e até do adoecimento mental.

Na pública estadual, vivencia-se um problema relacionado com as relações de trabalho entre o corpo docente, o que, segundo uma das entrevistadas, impacta no trabalho profissional. A outra docente pontuou alguns aspectos relacionados à forma de contrato, a

gestão da universidade pública atualmente e os incentivos que se dá para a pesquisa, o ensino e a extensão.

Quanto à IES pública municipal verificou-se que as docentes vêm como dificuldade a própria manutenção e permanência do curso na instituição, se valendo de estratégias, que no nosso ponto de vista são contrárias ao que está preconizado nas diretrizes curriculares da ABEPSS, como, por exemplo, o ensalamento. Outros apontamentos realizados pelas docentes da IES pública municipal foram sobre a não participação dos discentes na leitura dos textos e referências das aulas, o que impacta diretamente na condução da formação, bem como do pouco ou nenhum incentivo à pesquisa e à extensão (nesse caso, algo muito semelhante à experiência da pública estadual).

Em se tratando da instituição privada as dificuldades apontadas foram desde a não participação dos discentes, pelo fato de não lerem os textos e referências, bem como a incerteza sobre a continuidade ou não do curso ao início de todos os anos, pois se não tiver um número específico de estudantes, a instituição não autoriza a abertura da turma. Outra questão relevante foi sobre a sobrecarga de trabalho, semelhante ao que pontuou uma das docentes da pública federal.

Em se tratando da ampliação dos cursos de Serviço Social, foi possível observar que esse fenômeno afeta tanto o perfil dos ingressantes, aumentando significativamente o número de profissionais. Além de afetar também o processo de formação desses futuros profissionais.

Portanto, é possível considerar ao final dessa pesquisa que a precarização do ensino superior impacta diretamente no trabalho profissional dos assistentes sociais docentes, seja nas instituições públicas ou privadas. E é claro, que esse estudo não se encerra aqui, ainda é preciso aprofundar muitas questões referentes ao objeto pesquisado e procurar estratégias para fortalecer o trabalho dos assistentes sociais docentes. Acreditamos que essas estratégias de enfrentamento devem ser coletivas contra as investidas do capital e construídas cotidianamente no processo de formação, fortalecidas pelo trabalho desenvolvido pelas entidades representativas da categoria.

Compreendemos a docência como um campo transformador e o docente como um instrumento formador de opinião, de novas ideias, de pensamento crítico, pois é ele direciona significativamente os estudantes, por isso a importância do comprometimento ético político no desenvolvimento dessa tarefa de tamanha grandeza e que é fundamental na formação de futuros profissionais.

REFERÊNCIAS

ABESS; CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 nov. 1996). **Cadernos ABESS: Formação profissional: trajetórias e desafios**, São Paulo, n. 7, p. 58-76, nov. 1997.

ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Serviço Social e trabalho docente: precarização e intensificação do trabalho nas Instituições de Ensino Superior em São Paulo**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

ALVES, Giovanni. Trabalho docente e precarização do homem-que-trabalha. In: _____. **Dimensões da precarização do trabalho: ensaios de sociologia do trabalho**. Bauru/SP: Projeto Editorial Praxis, 2013.

AMORIM, Lucas. Di Genio, o último rei do ensino. **Exame**, São Paulo, 20 fev. 2017. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-ultimo-rei-do-ensino/>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. **A prática de ensino no curso de serviço social**. 1996. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1999.

_____.; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Institucional: Ufas filiadas: unidades acadêmicas**. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/unidades_academicas.php>. Acesso em: 10 ago. 2012.

BARBOSA, Celeste Aparecida Pereira. **Docência em Serviço Social**. 2002. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2002.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BENATTI, Lucimara Perpétua dos Santos. **Trabalho docente em tempos de mundialização do capital** – um estudo no âmbito do Serviço Social: microrregional de São José do Rio Preto – ABEPSS Sul II – 2012/2014. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras; Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2008.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 41-52, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71/69>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em : 2018.

_____. Lei nº 13.168, de 6 de outubro de 2015. Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 out. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/L13168.htm>. Acesso em: 12 ago. 2016.

CADERNOS ABESS: Diretrizes curriculares e pesquisa em serviço social. São Paulo: Cortez, n. 8, 1998. 117 p.

CADERNOS ABESS: Ensino em Serviço Social: pluralismo e formação profissional. São Paulo: Cortez, n. 4, 1991. 147 p.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira Silva e (Org.). **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2005.

CFESS. **Carta Aberta aos Estudantes e Trabalhadores dos Cursos de Graduação a Distância em Serviço Social no Brasil**. Campo Grande, 2009b. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/arquivos/03_cartaaberta_estudantesetrabalhadores_2009.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social - Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. rev. e atual. Brasília, DF, [2012]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2017.

_____. **Política de educação permanente**: do conjunto CFESS-CRESS. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

_____.; CRESS 21ª Região. **Moção de Repúdio**. Campo Grande, 2009a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/mocao-PL_SC_sobre_EAD.pdf>. Acesso em: 4 out. 2012.

FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. **O ensino no Serviço Social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FRANÇA, Luciane Silva Nascimento. **Ser docente**: a experiência de uma Faculdade de Serviço Social privada. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca/SP, 2012.

GRANDO, João Werner. Kroton, o azarão que chegou ao topo do mundo. **Exame**, São Paulo, 25 abr. 2013. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-azarao-chegou-ao-topo>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

GUERRA, Yolanda. O potencial do ensino teórico-prático no novo currículo: elementos para o debate. **Katálysis**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p.147-154, jul./dez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

_____. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, jan./jul. 2001.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: um esboço de uma interpretação histórica-metodológica. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

INSTITUTO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR. **O Imesb**: história. Disponível em: <<https://imesb.br/index.php/imesb/historia>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior**: 2010 - resumo técnico. Brasília, DF, 2012.

KROTON EDUCACIONAL. Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <<http://www.kroton.com.br/>>. Acesso em: 2018.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 73-82, 2007.

LIMA, Kátia Regina de Souza. Ensino a distância, organismos internacionais e mercantilização da educação superior. **Revista PUC Viva**, Campinas, v. 35, p. 6-11, maio/ago. 2009.

_____. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Reforma da educação superior nos anos de contra-revolução neoliberal**: de Fernando Henrique Cardoso a Luís Inácio Lula da Silva. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005.

MANCEBO, Deise. Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre trabalho docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 466-482, maio/ago. 2007.

_____.; VALE, Andréa Araújo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Política de expansão da educação superior no Brasil 1995-2010. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, jan./mar, 2005.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **O que é um polo de educação a distância**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/prolind/355-perguntas-frequentes-911936531/educacao-a-distancia-1651636927/12824-o-que-e-um-polo-de-educacao-a-distancia>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. Secretaria de Educação Superior. Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares: Curso de Serviço Social**. Brasília, DF, 1999. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 out. 1996. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html>. Acesso em: 12 ago. 2012.

MOTA, Ana Elisabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. Formação profissional em Serviço Social “velhos” e novos tempos. **Serviço Social e Realidade**, Franca, n. 13, p. 55-78, 2004.

OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e. Configurações do ensino superior e a formação profissional dos assistentes sociais: desafios para a intervenção. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 104, p. 737-749, out./ dez. 2010.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. mod. 1. Brasília, DF: CEAD, 1999.

_____. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas, 1981.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-50, jan./jul. 2001.

_____. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012.

_____. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

_____.; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Básica de Serviço Social; v. 1).

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD no Brasil: análise da tendência à desqualificação profissional. In: _____.; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

_____. Mercantilização do ensino superior, educação à distância e Serviço Social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277, jul./dez. 2009.

_____. **Política educacional brasileira e Serviço Social**: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional. 2007. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PEREIRA, Potyara A. P. Questão social, Serviço Social e direitos da cidadania. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 51-61, jan./jul. 2001.

PINTO, Marina Barbosa. Precarização do trabalho docente: competitividade e fim do trabalho coletivo. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Serviço Social e educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

RODRIGUES, Maria Lúcia (Org.). **Ensino de Serviço Social**: polêmicas. São Paulo: EDUC, 1992.

SANT’ANA, Raquel Santos; SILVA, José Fernando Siqueira da. O método na teoria social de Marx: e o serviço social? **Temporalis**, Brasília, DF, ano 13, n. 25, p. 181-203, jan./jun. 2013.

SCRIVANO, Roberta. Kroton se firma como maior empresa mundial de ensino superior. **O Globo**, Rio de Janeiro, jul. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2016/07/conselho-da-estacao-aprova-proposta-de-compra-pela-kroton-20160709101505794047.html>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

SETUBAL, Aglair. Desafios à pesquisa no Serviço Social: da formação acadêmica à prática profissional. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 64-72, 2007.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **A formação profissional do assistente social**: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SIMÕES, Pedro (Org.). **Cursos de Serviço Social no Brasil**: catálogo. Rio de Janeiro: Fundação Universitária José Bonifácio : Laboratório de Dados Sociais, 2007.

TOLEDO, Luiz Fernando. Só 8 grupos concentram 27,8% das matrículas do ensino superior. **Estadão**, São Paulo, 8 jun. 2016. Disponível em: <<http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,apenas-8-grupos-privados-concentram-27-8-das-matriculas-do-ensino-superior,10000055857>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

UNIÃO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADAS. **Institucional**: a Unesp S.A. São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.unesp.edu.br/sites/institucional/unesp_sa.php>. Acesso em: 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. **Sobre a Unesp**: unidades: Franca. São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/#!//instituicao/>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Institucional**: apresentação. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.unifesp.br/reitoria/indicadores/apresentacao>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

UNIVERSIDADE PAULISTA. **Universidade**: Estatuto. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.unip.br/presencial/universidade/estatuto.aspx>> Acesso em: 13 jan. 2018.

WANDERLEY, Mariângela Belfiori. Formação profissional no contexto da reforma do sistema educacional. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 8, p. 7-18, nov. 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____, declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: O trabalho profissional dos assistentes sociais docentes frente à precarização no mundo do trabalho. O projeto de pesquisa será conduzido por Letícia Terra Pereira, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pela Profa. Dra. Cirlene Ap. H. S. Oliveira, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Tese e socialização da pesquisa em artigos e eventos científicos, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar os impactos da precarização no mundo do trabalho no trabalho profissional dos assistentes sociais docentes.

Fui esclarecido/a sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de _____ de _____.

Assinatura do/a participante

Pesquisadora Responsável

Nome: Letícia Terra Pereira

Endereço:

Tel:

E-mail: leticia_terra_pereira@yahoo.com.br

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira

Endereço:

Tel:

E-mail:

APÊNDICE B – INSTRUMENTAL DA PESQUISA DE CAMPO

CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS

1. Idade:

2. Ano de formação:
 - a. Unidade de Formação Acadêmica que se graduou:

3. Pós-graduação (stricto sensu e/ou lato sensu):
 - a. Local:
 - b. Local:
 - c. Local:

4. Tempo no exercício da docência:
 - a. Unidade de Formação Acadêmica em que é docente:

5. Assistente social em outro espaço sócio ocupacional:
 - a. Local:

APÊNDICE C – INSTRUMENTAL DA PESQUISA DE CAMPO

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

- ✓ Mundo do trabalho em tempos de crise do capital.
- ✓ Análise da ampliação de cursos de Serviço Social no Brasil na última década (2000).
- ✓ Processo de formação profissional (graduação, pós-graduação).
- ✓ Aproximação com o exercício da docência.
- ✓ Dificuldades encontradas no cotidiano de trabalho profissional.
- ✓ Conhecimento das Diretrizes Curriculares/96, do Código de Ética/93 e da Lei que Regulamenta a Profissão (Lei nº 8662/93).
- ✓ Direcionamento ético-político impresso no trabalho profissional no exercício da docência.

APÊNDICE D – INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR QUE OFERECEM CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
1. Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)	1970	Fundação Federal	Presencial	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	Pública Federal
2. Universidade de Brasília (UNB)	1972 2010	Fundação Federal	Presencial	Fundação Universidade de Brasília	Pública Federal
3. Universidade Federal de Sergipe (UFS)	2003	Fundação Federal	Presencial	Universidade Federal do Sergipe	Pública Federal
4. Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	1945 2007	Fundação Federal	Presencial	Fundação Universidade Federal do Amazonas	Pública Federal
5. Universidade Federal do Piauí (UFPI)	1977	Fundação Federal	Presencial	Fundação Universidade Federal do Piauí	Pública Federal
6. Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	2009	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal de Ouro Preto	Pública Federal
7. Universidade Federal de Viçosa (UFV)	Não iniciado	Fundação Federal	Presencial	Universidade Federal de Viçosa	Pública Federal
8. Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1973	Órgão Público do Poder Executivo ou do Distrito Federal	Presencial	Secret de Est Ciência Tecnologia e Ensino Superior	Pública Estadual
9. Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)	1945	Associação Privada	Presencial	Associação Paranaense de Cultura	Privada sem fins lucrativos
10. Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)	1973	Associação Privada	Presencial	Centro de Educação Técnica e Cultural	Privada sem fins lucrativos
11. Universidade Caxias do Sul (UCS)	1976 2011	Fundação Privada	Presencial	Fundação Universidade de Caxias do Sul	Privada sem fins lucrativos
12. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	1984	Associação Privada	Presencial	Associação Antônio Vieira	Privada sem fins lucrativos
13. Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	2010	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal de Uberlândia	Pública Federal
14. Universidade Católica de Pelotas (adesão ao PROIES: Lei 12.688/2012)	1962	Associação Privada	Presencial	Sociedade Pelotense de Assistência e Cultura	Privada sem fins lucrativos
15. Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)	1950	Associação Privada	Presencial	Sociedade Campineira de Educação e Instrução	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
16. Universidade de Passo Fundo	2004	Fundação Privada	Presencial	Fundação Universidade de Passo Fundo	Privada sem fins lucrativos
17. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)	1945	Associação Privada	Presencial	União Brasileira de Educação e Assistência	Privada sem fins lucrativos
18. Universidade Vale do Rio Verde	2007	Fundação Privada	Presencial	Fundação Comunitária Tricordiana de Educação	Privada sem fins lucrativos
19. Universidade Estadual do Ceará	1950	Fundação Estadual ou do Distrito Federal	Presencial	Fundação Universidade Estadual do Ceará	Pública Estadual
20. Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS)	2007	Fundação Privada	Presencial	Fundação de Ensino e Tecnologia de Alfenas	Privada sem fins lucrativos
21. Universidade Estadual Paulista (UNESP)	1977	Órgão Público do Poder Executivo Estatal ou do Distrito Federal	Presencial	Estado de São Paulo	Pública Estatal
22. Universidade Estadual de Maringá (UEM)	2010	Órgão Público do Poder Executivo ou do Distrito Federal	Presencial	Secret de Est Ciência Tecnologia e Ensino Superior	Pública Estadual
23. Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)	1965	Fundação Estadual ou do Distrito Federal	Presencial	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	Pública Estadual
24. Universidade Regional de Blumenau	1987	Fundação Municipal	Presencial	Fundação Universidade Regional de Blumenau	Pública municipal
25. Universidade do Oeste de Santa Catarina:	2007 (em extinção) Não iniciado 2001 (em extinção)	Fundação Privada		Fundação Universidade do Oeste de Santa Catarina	Privada sem fins lucrativos
26. Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI (adesão ao PROIES)	2007	Fundação Privada	Distância (Curso em extinção)	Fundação Universidade do Vale do Itajaí	Privada sem fins lucrativos
27. CEUCLAR: (AL, BA, GO, RS, PR	2009	Associação Privada	Distância	Ação Educacional Claretiana	Privada sem fins lucrativos
28. Centro Universitário Barão de Mauá	1999	Associação Privada	Presencial	Organização Educacional Barão de Mauá	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
29. Universidade de Uberaba (UNIUBE)	1999: em desativação/ extinção voluntária 2007	Associação Privada	Distância	Sociedade Educacional Uberabense	Privada sem fins lucrativos
30. Conservatório Brasileiro de Música	2015 (3) 2016(4) Não iniciado	Associação Privada	Presencial	Sociedade Civil Conservatório Brasileiro de Música	Privada sem fins lucrativos
31. Centro Universitário Assunção (SP)	2005	Associação Privada	Presencial	Instituto Educacional Seminário Paulopolitano	Privada sem fins lucrativos
32. Universidade Estácio de Sá:	2010 2005 (3) Não iniciado (2) 2008 2016	Sociedade Empresária Limitada	Distância	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda	Privada com fins lucrativos
33. Universidade Veiga de Almeida (RJ)	2005 1952	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Antares Educacional S.A.	Privada com fins lucrativos
34. Universidade Castelo Branco (RJ)	1989 Não iniciado	Associação Privada	Presencial	Centro Educacional de Realengo	Privada sem fins lucrativos
35. Faculdade de Educação Superior Paraná	2008 (em desativação/ extinção voluntária	Fundação Privada	Presencial	Fundação de Estudos Sociais do Paraná	Privada sem fins lucrativos
36. UNIÍTALO	2008	Associação Privada	Presencial	Instituição Educacional Professor Pasquale Cascino	Privada sem fins lucrativos
37. Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP	2005 1962	Associação Privada	Presencial	Associação de Ensino de Ribeirão Preto	Privada sem fins lucrativos
38. Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix:	2008 2008	Associação Privada	Presencial	Instituto Metodista Izabela Hendrix	Privada sem fins lucrativos
39. Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)	2014 1996 2004	Sociedade Anônima	Presencial Distância	Cruzeiro do Sul Educacional S.A.	Privada com fins lucrativos
40. Centro Universitário de Votuporanga (UNIFEV)	1999	Associação Privada	Presencial	Fundação Educacional de Votuporanga	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
41. Faculdade de Santo André	Não iniciado	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A	Privada sem fins lucrativos
42. Universidade Católica de Santos (UNISANTOS)	1970	Associação Privada	Presencial	Sociedade Visconde de S. Leopoldo	Privada sem fins lucrativos.
43. Centro Universitário de São Paulo	Não iniciado	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A	Privada com fins lucrativos
44. Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP)	2005 1969	Fundação privada	Presencial	Fundação Valeparaibana de Ensino	Privada sem fins lucrativos
45. Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)	1974 2007 (em desativação/ extinção voluntária) 2005	Associação Privada	Presencial	Sociedade Unificada de Ensino Augusto Motta	Privada sem fins lucrativos
46. Faculdades Integradas Simonsen (FIS)	2014	Associação Privada	Presencial	Organização Brasileira de Cultura e Educação	Privada sem fins lucrativos
47. Universidade de Santa Cruz do Sul (UNESC)	2000	Associação Privada	Presencial	Associação Pro Ensino em Santa Cruz do Sul	Privada sem fins lucrativos
48. Universidade Pitágoras (UNOPAR)	2007	Sociedade Anônima Fechada	Distância	Editora e Distribuidora Educacional S/A	Privada com fins lucrativos
49. Faculdade Divinópolis	2005 (em desativação/ extinção voluntária)	Sociedade Empresária Limitada	Presencial Em desativação/ Extinção voluntária	Sociedade Dom Bosco de Educação e Cultura Ltda.	Privada com fins lucrativos
50. UNINOVE	2006 Não iniciado (4) 2008 (3) 2009 2015	Associação Privada		Associação Educacional Nove de Julho	Privada sem fins lucrativos
51. Universidade Brasil:	2012 2016 2009 2007	Associação Privada	Presencial Distância	Instituto de Ciências e Educação de São Paulo	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
52. Universidade Paulista (UNIP)	2008 (4) 2009 (3) 2011 2013 (2) 2012 (4) 2014	Associação Privada	Distância	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo.	Privada sem fins lucrativos
53. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas)	1946 – BH 1996 – Contagem 2005 – Uberlândia	Associação Privada	Presencial	Sociedade Mineira de Cultura	Privada sem fins lucrativos
54. Newton Paiva	2008 (EAD) BH, RJ e Natal	Sociedade Empresária Limitada	Distância	Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira Ltda.	Privada com fins lucrativos
55. UNA	2006 2007	Sociedade Anônima Fechada	Presencial (1 em extinção)	Minas Gerais Educação SA	Privada com fins lucrativos
56. Instituto Superior de Ciências Aplicadas (SP)	1970	Sociedade Simples Limitada	Presencial	FACEB Educação Ltda.	Privada sem fins lucrativos
57. Centro Universitário de Belo Horizonte (Uni BH)	2010	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Instituto Mineiro de Educação e Cultura UNI-BH	Privada com fins lucrativos
58. Faculdade Paulista São Caetano (FAPS)	1966	Associação Privada	Presencial	Associação Educacional de São Paulo	Privada sem fins lucrativos
59. Faculdade Paulista de Serviço Social de São Paulo (FAPSS-SP)	1940	Associação Privada	Presencial	Núcleo de Ensino Superior em Ciências Humanas e da Saúde	Privada sem fins lucrativos
60. Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)	2003	Autarquia Estadual ou do Distrito Federal	Presencial	Universidade Estadual de Montes Claros	Pública Estadual
61. Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU)	1968 2009	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Faculdades Metropolitanas Unidas Educacionais Ltda.	Privada sem fins lucrativos
62. Universidade de Santo Amaro (UNISA)	2008 2005	Associação Privada	Distância	Obras Sociais e Educacionais de Luz	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
63. Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	2008 2012 (3) 2013 2017 (3)	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Anhanguera Educacional Participações S/A	Privada com fins lucrativos
64. Universidade da Amazônia (UNAMA)	2016 1985	Sociedade Empresária Limitada	Distância	Sociedade Educacional Cidade de São Paulo Ltda.	Privada com fins lucrativos
65. Universidade Salvador (UNIFACS)	2010 2013	Sociedade Empresária Limitada	Presencial Distância	FACS Serviços Educacionais Ltda	Privada com fins lucrativos
66. Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)	2017 1972	Associação Privada	Distância	Missão Salesiana de Mato Grosso	Privada sem fins lucrativos
67. Universidade Tiradentes (UNIT) (SE)	2006 (EAD) 1989 2007 (3)	Sociedade Simples Limitada	Distância	Sociedade de Educação Tiradentes S/S Ltda	Privada com fins lucrativos
68. Universidade Católica de Brasília (UCB) (Brasília)	2005	Associação Privada	Presencial	União Brasiliense de Educação e Cultura	Privada sem fins lucrativos
69. Universidade de Pernambuco (UPE)	Nenhum registro encontrado.				
70. Faculdade de Ciências Humanas ESUDA (PE)	Não iniciado	Associação Privada	Presencial	Associação Recifense de Educação e Cultura	Privada sem fins lucrativos
71. Faculdade de São Paulo (FASP)	2011	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A	Privada com fins lucrativos
72. Universidade Cidade de São Paulo (UNICID)	2014 2015	Sociedade Empresária Limitada	Distância	Sociedade Educacional Cidade de São Paulo Ltda.	Privada com fins lucrativos
73. Universidade de Marília (UNIMAR)	1976	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Associação de Ensino de Marília Ltda.	Privada com fins lucrativos
74. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai (RS)	1996 2004	Fundação Privada	Presencial	Fundação Regional Integrada	Privada sem fins lucrativos
75. Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) (RS)	2000	Associação Privada	Presencial	Sociedade Carit. E Lit. São Francisco de Assis Zona Norte	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
76. Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL)	2016	Associação Privada	Distância	Instituto Filadélfia de Londrina	Privada sem fins lucrativos
77. Universidade Paranaense (UNIPAR) (PR)	2007 2006	Associação Privada	Presencial	Associação Paranaense de Ensino e Cultura	Privada sem fins lucrativos
78. Universidade do Contestado (UNC) (SC)	1992	Fundação Privada	Presencial	Fundação Universidade do Contestado	Privada sem fins lucrativos
79. Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ) (RS)	1997	Fundação Privada	Presencial	Fundação Universidade de Cruz Alta	Privada sem fins lucrativos
80. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) (adesão ao PROIES)	2008 1999 1980 2000 2004	Associação Privada	Distância	Associação Educacional Luterana do Brasil	Privada sem fins lucrativos
81. Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná (adesão ao PROIES)	2003	Associação Privada	Distância	Associação Educacional Luterana do Brasil	Privada sem fins lucrativos
82. Centro Universitário Luterano de Santarém (adesão...)	2007	Associação Privada	Presencial	Associação Educacional Luterana do Brasil	Privado sem fins lucrativos
83. Centro Universitário Luterano de Manaus (adesão...)	2010	Associação Privada	Distância	Associação Educacional Luterana do Brasil	Privada sem fins lucrativos
84. Centro Universitário Luterano de Palmas (adesão...)	2000	Associação Privada	Presencial	Associação Educacional Luterana do Brasil	Privada sem fins lucrativos
85. Universidade Anhanguera de São Paulo (UNIAN)	2010 2011 (2) 2015	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Anhanguera Educacional Participações S/A	Privada com fins lucrativos
86. Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy – UNIGRANRIO	2003 1999 2012	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Companhia Nilza Cordeiro Herdy de Educação e Cultura	Privada com fins lucrativos
87. Universidade Universus Veritas Guarulhos - Univeritas UNG (SP)	2006 2008 2016	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa S/S Ltda.	Privada sem fins lucrativos
88. Centro Universitário Metropolitano de São Paulo (UNIMESP)	Não iniciado	Associação Privada	Presencial	Sociedade Guarulhense de Educação	Privada sem fins lucrativos
89. Centro Universitário de Volta Redonda (UNIFOA) (RJ)	2003	Associação Privada	Presencial	Fundação Oswaldo Aranha	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
90. Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) (adesão...)	2014 1987	Fundação Privada	Distância	Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL (adesão ao PROIES Lei 12.688/2012)	Privada sem fins lucrativos
91. Faculdade de Ciências e Letras de Bragança (FESB)	2015	Fundação Municipal	Presencial	Fundação Municipal de Ensino Superior Bragança Paulista	Pública Municipal
92. Universidade de Franca (UNIFRAN)	2014 2015	Sociedade Anônima Fechada	Presencial Distância	ACEF S/A	Privada com fins lucrativos
93. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)	2003	Associação Privada	Presencial	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Vitória	Privada sem fins lucrativos.
94. Universidade Vale do Rio Doce (UNIVALE) (MG)	1994	Fundação Privada	Presencial	Fundação Percival Farquhar	Privada sem fins lucrativos
95. Centro Universitário Anhanguera de Niterói (UNIAN-RJ)	2004 Não iniciado	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Anhanguera Educacional Participações S/A	Privada com fins lucrativos
96. Universidade Católica de Salvador (UCSAL)	1944	Associação Privada	Presencial	Associação Universitária e Cultural da Bahia	Privada sem fins lucrativos
97. Universidade Braz Cubas (UBC)	2011 2011	Sociedade Empresária Limitada	Distância	Sociedade Educacional Braz Cubas Ltda.	Privada com fins lucrativos
98. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás)	1957	Associação Privada	Presencial	Sociedade Goiana de Cultura	Privada sem fins lucrativos
99. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	1946	Associação Privada	Presencial	Faculdades Católicas	Privada sem fins lucrativos
100. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI (RS) (adesão ao PROIES)	2003	Fundação Privada	Presencial (em extinção)	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Privada sem fins lucrativos
101. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC SP)	1946	Fundação Privada	Presencial	Fundação São Paulo	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
102.Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)	1944	Fundação Estadual ou do Distrito Federal	Presencial	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Pública Estadual
103.Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	1953	Órgão Público do Poder Executivo Federal	Presencial	Fundação Universidade Federal do Maranhão	Pública Federal
104.Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1959	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal da Paraíba	Pública Federal
105.Universidade Federal do Pará (UFPA)	1957 2009	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal do Pará	Pública Federal
106.Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	1945	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	Pública Federal
107.Universidade Federal do Paraná (UFPR) 2006	2006	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal do Paraná	Pública Federal
108.Universidade Federal Fluminense (UFF)	1969 1945 2004	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal Fluminense	Pública Federal
109.Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1971	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal do Espírito Santo	Pública Federal
110.Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	2015	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal Fluminense	Pública Federal
111.Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	1948	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal de Juiz de Fora	Pública Federal
112.Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	1957 2006	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal de Alagoas	Pública Federal
113.Universidade Federal da Bahia (UFBA)	2009	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal da Bahia	Pública Federal
114.Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1969	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal da Paraíba	Pública Federal
115.Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1940	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal de Pernambuco	Pública Federal
116.Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	2010	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal de Santa Maria	Pública Federal
117.Universidade Federal de Goiás (UFG)	2009	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal de Goiás	Pública Federal

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
118.Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	1959	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal de Santa Catarina	Pública Federal
119.Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1937	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Pública Federal
120.Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	2009	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal de São Paulo	Pública Federal
121.Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)	2006	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Pública Federal
122.Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	2009	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	Pública Federal
123.Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	2014 1986	Autarquia Estadual ou do Distrito Federal	Presencial	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Pública Estadual
124.Centro Universitário Universus Veritas – Univeritas (RJ)	2015	Sociedade Simples Limitada	Presencial	União de Ensino Superior do Pará	Privada com fins lucrativos
125.CESMAC (AL)	2010	Fundação Privada	Presencial	Fundação Educacional Jayme de Altavila-Fejal	Privada sem fins lucrativos
126.Centro Universitário – Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul	2017	Fundação Privada	Distância	Fundação Educacional Regional Jaraguaense	Privada sem fins lucrativos
127.Faculdade Santa Cecília – FASC: SP	Não iniciado	Associação Privada	Presencial	Sociedade Educadora e Instrutora de Pindamonhangaba	Privada sem fins lucrativos
128.Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)	2010 2006 2011 (5) 2005 (2)	Associação Privada	Presencial Distância	Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura	Privada sem fins lucrativos
129.Universidade de Taubaté (UNITAU)	1966	Autarquia Municipal	Presencial	Universidade de Taubaté	Pública Municipal
130.Universidade Nilton Lins UNINILTONLINS (AM)	2003	Associação Privada	Presencial	Centro de Ensino Superior Nilton Lins	Privada sem fins lucrativos
131.Universidade São Francisco (USF)	1974	Associação Privada	Presencial	Casa de Nossa Senhora da Paz Ação Social Franciscana	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
132.Universidade Anhanguera (UNIDERP)	2007 2007 (2)	Sociedade Anônima Fechada	Distância	Anhanguera Educacional Participações S/A	Privada com fins lucrativos
133.Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN)	2008 2003	Associação Privada	Distância	UNIGRAN Educacional	Privada sem fins lucrativos
134.Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina	Nenhum registro encontrado	Autarquia Municipal	Presencial	Autarquia Educacional do Vale do São Francisco	Pública Municipal
135.Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	2009	Fundação Federal	Presencial	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	Pública Federal
136.Centro Universitário IBMR (RJ)	Não iniciado (2)	Sociedade Empresário Limitada	Presencial	Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação Ltda.	Privada com fins lucrativos
137.Faculdades Integradas de Botucatu (UNIFAC)	1985	Associação Privada	Presencial	UNIFAC Associação de Ensino de Botucatu	Privada sem fins lucrativos
138.Universidade Potiguar (UNP) (RN)	2012 2011 2005 Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Distância	APEC – Sociedade Potiguar de Educação e Cultura	Privada com fins lucrativos
139.Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)	Não iniciado	Fundação Estadual ou do Distrito Federal	Presencial	Fundação Universidade do Estado de Mato Grosso	Pública Estadual
140.UNIFACEX (RN)	2001	Associação Privada	Presencial	Centro Integrado para Formação de Executivos	Privada sem fins lucrativos
141.Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	1974	Órgão Público do Poder Executivo ou do Distrito Federal	Presencial	Secret de Est Ciência Tecnologia e Ensino Superior	Pública Estadual
142.Faculdades Integradas Maria Imaculada (SP)	1963	Associação Privada	Presencial	Instituto Maria Imaculada	Privada sem fins lucrativos
143.Unama Faculdade da Amazônia de Santarém	2009	Sociedade Simples Pura	Presencial	Instituto Coutinho Sociedade Civil Ltda.	Privada com fins lucrativos
144.Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo (GO)	2013	Associação Privada	Presencial	Associação Objetivo de Ensino Superior	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
145.Universidade de Cuiabá (UNIC/UNIME) (MT)	2009 (2)	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	IUNI UNIC Educacional Ltda	Privada com fins lucrativos
146.Estácio São Paulo	2017	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental	Privada com fins lucrativos
147.Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG) (MT)	2007	Associação Privada	Presencial	Instituição Educacional Matogrossense	Privada sem fins lucrativos
148.Universidade do CEUMA (UNICEUMA)	2007	Associação Privada	Presencial	CEUMA – Associação de Ensino Superior	Privada sem fins lucrativos
149.Faculdade de São Lourenço (FASAMA)	2009	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa Ltda.	Privada com fins lucrativos
150.Universidade do Tocantins	2010/ Descredenciada por medida de supervisão: Descredenciada para oferta de EAD, nos termos da Portaria nº44, de 18 de agosto de 2009.	Fundação Estadual ou do Distrito Federal	Presencial	Fundação Universidade do Tocantins	Pública Estadual
151.Instituto Municipal “Victório Cardassi” (IMESB)	2003	Órgão Público do Poder Executivo Municipal	Presencial	Prefeitura Municipal de Bebedouro	Pública Municipal
152.Faculdade de Hortolândia	2012	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A	Privada com fins lucrativos
153.Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia (SP)	Não iniciado				
154.Faculdade Alagoana de Administração	2015	Associação Privada	Presencial	Associação de Ensino Superior de Alagoas – AESA	Privada sem fins lucrativos
155.Faculdade Santa Lúcia	2006	Associação Privada	Presencial	Associação Educacional e Assistencial Santa Lúcia	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
156.Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande	2015	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Anhanguera Educacional Participações S/A	Privada com fins lucrativos
157.Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)	2011 (vedação de aumento de vagas/ decorrente de determinação expressa no despacho SERES/MEC nº 95/2015, até 14/12/2017	Associação Privada	Distância	Centro de Estudos Unificados Bandeirante	Privada sem fins lucrativos
158.Faculdade de Duque de Caxias (FDC)	1997	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A	Privada sem fins lucrativos
159.Centro Universitário de Bauru (adesão...)	1964	Associação Privada	Presencial	Instituição Toledo de Ensino	Privada sem fins lucrativos
160.Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL)	1972	Associação Privada	Presencial	Liceu Coração de Jesus	Privada sem fins lucrativos
161.Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	2007 (2) 2008 Não iniciado 2009 2005 2002	Autarquia Estadual ou do Distrito Federal	Presencial	Universidade do Estado de Minas Gerais	Pública Estadual
162.Faculdade Integradas de Três Lagoas (AEMS)	2005	Associação Privada	Presencial	Associação de Ensino e Cultura de Mato Grosso do Sula	Privada sem fins lucrativos
163.União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO)	1990	Associação Privada	Presencial	Associação Educacional de Ensino Superior	Privada sem fins lucrativos
164.Faculdade UNINASSAU Salvador	2016	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	ABES – Sociedade Baiana de Ensino Superior Ltda.	Privada sem fins lucrativos
165.Estácio FIB – Centro Universitário Estácio da Bahia	2008	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda.	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
166.Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília	2012 Não iniciado	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Centro de Educação Superior de Brasília Ltda.	Privada com fins lucrativos
167.Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras (FAFIC)	2007	Fundação Privada	Presencial	Fundação de Ensino Superior de Cajazeiras	Privada sem fins lucrativos
168.Centro Universitário Estácio do Recife	2010	Sociedade Anônima Fechada	Distância	UNINTER Educacional S/A	Privada com fins lucrativos
169.Faculdades Integradas Aparício Carvalho (RO)	2008	Sociedade Empresária Ltda.	Presencial	Sociedade de Pesquisa, Educação e Cultura, Dr. Aparício Carvalho de Moraes Ltda.	Privada sem fins lucrativos
170.Faculdade São Luís de França (SE)	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Educacional e Cultural Sergipe Del Rey Ltda.	Privada com fins lucrativos
171.Universidade Estadual do Centro Oeste (PR)	2001	Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal	Presencial	Secret de Est Ciência Tecnologia e Ensino Superior	Pública Estadual
172.Faculdade Santo Agostinho (PI)	2009	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Associação Teresinense de Ensino S/C	Privada com fins lucrativos
173.Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio (SP)	2007	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Sociedade de Educação Nossa Senhora do Patrocínio S/S	Privada com fins lucrativos
174.Universidade Cândido Mendes (UCAM)	2011 (2) Não iniciado – em extinção voluntária 2012 2013	Associação Privada	Presencial	Associação Sociedade Brasileira de Instrução	Privada sem fins lucrativos
175.UNIJORGE	2013 2011 (2) 2016	Sociedade Anônima Fechada	Presencial Distância	Sociedade Baiana de Educação e Cultura S/A	Privada com fins lucrativos
176.Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) (adesão...)	2003	Fundação Privada	Presencial	Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
177.Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	2014 2003	Sociedade Empresária Limitada	Presencial Distância	Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda.	Privada com fins lucrativos
178.Instituto Itapetiningano de Ensino Superior	2013	Associação Privada	Presencial	Centro Int. de Estudos Superior Pesq e Tecnologia - CIESPT	Privada sem fins lucrativos
179.Centro Universitário de Jales (UNIJALES)	2005	Associação Privada	Presencial	Associação Educacional de Jales	Privada sem fins lucrativos
180.Centro Universitário Amparense (UNIFIA) (SP)	2008	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa Ltda.	Privada com fins lucrativos
181.Instituto de Ensino Superior do Acre	2003	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	União Educacional do Norte Ltda.	Privada com fins lucrativos
182.Centro Universitário Campos de Andrade	Não iniciado	Associação Privada	Distância	Associação de Ensino Versalhes	Privada sem fins lucrativos
183.Faculdade Nossa Senhora Aparecida (GO)	Não iniciado	Associação Privada	Presencial	Associação Educacional Nossa Senhora Aparecida	Privada sem fins lucrativos
184.Faculdade de Cascavel (PR)	2006	Sociedade Simples Limitada	Presencial	União de Ensino Unopar Ltda.	Privada com fins lucrativos
185.Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN)	2013	Associação Privada	Presencial	Liga de Ensino do Rio Grande do Norte	Privada sem fins lucrativos
186.Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis	2010	Associação Privada	Presencial	Associação de Ensino Superior da Grande Florianópolis	Privada sem fins lucrativos
187.Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	2011 2017	Sociedade Empresária Limitada	Distância	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Ribeirão Preto Ltda.	Privada com fins lucrativos
188.Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva	2010	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Sociedade Cultural e Educacional de Itapeva S/S Ltda.	Privada com fins lucrativos
189.Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior (SP)	2005 Em extinção	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Anhanguera Educacional Ltda.	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
190.Centro Universitário de Adamantina	2007	Autarquia Municipal	Presencial	Faculdades Adamantinenses Integradas	Especial (o enquadramento à categoria administrativa especial ainda é objeto de análise pela CONJUR/MEC)
191.Faculdades Integradas de Fernandópolis	2005	Fundação Privada	Presencial	Fundação Educacional de Fernandópolis	Privada sem fins lucrativos
192.Faculdade Batista Brasileira (FBB) (BA)	2012	Associação Privada	Presencial	Cruzada Maranata de Evangelização	Privada sem fins lucrativos
193.Faculdade de Ciências Jurídicas, Gerenciais e Educação de Sinop (MT)	2017	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	IUNI UNIC Educacional Ltda.	Privada com fins lucrativos
194.Faculdade Novo Milênio (ES)	2003	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Associação de Ensino Superior de Campo Grande Ltda	Privada com fins lucrativos
195.Faculdade Sudoeste Paulista	2006	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituição Chaddad de Ensino Ltda.	Privada com fins lucrativos
196.Faculdade Uninassau Vitória da Conquista	2016	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto de Ensino Superior Juvêncio Terra Ltda.	Privada com fins lucrativos
197.Faculdade Capixaba da Serra (ES)	2011	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Empresa Capixaba da Serra de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda.	Privada com fins lucrativos
198.Faculdade São Gabriel (PI)	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	União das Escolas Superiores Campomaioreses Ltda.	Privada com fins lucrativos
199.Faculdade Visconde de Cairú (BA)	2014	Fundação Privada	Presencial	Fundação Visconde de Cairu	Privada sem fins lucrativos
200.Faculdade de Mirandópolis	2008	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
201.Faculdade Martha Falcão (AM)	2008	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Instituto de Ensino Superior da Amazônia Ltda	Privada com fins lucrativos
202.Faculdade Ademar Rosado	2000	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Piauiense de Educação, Ciências e Tecnologia Ltda.	Privada com fins lucrativos
203.Faculdades de Dracena	2007	Fundação Privada	Presencial	Fundação Dracenense de Educação e Cultura	Privada sem fins lucrativos
204.Centro Universitário do Norte (AM)	2014 1998	Sociedade Anônima Fechada	Presencial Distância	Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas S.A.	Privada com fins lucrativos
205.Centro Universitário Ingá (PR)	2007 92)	Associação Privada	Presencial	Unidade de Ensino Superior Ingá Ltda.	Privada sem fins lucrativos
206.Instituto de Ensino Superior de Itapira	2013	Associação Privada	Presencial	Centro de Estudos Superiores de Campinas	Privada sem fins lucrativos
207.Escola Superior Batista do Amazonas (adesão...)	2008	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	E. de. L. e Lima & Cia Ltda.	Privada com fins lucrativos
208.Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (UNIPLAN)	2015	Associação Privada	Distância	Associação Objetivo de Ensino Superior	Privada sem fins lucrativos
209.Faculdade de Ibatiti (PR)	Não iniciado	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A	Privada sem fins lucrativos
210.Faculdade Pitágoras do Maranhão	2011	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro de Ensino Atenas Maranhense Ltda.	Privada com fins lucrativos
211. Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI)	2008 Não iniciado	Sociedade Simples Limitada	Distância	Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S	Privada com fins lucrativos
212.Faculdade Anhanguera de São Bernardo: 2011	2011	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Anhanguera Educacional Participações S/A	Privada com fins lucrativos
213.Centro Universitário de Jaguariúna	Não iniciado	Sociedade Simples Limitada	Distância	Instituto Educacional Jaguarú Ltda.	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
214.Centro Universitário Internacional (UNINTER)	2015 (2)	Sociedade Anônima Fechada	Distância	UNINTER Educacional S/A	Privada com fins lucrativos
215.Faculdade Pitágoras de Uberlândia	2015	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Editora e Distribuidora Educacional S/A	Privada com fins lucrativos
216.Centro Universitário Católico de Vitória	2000	Associação Privada	Presencial	Inspetoria São João Bosco	Privada sem fins lucrativos
217.Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória	2016	Associação Privada	Presencial	Associação Vitoriana de Ensino Superior	Privada sem fins lucrativos
218.Faculdade Anhanguera Pitágoras de Jundiáí	2015	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Editora e Distribuidora Educacional S/A	Privada com fins lucrativos
219.Centro Universitário Maurício de Nassau de Maceió	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	ADEA – Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado Ltda.	Privada sem fins lucrativos
220.Faculdade Projeção de Ceilândia (DF)	2007	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade de Assistência Educacional Ltda.	Privada sem fins lucrativos
221.Faculdade Metropolitana de Maringá	2009	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	União de Faculdades Metropolitanas de Maringá	Privada com fins lucrativos
222.Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte – Estácio BH	2016	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda.	Privada com fins lucrativos
223.Centro Universitário Estácio de Santa Catarina	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Distância	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda.	Privada com fins lucrativos
224.Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camilo Filho	2003	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Piauiense de Ensino Superior Ltda.	Privada com fins lucrativos
225.Faculdade de Pinhais (PR)	2005	Associação Privada	Presencial	Centro de Ensino Superior de Pinhais	Privada sem fins lucrativos
226.Centro Universitário Geraldo Di Biasi	2007 (2)	Fundação Privada	Presencial	Fundação Educacional Rosemar Pimentel	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
227.Faculdade de Boituva	Não iniciado	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S. A	Privada sem fins lucrativos
228.Faculdade UNINASSAU Parnaíba (PI)	2015	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade de Ensino Superior Piauiense Ltda.	Privada com fins lucrativos
229.Faculdades Integradas do Vale do Ribeira (SP)	2009	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	União das Instituições de Serviço, Ensino e Pesquisa Ltda.	Privada com fins lucrativos
230.Centro Universitário UNINOFÁVAPI	2015 Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial Distância	Instituto de Ensino Superior do Piauí Ltda.	Privada com fins lucrativos
231.Faculdades Doctum de Caratinga	1993	Associação Privada	Presencial	Instituto Ensinar Brasil	Privada sem fins lucrativos
232.Faculdade UNIME de Ciências Sociais	2012	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura	Privada com fins lucrativos
233.Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas	2010 (2)	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro de Ensino Superior do Extremo Sul da Bahia Ltda.	Privada com fins lucrativos
234. 235.Faculdade Educacional de Medianeira (PR)	2001	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Diretiva Administradora de Participações Ltda.	Privada com fins lucrativos
236.Faculdade Santa Fé (MA)	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro de Ensino Superior Santa Fé Ltda.	Privada com fins lucrativos
237.Faculdade de Ciências Humanas de Aguará (SP)	2001	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Grupo para Educação, Cultura e Formação Profissional, Liberdade & Vivência	Privada com fins lucrativos
238.Faculdade Hélio Rocha (BA)	2013	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Sociedade Integral de Ensino Sociedade Simples Ltda.	Privada com fins lucrativos
239.Centro Universitário UNICENTRO AGES (BA)	2014				

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
240.Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Científica e Cultural Anísio Teixeira Ltda.	Privada sem fins lucrativos
241.Faculdade J. Simões Ensino Superior (ES)	2010 (em descredenciamento voluntário)	Associação Privada	Presencial	Instituto Capixaba de Educação e Tecnologia	Privada sem fins lucrativos
242.Estácio Brasília	Não iniciado	Sociedade Simples Pura	Presencial	Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico	Privada com fins lucrativos
243.Faculdade Projeção de Sobradinho (DF)	2016	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	GUATAG – Sociedade de Assistência Educacional Ltda.	Privada sem fins lucrativos
244.Centro Universitário UNIHORIZONTES	2010	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Instituto Novos Horizontes de Ensino Superior e Pesquisa Ltda.	Privada com fins lucrativos
245.Faculdade São Miguel	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Cultural e Educacional Santa Rita de Cássia Ltda.	Privada com fins lucrativos
246.Faculdade UNINASSAU Teresina	2016	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro de Ensino Superior Piauiense Ltda.	Privada com fins lucrativos
247.Faculdade Escritor Osman da Costa Lins (PE)	2016	Associação Privada	Presencial	Associação Vitoriense de Educação, Ciências e Cultura – AVEC	Privada sem fins lucrativos
248.Faculdade de Educação de Jaru – UNICENTRO (RO)	2009	Associação Privada	Presencial	União Centro Rondoniense de Ensino Superior	Privada sem fins lucrativos
249.Centro Universitário Estácio da Amazônia (RR)	2009	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Educacional Atual da Amazônia Ltda	Privada com fins lucrativos
250.Faculdade de Ciências Contábeis de Recife	2016	Associação Privada	Presencial	Associação Pernambucana de Ensino Superior	Privada sem fins lucrativos
251.Faculdade Integrada de Pernambuco (adesão...)	2017	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Pernambucana de Ensino Superior Ltda.	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
252.Faculdade de Presidente Prudente	2008	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A	Privada com fins lucrativos
253.Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Associação Piauiense de Ensino Superior Ltda.	Privada com fins lucrativos
254.Faculdade União das Américas (PR)	2002	Associação Privada	Presencial	Associação Internacional União das Américas	Privada sem fins lucrativos
255.Faculdade Nobre de Feira de Santana	2002	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Grupo Nobre de Ensino Ltda.	Privada com fins lucrativos
256.Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (CE)	2005	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto Leão Sampaio Universitário Ltda.	Privada com fins lucrativos
257.Faculdade Padre João Bagozzi (PR)	2008	Associação Privada	Presencial	Congregação dos Oblatos de São José	Privada sem fins lucrativos
258.Faculdade Regional Serrana (ES)	2009	Associação Privada	Presencial	Fundação Educacional “Padre Leto Caliman”	Privada sem fins lucrativos
259.Faculdade de Mauá	2002	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A	Privada sem fins lucrativos
260.Centro Universitário dos Guararapes (PE)	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Capibaribe de Educação e Cultura Ltda.	Privada com fins lucrativos
261.Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	2010	Autarquia Federal	Presencial	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	Pública Federal
262.Faculdade Pitágoras de BH	Nenhum registro encontrado.				
263.Faculdade de Colinas do Tocantins	2006	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A.	Privada com fins lucrativos
264.Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente	1985	Associação Privada	Presencial	Associação Educacional Toledo	Privada sem fins lucrativos
265.Faculdades Integradas Machado de Assis (RS)	2005 (2/em extinção)	Fundação Privada	Presencial (Em extinção)	Fundação Educacional Machado de Assis	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
266.Faculdades Integradas Stella Maris de Andradina	2015	Fundação Privada	Presencial	Fundação Educacional de Andradina	Privada sem fins lucrativos
267.Centro Universitário de Lins	1959	Fundação Privada	Presencial	Fundação Paulista de Tecnologia e Educação	Privada sem fins lucrativos
268.Faculdade Pitágoras de Imperatriz	2015	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro de Ensino Atenas Maranhense Ltda	Privada com fins lucrativos
269.Faculdade Claretiano (SP)	2010	Associação Privada	Presencial	Ação Educacional Claretiana	Privada sem fins lucrativos
270.Faculdade Mantense dos Vales Gerais (MG)	2005	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Vales Gerais Sistema de Ensino Ltda.	Privada com fins lucrativos
271.Faculdade de Monte Alto	Não iniciado	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A	Privada sem fins lucrativos
272.Faculdade Regional da Bahia	2016	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Unidades de Ensino Superior da Bahia Ltda	Privada com fins lucrativos
273.Faculdade de Nova Esperança (PR)	2004	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A.	Privada com fins lucrativos
274.Faculdade UNINASSAU Lauro de Freitas	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro de Ensino e Tecnologia da Bahia	Privada com fins lucrativos
275.Centro Universitário FAMINAS	2004 (em extinção)	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Lael Varella Educação e Cultura Ltda.	Privada com fins lucrativos
276.Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Santo Agostinho	2002 (em extinção)	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto Educacional Santo Agostinho Ltda.	Privada com fins lucrativos
277.Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (PR)	2004	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu S.A.	Privada com fins lucrativos
278.Instituto de Ensino Superior Franciscano (MA)	2013	Empresário (individual)	Presencial	H. M. Simões Carneiro	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
279.Faculdade Birigui	2013	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A.	Privada com fins lucrativos
280.Faculdade de Tecnologia de Alagoas	2015	Associação Privada	Presencial	Fundação Alagoana de Pesquisa, Educação e Cultura	Privada sem fins lucrativos
281.Faculdade de São Caetano do Sul	2003	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A.	Privada com fins lucrativos
282.Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza	2011	Sociedade Empresária Ltda.	Presencial	Empreendimento Educacional Maracanau Ltda.	Privada com fins lucrativos
283.Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu	2009	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro Superior de Estudos de Manhuaçu Ltda.	Privada com fins lucrativos
284.Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura (MT)	2013	Associação Privada	Presencial	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo	Privada sem fins lucrativos
285.Faculdade de Rolim de Moura (RO)	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Rolimourense de Educação e Cultura Ltda.	Privada com fins lucrativos
286.Faculdade Estácio do Pará	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental	Privada com fins lucrativos
287.Faculdade Vale do Salgado (CE)	2009	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	TCC Educação, Ciência e Cultura Ltda.	Privada com fins lucrativos
288.Faculdade de Ciências e Empreendedorismo (BA)	2014	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Centro de Estudos Superiores de Santo Antônio de Jesus S/C	Privada com fins lucrativos
289.Faculdade Regional da Bahia	2007	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Unidades de Ensino Superior da Bahia Ltda	Privada com fins lucrativos
290.Instituto Baiano de Ensino Superior	2014	Associação Privada	Presencial	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
291.Instituto de Ensino Superior de Foz do Iguaçu	2014	Associação Privada	Presencial	Associação Educacional Iguaçu	Privada sem fins lucrativos
292.Faculdade Kurios (CE)	2012	Associação Privada	Presencial	Comunidade Evangélica Batista Kurios	Privada sem fins lucrativos
293.Centro Universitário INTA (CE):	2017 2007	Associação Privada	Presencial Distância	Associação Igreja Adventista Missionária	Privada sem fins lucrativos
294.Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre (RS)	2010 (em extinção)	Associação Privada	Presencial	Inspetoria Salesiana São Pio X	Privada sem fins lucrativos
295.Faculdade do Acre	2005	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	União Educacional do Norte Ltda.	Privada com fins lucrativos
296.Faculdade Metropolitana de Manaus	2005	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.	Privada com fins lucrativos
297.Faculdade do Piauí	2011	Associação Privada	Presencial	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo	Privada sem fins lucrativos
298.Faculdade Santa Maria (PB)	2008	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Lacerda & Goldfarb Ltda.	Privada com fins lucrativos
299.Faculdade Eugênio Gomes (BA)	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto Educacional Bacia do Jacuípe Ltda.	Privada sem fins lucrativos
300.Faculdade Campo Grande	2013	Associação Privada	Presencial	Associação de Ensino Superior de Mato Grosso do Sul	Privada sem fins lucrativos
301.Instituto Belo Horizonte de Ensino Superior	2015	Associação Privada	Presencial	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo	Privada sem fins lucrativos
302.Faculdade Metropolitana de Blumenau (SC)	2015	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda.	Privada com fins lucrativos
303.Ratio – Faculdade Teológica e Filosófica (CE)	2011	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro de Ensino Superior RATIO Ltda	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
304.Centro Uni. Fundação Santo André	Não iniciado	Fundação Pública de Direito Privado Municipal	Presencial	Fundação Santo André	Privada sem fins lucrativos
305.Faculdade Salesiana Dom Bosco (AM)	2003	Associação Privada	Presencial	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo	Privada sem fins lucrativos
306.Faculdade do Maranhão	2013	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Maranhense de Ensino Superior Ltda	Privada com fins lucrativos
307.Faculdade Vale do Gortuba (MG)	2003	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Associação de Ensino Vale do Gortuba S/S Ltda.	Privada com fins lucrativos
308.Faculdade de Fortaleza	2011	Associação Privada	Presencial	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo	Privada sem fins lucrativos
309.Faculdade do Sudeste Mineiro	2016	Associação Privada	Presencial	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo	Privada sem fins lucrativos
310.Faculdade do Recife	2010	Associação Privada	Presencial	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo	Privada sem fins lucrativos
311.Faculdade Sergipana	2013	Associação Privada	Presencial	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo	Privada sem fins lucrativos
312.Faculdade Pitágoras de Ipatinga	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Pitágoras – Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda.	Privada com fins lucrativos
313.Escola Superior de Educação Corporativa (SC)	2008	Sociedade Anônima	Presencial	Anhanguera Educacional Participações S/A	Privada com fins lucrativos
314.Faculdade da Amazônia (RO)	2005	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Instituto de Ensino Superior da Amazônia S/C Ltda.	Privada com fins lucrativos
315.Faculdade União Bandeirante (SC)	2005	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Anhanguera Educacional Participações S/A	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
316.Faculdade Montes Belos (GO)	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro Educacional Montes Belos Ltda.	Privada com fins lucrativos
317.Faculdade da Amazônia Ocidental (AC)	2006	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Sociedade Acreana de Educação e Cultura Ltda	Privada com fins lucrativos
318.Centro Uni. Tabosa de Almeida – ASCES – UNITA (PE)	2010	Associação Privada	Presencial	Associação Caruaruense de Ensino Superior	Privada sem fins lucrativos
319.Faculdade Cearense	2009	Associação Privada	Presencial	Centro de Ensino Superior do Ceará	Privada sem fins lucrativos
320.Faculdade de Ensino Superior de Florianópolis (PI)	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro Integrado de Ensino Superior de Florianópolis Ltda.	Privada com fins lucrativos
321.Faculdade Integrada Brasil Amazônia (PA)	2015	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Faculdades Integradas Brasil Amazônia S/S Ltda.	Privada com fins lucrativos
322.Faculdade Táhirih (AM)	2009	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto de Ensino Superior Brasileiro Ltda.	Privada sem fins lucrativos
323.Faculdade Regional da Bahia	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Unidades de Ensino Superior da Bahia Ltda	Privada com fins lucrativos
324.Instituto Macapaense de Ensino Superior (AP)	2002	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Instituto Macapaense de Ensino Superior S.S Ltda.	Privada com fins lucrativos
325.Faculdade Maria Milza (BA)	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro Educacional Maria Milza - ME	Privada com fins lucrativos
326.Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul (RS)	2008/ em extinção	Sociedade Simples Limitada	Presencial (Em desativação/ Extinção voluntária)	Instituto de Ensino Superior do Cone Sul Ltda.	Privada com fins lucrativos
327.Faculdade Ateneu (CE)	2013 2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Educacional Edice Portela Ltda.	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
328.Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Distância	Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana	Privada com fins lucrativos
329.Universidade Federal de Campina Grande (PB)	2010	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal de Campina Grande	Pública Federal
330.Centro Uni. ABEU (RJ)	2005	Associação Privada	Presencial	Associação Brasileira de Ensino Universitário	Privada sem fins lucrativos
331.Faculdade Zacarias de Góes (BA)	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Educacional Zacarias de Góes Vasconcelos Ltda.	Privada sem fins lucrativos
332.Faculdade Redentor (RJ)	2012	Associação Privada	Presencial	Sociedade Universitária Redentor	Privada sem fins lucrativos
333.Faculdades Pitágoras Unidade Guarapari	2017	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Editora e Distribuidora Educacional S/A	Privada com fins lucrativos
334.Faculdade São Salvador (BA)	2011	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade de Estudos Empresariais Avançados da Bahia Ltda	Privada com fins lucrativos
335.Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná	2004	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UCP Educacional S.A.	Privada sem fins lucrativos
336.Faculdade Meta (AC)	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	União Educacional Meta Ltda.	Privada com fins lucrativos
337.Faculdade de Ampére (PR)	2008	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro Amperense de Ensino Superior Ltda.	Privada com fins lucrativos
338.Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração do Vale do Juruena (MT)	2015	Associação Privada	Presencial	Associação Juinense de Ensino Superior do Vale do Juruena	Privada sem fins lucrativos
339.Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão	2005	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão	Privada com fins lucrativos
340.Escola Superior da Amazônia (PA)	2010	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Escola Superior da Amazônia S/C	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
341.Faculdade de Ciências Educacionais de Capim Grosso (BA)	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto Diamantina de Educação Ltda.	Privada com fins lucrativos
342.Faculdade Unida de Campinas (GO)	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Dinâmica Assessoria e Gestão Empresarial Ltda.	Privada com fins lucrativos
343.Faculdade de Tecnologia do Nordeste (CE)	2013	Sociedade Simples Pura	Presencial	Sociedade Universitária de Desenvolvimento Profissionalizante S/S	Privada com fins lucrativos
344.Faculdades Itecne de Cascavel (PR)	2006	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Empresária Limitada	Privada com fins lucrativos
345.Faculdade Evangélica do Piauí	2012	Associação Privada	Presencial	Associação Educacional do Piauí	Privada sem fins lucrativos
346.Faculdade Superior de Ensino Programus (PI)	2014	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Programus Sociedade Aguabranquense de Educação Básica e Superior S/A Ltda.	Privada com fins lucrativos
347.Centro Uni. Maurício de Nassau (PE)	2013	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Ser Educacional	Privada com fins lucrativos
348.Faculdade Concórdia (SC)	2009	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Educacional Concórdia Ltda.	Privada com fins lucrativos
349.Faculdade Pan Amazônica (PA)	2011	Associação Privada	Presencial	Associação Objetivo de Ensino Superior	Privada sem fins lucrativos
350.Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida (PA)	2014	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Sociedade de Educação, Cultura e Tecnologia da Amazônia S/A	Privada com fins lucrativos
351.Faculdade do Sul (BA)	2006	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	UNIC Educacional Ltda.	Privada com fins lucrativos
352.Faculdade do Baixo Parnaíba (MA)	2015	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro Regional de Ensino Superior Arno Kreutz Ltda.	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
353.Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – Centro Uni. FADERGS (RS)	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul	Privada com fins lucrativos
354.Faculdade Projeção do Guará (DF)	2012	Sociedade Simples Pura	Presencial	UNESBA – União de Ensino Superior de Brasília S.S. Ltda.	Privadas sem fins lucrativos
355.Faculdade Cenecista de Rondonópolis (MT)	2005 (em extinção/ em descredenciamento voluntário)	Associação Privada	Presencial	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade	Privada sem fins lucrativos
356.Instituto de Ensino Superior Santa Cecília (AL)	2008	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto Superior de Ensino Santa Cecília Ltda.	Privada com fins lucrativos
357.Faculdade da Amazônia (PA)	2015	Sociedade Simples Limitada	Presencial	J. Coutinho Sociedade Civil Ltda.	Privada com fins lucrativos
358.Faculdade Delta (BA)	2006	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	IUNI Educacional – UNIME Salvador Ltda.	Privada com fins lucrativos
359.Christus Faculdade do Piauí	2011	Associação Privada	Presencial	Associação Piriapiense de Ensino Superior	Privada com fins lucrativos
360.Faculdade Internacional da Paraíba (PB)	2009	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Paraibana de Educação e Cultura Ltda.	Privada com fins lucrativos
361.Universidade Comunitária da Região de Chapecó (SC)	1989	Fundação Privada	Presencial	Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste	Privada sem fins lucrativos
362.Faculdade de Minas BH	2010	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Lael Varella Educação e Cultura Ltda.	Privada com fins lucrativos
363.Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (MG)	2007	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	União de Ensino Superior de Viçosa Ltda.	Privada com fins lucrativos
364.Faculdade Madre Thais (BA): 2016	2016	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Educacional Sul Bahiana Ltda.	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
365.Faculdades Integradas de Patos (PB): 2013	2013	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro Educacional de Ensino Superior de Patos Ltda.S	Privada com fins lucrativos
366.Faculdade de Tecnologia de Teresina (PI): 2010	2010	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro de Educação Tecnológica de Teresina	Faculdade com fins lucrativos
367.Centro Universitário do Sul de Minas	Não iniciado 2002 (2) sendo que 1 está em desativação/ extinção voluntária	Fundação Privada	Presencial (em desativação voluntária) Distância	Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas	Privada sem fins lucrativos
368.Instituto de Ensino Superior Múltiplo (MA)	Não iniciado	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Centro de Ensino Superior Múltiplo S/C Ltda.	Privada com fins lucrativos
369.Faculdade Dom Pedro II de Sergipe: 2006	2006	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituição Baiana de Ensino Superior Ltda.	Privada sem fins lucrativos
370.Centro de Ensino Superior de Conselheiro Lafaiete	2002	Fundação Privada	Presencial	Fundação Municipal de Ensino Superior de Conselheiro Lafaiete	Privada sem fins lucrativos
371.Faculdade de Presidente Venceslau	2013	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A	Privada com fins lucrativos
372.Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão (PE)	2014	Associação Privada	Presencial	Associação do Ensino Superior da Vitória de Santo Antão	Privada com fins lucrativos
373.Faculdade CERES (SP)	2006	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	ANBAR Ensino Técnico e Superior Ltda.	Privada com fins lucrativos
374.Faculdade Dom Pedro II (BA)	Não iniciado 2008	Sociedade Empresária Limitada	Presencial Distância	Instituição Baiana de Ensino Superior	Privada com fins lucrativos
375.Centro Universitário Autônomo do Brasil (PR)	2005	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Complexo de Ensino Superior do Brasil Ltda.	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
376.Faculdade Católica Nossa Senhora das Vitórias (RN)	2011	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Faculdade do Complexo Educacional Santo André S/S Ltda.	Privada com fins lucrativos
377.Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos	2003	Fundação Privada	Presencial	Fundação Educacional de Barretos	Privada sem fins lucrativos
378.Faculdade Católica Santa Teresinha (RN)	2011	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Sociedade de Ensino Superior Madre Francisca Lechner	Privada com fins lucrativos
379.Faculdade Evangélica (DF)	2012	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Faculdade Evangélica de Brasília	Privada com fins lucrativos
380.Faculdade Dom Luis de Orleans e Bragança (BA)	2010	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade de Educação Superior do Semi-Árido	Privada com fins lucrativos
381.Faculdade Padre Dourado	2016	Sociedade Empresária Ltda.	Presencial	Centro de Educação Superior Padre Dourado Ltda.	Privada com fins lucrativos
382.Faculdade Ecoar (RS)	2008	Sociedade Simples Pura	Presencial	Sociedade Educacional Portal das Missões	Privada com fins lucrativos
383.Faculdade Maranhense São José dos Cocais (MA)	2014	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Sociedade Maranhense de Ensino Superior	Privada com fins lucrativos
384.Instituto de Ensino Superior de Mato Grosso	2011	Associação Privada	Presencial	Associação Objetivo de Ensino Superior	Privada sem fins lucrativos
385.Faculdade Paraense de Ensino	Não iniciado	Associação Privada	Presencial	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo	Privada sem fins lucrativos
386.Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte	2011	Associação Privada	Presencial	Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo.	Privada sem fins lucrativos.
387.Faculdade Frutal	2006	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A	Privada com fins lucrativos
388.Faculdade Guairacá (PR)	2006	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade de Educação Superior Guairacá Ltda.	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
389.Faculdade UNINASSAU João Pessoa (PB)	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro Nacional de Ensino Superior Ltda.	Privada sem fins lucrativos
390.Faculdade de Salvador	2005 2008	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIESP S.A	Privada sem fins lucrativos
391.Faculdade Estácio de João Pessoa (PB)	Não iniciado	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	UNIUOL Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S/A	Privada com fins lucrativos
392.Centro Uni. FACVEST (SC)	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Distância	Sociedade de Educação N. S. Auxiliadora Ltda.	Privada com fins lucrativos
393.Fundação Universidade Federal do Tocantins	2007	Fundação Federal	Presencial	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Pública Federal
394.Faculdade UNINASSAU Natal	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Educacional Carvalho Gomes Ltda.	Privada com fins lucrativos
395.Faculdade Regional de Alagoinhas (BA)	2012	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Unidades de Ensino Superior da Bahia Ltda	Privada com fins lucrativos
396.Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé	2004	Fundação Privada	Presencial	Fundação Educacional de Guaxupé	Privada sem fins lucrativos
397.Faculdade UNINASSAU Campina Grande (PB)	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto Campinense de Ensino Superior Ltda.	Privada com fins lucrativos
398.Instituto de Educação Superior Raimundo Sá (PI)	2006	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Pipel-Picos Petróleo Ltda.	Privada com fins lucrativos
399.Centro Superior de Ensino e Pesquisa de Machado	2007 2011 (em extinção)	Fundação Privada	Presencial	Fundação Educacional de Machado	Privada sem fins lucrativos
400.Centro Universitário de Formiga	2007	Fundação Privada	Presencial	Fundação Educacional de Formiga	Privada sem fins lucrativos
401.Centro Universitário Metodista (RS) (adesão...)	2005	Associação Privada	Presencial	Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
402.Faculdade de Tecnologia de Curitiba	2015	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Escola Tecnológica de Curitiba Ltda.	Privada com fins lucrativos
403.Faculdade UNINASSAU Aracajú	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe	Privada sem fins lucrativos
404.Faculdade UNINASSAU Manaus	Não iniciado	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	SER Educacional S.A.	Privada com fins lucrativos
405.Centro Universitário Joaquim Nabuco (PE)	2013	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	SER Educacional S.A	Privada com fins lucrativos
406.Faculdade UNINASSAU Aliança (PI) (Rever)	2015	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Centro Integrado de Educação Superior do Piauí Ltda.	Privada com fins lucrativos
407.Faculdade de Ensino Superior do Nordeste (PB)	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	UNIFUTURO Faculdade de Ensino Superior do Nordeste	Privada com fins lucrativos
408.Faculdade de Inhumas (GO)	2016	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro de Educação Superior de Inhumas	Privada com fins lucrativos
409.Faculdade Estácio de Amazonas	2012	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade de Ensino Superior Estácio Amazonas Ltda.	Privada com fins lucrativos
410.Faculdade Pitágoras de Betim	2015	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Pitágoras – Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda.	Privada com fins lucrativos
411.Faculdade Terra Nordeste (CE)	2009	Sociedade Simples Pura	Presencial	Sociedade Universitária de Desenvolvimento Profissionalizante S/S	Privada com fins lucrativos
412.Faculdade Panamericana de Ji-Paraná (RO)	2014	Associação Privada	Presencial	União das Escolas Superiores de Ji-Paraná	Privada sem fins lucrativos
413.Faculdade Cidade de Guanhães (MG)	2006	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Sociedade Educacional de Guanhães Ltda.	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
414.Faculdade Metropolitana da Amazônia (PA)	2013	Associação privada	Presencial	Instituto Euro Americano de Educação Ciência Tecnologia	Privada sem fins lucrativos
415.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	2008	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Pública Federal
416.Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium (SP)	2011	Associação Privada	Presencial	Missão Salesiana de Mato Grosso	Privada sem fins lucrativos
417.Centro Universitário Tiradentes (AL)	2006	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Sociedade de Educação Tiradentes S/S Ltda	Privada com fins lucrativos
418.Faculdade Estácio do Rio Grande do Norte	2007	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte Ltda.	Privada com fins lucrativos
419.Faculdade Anhanguera de Caxias do Sul	2009	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Anhanguera Educacional Participações S/A	Privada com fins lucrativos.
420.Faculdade Anhanguera de São José	2012	Sociedade Anônima	Presencial	Anhanguera Educacional Participações S/A	Privada com fins lucrativos
421.Faculdade Noroeste (GO)	2015	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro de Ensino Noroeste Ltda.	Privada com fins lucrativos
422.Centro Universitário Brasileiro (PE)	2017	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto Brasileiro de Gestão & Marketing Ltda.	Privada com fins lucrativos
423.Faculdade Joaquim Nabuco de Olinda (PE)	2015	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro Educacional e Desportivo Fase Ltda.	Privada sem fins lucrativos
424.Faculdade de Ciências da Saúde de Unai	2010	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	FACISA Noroeste Ltda.	Privada sem fins lucrativos
425.Faculdade Pitágoras de Poços de Caldas	2016	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda	Privada com fins lucrativos
426.Faculdade Estácio de Castanhal (PA)	Não iniciado	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Faculdades Integradas de Castanhal Ltda.	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
427.Faculdade Internacional do Delta (PI)	2009	Associação Privada	Presencial	Associação dos Educadores do Delta do Parnaíba	Privada sem fins lucrativos
428.Centro Universitário de Sete Lagoas	2008 (em extinção)	Fundação Privada	Presencial	Fundação Educacional Monsenhor Messias	Privada sem fins lucrativos
429.Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão	2010	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão Ltda.	Privada com fins lucrativos
430.Faculdade Itop (TO)	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto Tocantinense de Educação Superior e Pesquisa Ltda.	Privada com fins lucrativos
431.Universidade Estadual de Roraima	2006	Fundação Estadual ou do Distrito Federal	Presencial	Fundação de Educação Superior de Roraima	Pública Estadual
432.Faculdade Raimundo Marinho (AL)	2009	Associação Privada	Presencial	Fundação Educacional do Baixo São Francisco Dr. Raimundo Marinho	Privada sem fins lucrativos
433.Fundação Universidade Federal do Pampa (RS)	2006	Fundação Federal	Presencial	Fundação Universidade Federal do Pampa	Pública Federal
434.Faculdade Regional Brasileira (SE)	2014	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	União Brasileira de Educação Ltda	Privada com fins lucrativos
435.Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni	2003	Associação Privada	Presencial	Instituto Ensinar Brasil	Privada sem fins lucrativos
436.Faculdades Integradas do Norte de Minas	2004	Sociedade Simples Limitada	Presencial	ÚNICA Educacional Ltda.	Privada com fins lucrativos
437.Faculdades Unidas do Vale do Araguaia (MT)	2008	Associação Privada	Presencial	Associação Barragarcense de Educação e Cultura	Privada sem fins lucrativos
438.Faculdade Norte Capixaba de São Mateus (ES)	2009	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Empresa Norte Capixaba de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda.	Privada com fins lucrativos
439.Faculdade Metropolitana de Anápolis (GO)	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto Metropolitano de Educação e Cultura Ltda.	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
440.Faculdade União de Campo Mourão (PR)	2010	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto Makro União Pós-Graduação e Extensão Ltda.	Privada com fins lucrativos
441.Faculdade Anhanguera de Pindamonhangaba	2015	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Anhanguera Educacional Participações S/A	Privada com fins lucrativos
442.Faculdade Metropolitana do Vale do Aço (MG)	2016	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto de Gestão Educacional Vancel Ltda.	Privada com fins lucrativos
443.Faculdade Pitágoras de Governador Valadares	2016	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Pitágoras – Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda.	Privada com fins lucrativos
444.Faculdade de Santa Cruz da Bahia	2016	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	União de Ensino de Santa Cruz	Privada com fins lucrativos
445.Faculdade UNINASSAU de Belém	2015	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Universo Professores Associações S/S Ltda.	Privada com fins lucrativos
446.Faculdade UNA de Betim	2006/ em extinção	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	Minas Gerais Educação SA	Privada com fins lucrativos
447.Faculdade Presidente Antônio Carlos de Várzea da Palma (MG)	2007	Fundação Privada	Presencial	Fundação Presidente Antônio Carlos	Privada sem fins lucrativos
448.Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni	2005	Fundação Privada	Presencial	Fundação Presidente Antônio Carlos	Privada sem fins lucrativos
449.Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itambacuri (MG)	2007	Fundação Privada	Presencial	Fundação Presidente Antônio Carlos	Privada sem fins lucrativos
450.Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberlândia	2005	Fundação Privada	Presencial	Fundação Presidente Antônio Carlos	Privada sem fins lucrativos
451.Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itajubá	2006 Em extinção	Fundação Privada	Presencial	Fundação Presidente Antônio Carlo	Privada sem fins lucrativos
452.Faculdade UNINASSAU Fortaleza	2013	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	SER Educacional S.A	Privada com fins lucrativos
453.Faculdade Redentor de Campos (RJ)	2012	Associação Privada	Presencial	Sociedade Universitária Redentor	Privada sem fins lucrativos
454.Faculdade CESUMAR (PR)	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro de Ensino Superior de Maringá Ltda.	Privada com fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
455.Faculdade Pitágoras de Maceió	2017	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Pitágoras – Sistema de Educação Superior Ltda.	Privada com fins lucrativos
456.Faculdade UNINASSAU Caruaru (PE)	2012	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	SER Educacional S.A.	Privada com fins lucrativos
457.Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PR)	2015	Autarquia Federal	Presencial	Universidade Federal da Integração Latino-Americana	Pública Federal
458.Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (SC)	1977	Fundação Privada	Presencial	Fundação Universidade Alto Vale do Rio do Peixe	Privada sem fins lucrativos
459.Faculdade Jardins (SE)	2017	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Centro de Educação Superior Ltda.	Privada com fins lucrativos
460.Faculdade de Tecnologia, Educação Superior e Profissional (PI)	2015	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Centro Tecnológico de Educação Superior e Profissional Ltda.	Privada com fins lucrativos
461.Faculdade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão (PB)	2013	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	CBPEX Consultoria Ltda.	Privada com fins lucrativos
462.Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá	2004	Fundação Privada	Presencial	Fundação Presidente Antônio Carlos	Privada sem fins lucrativos
463.Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Serra Talhada (PE)	2008	Autarquia Municipal	Presencial	Autarquia Educacional de Serra Talhada	Pública Municipal
464.Faculdade Única de Ipatinga	2000	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	ÚNICA Educacional Ltda.	Privada sem fins lucrativos
465.Centro Universitário UNA de Bom Despacho	2004	Sociedade Simples Limitada	Presencial	FACEB Educação Ltda.	Privada sem fins lucrativos
466.Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina	2007	Fundação Privada	Presencial	Fundação Presidente Antônio Carlos	Privada sem fins lucrativos
467.Faculdade UNINASSAU Parnamirim (RN)	2014	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Sociedade Universitária Mileto Ltda.	Privada com fins lucrativos
468.Faculdade UNINASSAU São Luís	2016	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade de Ensino Superior e de Pesquisa de Sergipe Ltda.	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
469.Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco (MA)	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade de Educação Superior de Pedreiras Ltda.	Privada com fins lucrativos
470.Faculdade Alencarina de Sobral (CE)	2015	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto de Educação Superior e Pesquisa do Ceará Ltda	Privada com fins lucrativos
471.Faculdade do Maciço do Baturité (CE)	2017	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto de Ensino Superior Teológico Cristão – ME	Privada com fins lucrativos
472.Faculdade Euclides da Cunha (BA):	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto de Educação O Farol do Conhecimento Ltda.	Privada com fins lucrativos
473.Faculdade UNINASSAU Feira de Santana (BA)	Não iniciado	Sociedade Anônima Fechada	Presencial	SER Educacional S.A.	Privada com fins lucrativos
474.Faculdade Redentor de Paraíba do Sul (RJ)	2016	Associação Privada	Presencial	Sociedade Universitária Redentor	Privada sem fins lucrativos
475.Faculdade de Quixadá (CE)	2015	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Instituto Educacional e Tecnológico de Quixadá	Privada com fins lucrativos
476.Universidade Estadual do Paraná	2002 2002	Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito Federal	Presencial	Secret de Est Ciência Tecnologia e Ensino Superior	Pública Estadual
477.Faculdade Evolução do Vale do Acaraú (CE)	2016	Sociedade Simples Pura	Presencial	Instituto Evolução de Educação e Tecnologia S/S	Privada com fins lucrativos
478.Faculdade Educacional Fortaleza	2017	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Edufor Prestadora de Serviços Ltda.	Privada com fins lucrativos
479.Faculdade Integrada de Cariacica (ES)	2016	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Empresa Educacional de Cariacica de Ensino, Pesquisa e Extensão	Privada com fins lucrativos
480.Faculdade Batista Brasileira do Recôncavo (BA)	Não iniciado	Associação Privada	Presencial	Cruzada Maranata de Evangelização	Privada sem fins lucrativos

INSTITUIÇÃO	ANO DE CRIAÇÃO	NATUREZA JURÍDICA	MODALIDADE	MATENEDORA	CATEGORIA ADMINISTRATIVA
481.Faculdade do Centro Maranhense	2017	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Unidade de Ensino Superior do Centro Maranhense Ltda.	Privada com fins lucrativos
482.Faculdade Adelina Moura (MA)	Não iniciado	Empresário (Individual)	Presencial	E N de Sousa Silva	Privada com fins lucrativos
483.Faculdade Metropolitana de Petrolina (PE)	Não iniciado	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	SOEPE Sociedade de Educação de Petrolina Ltda.	Privada com fins lucrativos.
484.Faculdade de Ciências e Saúde Edufor (MA)	2017	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade Educacional Fortaleza - ME	Privada com fins lucrativos
485.Faculdade UNIRB – Piauí	2017	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Complexo Educacional Millenium Ltda.	Privada com fins lucrativos
486.Faculdade Cidade de Aparecida de Goiânia	2017	Sociedade Empresária Limitada	Presencial	Sociedade de Educação e Cultura Aparecida de Goiânia	Privada com fins lucrativos
487.Faculdade Centro Oeste do Paraná (FACEOPAR)	2009	Sociedade Simples Limitada	Presencial	Sociedade Educacional do Centro Oeste do Paraná Ltda.	Privada com fins lucrativos
488.Faculdade Unilagos		Fundação Privada	Presencial	Fundação de Ensino Superior de Mangueirinha	Privada sem fins lucrativos

Fonte: Elaborado por Letícia Terra Pereira com base em informações extraídas do site do e-MEC (2016-2017).

APÊNDICE E – INSTITUIÇÕES QUE OFERECEM CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL POR ESTADO

REGIAO NORDESTE

ESTADO: ALAGOAS

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário CESMAC – CESMAC	Maceió.	1	Presencial
2. Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR	Maceió, Padres Missionários.	2	Distância
3. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Arapiraca, Maceió (2), Olhos d'Água das Flores.	4	Distância
4. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Arapiraca, Delmiro Gouveia, Junqueiro, Maceió, Marimondo, Palmeira dos Índios.	6	Distância
5. Centro Universitário Maurício de Nassau de Maceió	Maceió	1	Presencial
6. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Maceió.	1	Distância
7. Centro Universitário Tiradentes – FITS	Maceió.	1	Presencial
8. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	Arapiraca, Maceió.	2	Distância
9. Faculdade Alagoana de Administração – FAA	Maceió.	1	Presencial
10. Faculdade de Tecnologia de Alagoas – FAT/AL	Maceió.	1	Presencial
11. Faculdade Pitágoras de Maceió	Maceió.	1	Presencial
12. Faculdade Raimundo Marinho – FRM	Maceió.	1	Presencial
13. Instituto de Ensino Superior Santa Cecília – IESC	Arapiraca.	1	Presencial
14. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Maceió.	1	Distância
15. Universidade de Santo Amaro – UNISA	Maceió.	1	Distância
16. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Maceió.	1	Distância
17. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Maceió.	1	Distância
18. Universidade Federal de Alagoas – UFAL	Maceió, Palmeira dos Índios.	2	Presencial
19. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Arapiraca, Batalha, Maceió.	3	Distância
20. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Arapiraca, Maceió, Murici, Olho D'Água das Flores, Palmeira dos Índios.	5	Distância
21. Universidade Paulista – UNIP	Arapiraca, Maceió (3), Palmeira dos Índios, São Miguel dos Campos, União dos Palmares.	7	Distância
22. Universidade Potiguar – UNP	Maceió.	1	Distância
23. Universidade Tiradentes – UNIT	Arapiraca, Maceió.	2	Distância
TOTAL		47	

ESTADO: BAHIA

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR	Barreiras, Feira de Santana, Vitória da Conquista.	3	Distância
2. Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN	Salvador.	1	Distância
3. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Barreiras, Camaçari, Feira de Santana, Juazeiro, Lauro de Freitas, Paulo Afonso, Salvador, Tanhaçu, Vitória da Conquista.	9	Distância
4. Centro Universitário Estácio de Santa Catarina	Salvador.	1	Distância
5. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Brumado, Caculé, Caetité, Camaçari, Campo Formoso, Candeias, Condeúba, Feira de Santana, Ibiassucê, Ilhéus, Itabuna, Itiúba, Juazeiro, Macaúbas, Monte Santo, Pojuca, Salvador, Senhor do Bonfim, Tanque Novo, Teixeira de Freitas, Valença, Vitória da Conquista.	22	Distância
6. Centro Universitário Jorge Amado – UNIJORGE	Alagoinhas, Araci, Barreiras, Candeias, Feira de Santana, Gandu, Ilhéus, Iraquara, Irecê, Itambé, Ituaçu, Jacobina, Lauro de Freitas, Maracás, Mucugê, Porto Seguro, Ribeira do Pombal, Rio Real, Salvador (7 EAD e 3 P), Santo Amaro, Tucano, Ubaitaba, Valença.	32	Presencial Distância
7. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Alagoinhas (2), Fátima, Feira de Santana (2), Itabuna, Jacobina (2), Paulo Afonso (2), Salvador, Teixeira de Freitas.	12	Distância
8. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	Araci, Camaçari, Candeias, Conceição do Jacuípe, Feira de Santana, Irecê, Jequié, Lauro de Freitas, Salvador, Vitória da Conquista.	10	Distância
9. Estácio FIB – Centro Universitário Estácio da Bahia – Estácio FIB	Salvador.	1	Presencial
10. Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana – FAT	Feira de Santana.	1	Presencial
11. Faculdade Batista Brasileira – FBB	Salvador.	1	Presencial
12. Faculdade Batista Brasileira do Recôncavo – FBBR	Cruz das Almas	1	Presencial
13. Faculdade Batista Brasileira – FBB	Salvador.	1	Presencial
14. Faculdade de Ciências Educacionais de Capim Grosso – FCG	Capim Grosso.	1	Presencial
15. Faculdade de Ciências e Empreendedorismo – FACEMP	Santo Antônio de Jesus.	1	Presencial
16. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA	Itamaraju (2).	2	Presencial

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
17. Faculdade de Ensino Superior de Feira de Santana – FAES/ UNEF	Alagoinhas, Araci, Camamu, Conceição do Coité, Cruz das Almas, Dias d’Ávila, Feira de Santana (14), Ipirá, Irecê, Itabuna, Jeremoabo, Mata de São João, Mundo Novo, Riachão do Jacuípe, Salvador, Santa Bárbara, Santaluz, Santo Antônio de Jesus, Santo Estêvão, São Sebastião do Passé, Senhor do Bonfim, Tucano, Valente (2).	37	Distância
18. Faculdade Delta – FACDELTA	Salvador.	1	Presencial
19. Faculdade de Santa Cruz da Bahia – FSC	Itaberaba.	1	Presencial
20. Faculdade de Salvador	Salvador (2).	2	Presencial
21. Faculdade Dom Luís de Orleans e Bragança – FARRP	Ribeira do Pombal.	1	Presencial
22. Faculdade Dom Pedro II – FDP II	Jacobina, Ribeira do Pombal, Salvador (1 P e 2 EAD).	5	Presencial Distância
23. Faculdade do Sul – FACSUL	Itabuna.	1	Presencial
24. Faculdade Euclides da Cunha	Euclides da Cunha.	1	Presencial
25. Faculdade Eugênio Gomes – FEG	Ipirá.	1	Presencial
26. Faculdade Hélio Rocha – FHR	Salvador.	1	Presencial
27. Faculdade Madre Thais – FMT	Ilhéus.	1	Presencial
28. Faculdade Maria Milza – FAMAM	Cruz das Almas.	1	Presencial
29. Faculdade UNINASSAU Feira de Santana	Feira de Santana.	1	Presencial
30. Faculdade UNINASSAU Lauro Freitas	Lauro de Freitas.	1	Presencial
31. Faculdade UNINASSAU Vitória da Conquista	Vitória da Conquista.	1	Presencial
32. Faculdade UNINASSAU Salvador	Salvador.	1	Presencial
33. Faculdade Nobre de Feira de Santa – FAN	Feira de Santana.	1	Presencial
34. Faculdade Regional da Bahia – FARB	Salvador.	1	Presencial
35. Faculdade Regional de Alagoinhas – FARAL	Alagoinhas.	1	Presencial
36. Faculdade São Salvador – FSS	Salvador.	1	Presencial
37. Faculdade UNIME de Ciências Sociais – FCS	Lauro de Freitas	1	Presencial
38. Faculdade Visconde de Cairú – FAVIC	Salvador.	1	Presencial
39. Faculdade Zacarias de Góes – FAZAG	Valença.	1	Presencial
40. Instituto Baiano de Ensino Superior – IBES	Salvador.	1	Presencial
41. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Feira de Santana, Juazeiro, Lauro de Freitas, Porto Seguro, Senhor do Bonfim.	5	Distância
42. Universidade Católica do Salvador – UCSAL	Salvador.	1	Presencial
43. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB	Salvador.	1	Distância
44. Universidade Cidade de São Paulo – UNICID	Lauro de Freitas, Salvador (3).	4	Distância

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
45. Universidade de Santo Amaro – UNISA	Bom Jesus da Lapa, Feira de Santana, Itabuna, Paulo Afonso, Salvador.	5	Distância
46. Universidade de Uberaba – UNIUBE	Itabuna.	1	Distância
47. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Feira de Santana, Lauro de Freitas, Salvador, Vitória da Conquista.	4	Distância
48. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Camaçari, Feira de Santana, Itabuna, Salvador (2).	5	Distância
49. Universidade Federal da Bahia – UFBA	Salvador.	1	Presencial
50. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB	Cachoeira.	1	Presencial
51. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Barra do Mendes, Campo Alegre de Lourdes, Canavieiras, Catu, Eunápolis, Feira de Santana, Ilhéus, Juazeiro, Lauro de Freitas, Luís Eduardo Magalhães, Mundo Novo, Poções, Porto Seguro, Riacho de Santana, Salvador, Xique-Xique.	16	Distância
52. Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES	Belmonte, Eunápolis, Nova Viçosa, Santa Luzia, Teixeira de Freitas.	5	Distância
53. Universidade Pitágoras – UNOPAR	Alagoinhas, Baixa Grande, Barra, Barra do Mendes, Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Boquira, Brotas de Macaúbas, Brumado, Campo Formoso, Cocos, Cruz das Almas, Encruzilhada, Esplanada, Euclides da Cunha, Eunápolis, Feira de Santana, Formosa do Rio Preto, Guanambi, Ibotirama, Ilhéus, Ipirá, Irecê, Itaberaba, Itabuna, Itamaraju, Itapetinga, Jacaraci, Jacobina, Jaguarari, Jequié, João Dourado, Juazeiro, Lauro de Freitas, Livramento de Nossa Senhora, Luís Eduardo Magalhães, Macaúbas, Miguel Calmon, Morro do Chapéu, Paulo Afonso, Poções, Remanso, Riachão do Jacuípe, Rui Barbosa, Salvador (5), Santaluz, São Félix do Coribe, Seabra, Senhor do Bonfim, Serrinha, Simões Filho (2), Teixeira de Freitas, Tucano, Utinga, Vitória da Conquista, Xique-Xique.	61	Distância
54. Universidade Paulista – UNIP	Antônio Gonçalves, Bom Jesus da Lapa, Brumado, Caldeirão Grande, Candeias, Euclides da Cunha, Guanambi, Ilhéus, Itamaraju, Itapetinga, Jacobina, Juazeiro, Lauro de Freitas, Livramento de Nossa Senhora, Morro do Chapéu, Paulo Afonso, Pindobaçu, Remanso, Salvador (5), Santa Maria da Vitória, Serrinha, Sobradinho, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Xique-Xique.	29	Distância

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
55. Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO	Salvador (1 P e 1 EAD).	2	Presencial Distância
56. Universidade Salvador – UNIFACS	Alagoinhas, Camaçari, Cruz das Almas, Feira de Santana, Guanambi, Jacobina, Juazeiro, Lauro de Freitas, Macaúbas, Novo Horizonte, Porto Seguro, Salvador (1 P e 4 EAD), Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Seabra, Simões Filho.	20	Presencial Distância
57. Universidade Tiradentes – UNIT	Alagoinhas, Feira de Santana, Paulo Afonso, Salvador, Sítio do Quinto, Vitória da Conquista.	6	Distância
TOTAL		331	

ESTADO: CEARÁ

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – FLS	Juazeiro do Norte.	1	Presencial
2. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Fortaleza (2), Canindé, Juazeiro do Norte, Marangape, Quixeramobim.	6	Distância
3. Centro Universitário Estácio de Santa Catarina	Fortaleza.	1	Distância
4. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Fortaleza, Sobral.	2	Distância
5. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Fortaleza.	1	Distância
6. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Fortaleza.	1	Distância
7. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	Quixeramobim.	1	Distância
8. CISNE-Faculdade de Quixadá – CFQ	Quixadá.	1	Presencial
9. Faculdade Alencarina de Sobral – FAL	Sobral.	1	Presencial
10. Faculdade Ateneu – FATE	Fortaleza.	2	Presencial
11. Faculdade Cearense – FAC	Fortaleza.	1	Presencial
12. Faculdade de Fortaleza – FAFOR	Fortaleza.	1	Presencial
13. Faculdade de Tecnologia do Nordeste – FATENE	Fortaleza.	1	Presencial
14. Faculdade do Maciço do Baturité – FMB	Baturité.	1	Presencial
15. Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ	Aracati.	1	Presencial
16. Faculdade Educacional Fortaleza – EDUFOR	Fortaleza	1	Presencial
17. Faculdade Evolução do Vale do Acaraú – FAEVA	Sobral.	1	Presencial

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
18. Faculdade Kurios – FAK	Maranguape.	1	Presencial
19. Faculdade UNINASSAU Fortaleza	Fortaleza.	1	Presencial
20. Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza – FAMETRO	Fortaleza.	1	Presencial
21. Faculdade Padre Dourado – FDR	Fortaleza	1	Presencial
22. Faculdade Princesa do Oeste – FPO	Crateús	1	Presencial
23. Faculdade Terra Nordeste – FATENE	Caucaia	1	Presencial
24. Faculdade Vale do Salgado – FVS	Icó.	1	Presencial
25. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE	Iguatu.	1	Presencial
26. Centro Universitário INTA	Itapipoca (EAD), Sobral (2 EAD e 1 P).	4	Presencial Distância
27. RATIO – Faculdade Teológica e Filosófica – RATIO	Fortaleza.	1	Presencial
28. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Acaraú, Boa Viagem, Camocim, Fortaleza, Independência, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Pedra Branca, Sobral.	10	Distância
29. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Fortaleza.	1	Distância
30. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Fortaleza (2), Juazeiro do Norte.	3	Distância
31. Universidade Estadual do Ceará – UECE	Fortaleza.	1	Presencial
32. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Barbalha, Fortaleza, Tianguá.	3	Distância
33. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Barbalha, Crateús, Fortaleza, Limoeiro do Norte, Quixeramobim, Sobral, Tauá.	7	Distância
34. Universidade Paulista – UNIP	Camocim, Caucaia, Crato, Fortaleza (2), Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Sobral.	9	Distância
35. Universidade Salvador – UNIFACS	Fortaleza, Maranguape.	2	Distância
TOTAL		73	

ESTADO: MARANHÃO

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN	Imperatriz.	1	Distância
2. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Imperatriz, São Luís.	2	Distância
3. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Açailândia, Bacabal, Balsas, Grajaú, Imperatriz, Presidente Dutra, São Luís.	7	Distância
4. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	São Luís.	1	Distância
5. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	Açailândia, Imperatriz, Santa Inês, São Luís.	4	Distância
6. Faculdade Adelina Moura	Buriticupu.	1	Presencial
7. Faculdade de Ciências e Saúde Edufor	São Luís.	1	Presencial
8. Faculdade de Ciências e Tecnologia do Maranhão – FACEM	Caxias.	1	Presencial
9. Faculdade de Educação Memorial Adelaide Franco – FEMAF	Pedreiras.	1	Presencial
10. Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP	Chapadinha.	1	Presencial
11. Faculdade do Centro Maranhense	Barra do Corda.	1	Presencial
12. Faculdade do Maranhão – FACAM-MA	São Luís.	1	Presencial
13. Faculdade Maranhense São José dos Cocais – FSJ	Timon.	1	Presencial
14. Faculdade Santa Fé – CESSF	São Luís.	1	Presencial
15. Faculdade UNINASSAU de São Luís	São Luís.	1	Presencial
16. Faculdade Pitágoras de Imperatriz	Imperatriz.	1	Presencial
17. Faculdade Pitágoras do Maranhão	São Luís.	1	Presencial
18. Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão – IESMA	Imperatriz.	1	Presencial
19. Instituto de Ensino Superior Franciscano – IESF	Paço do Lumiar.	1	Presencial
20. Instituto de Ensino Superior Múltiplo – IESM	Timon.	1	Presencial
21. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Barra do Corda, Caxias, Grajaú, Ribamar Fiquene, São Luís.	5	Distância
22. Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL	São Luís.	1	Distância
23. Universidade de Santo Amaro – UNISA	Açailândia, São Luís.	2	Distância
24. Universidade do CEUMA – UNICEUMA	São Luís.	1	Presencial
25. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Imperatriz, São Luís.	2	Distância
26. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Imperatriz, São Luís.	2	Distância
27. Universidade Federal do Maranhã – UFMA	São Luís.	1	Presencial
28. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	São Luís.	1	Distância
29. Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES	Barreirinhas, Pedreiras, São Luís.	3	Distância
30. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	São Luís.	1	Distância
31. Universidade Paulista – UNIP	Açailândia, São Luís (2).	3	Distância
TOTAL		52	

ESTADO: PARAÍBA

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Campina Grande, João Pessoa, Viraúna.	3	Distância
2. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Campina Grande, João Pessoa (2), Patos.	4	Distância
3. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	João Pessoa.	1	Distância
4. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	João Pessoa, Patos.	2	Distância
5. Faculdade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão – FABEX	João Pessoa.	1	Presencial
6. Faculdade de Ensino Superior do Nordeste.	João Pessoa.	1	Presencial
7. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Cajazeiras – FAFIC	Cajazeiras.	1	Presencial
8. Faculdade Estácio de João Pessoa	João Pessoa.	1	Presencial
9. Faculdade Internacional da Paraíba – FPB	João Pessoa.	1	Presencial
10. Faculdade UNINASSAU Campina Grande	Campina Grande.	1	Presencial
11. Faculdade UNINASSAU João Pessoa	João Pessoa.	1	Presencial
12. Faculdade Santa Maria – FSM	Cajazeiras.	1	Presencial
13. Faculdades Integradas de Patos – FIP	Patos.	1	Presencial
14. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Água Branca, João Pessoa.	2	Distância
15. Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL	Campina Grande, João Pessoa.	2	Distância
16. Universidade de Santo Amaro – UNISA	João Pessoa.	1	Distância
17. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	João Pessoa.	1	Distância
18. Universidade Estácio de Sá – UNESA	João Pessoa (2).	2	Distância
19. Universidade Estadual da Paraíba – UEPB	Campina Grande.	1	Presencial
20. Universidade Federal da Paraíba – UFPB	João Pessoa.	1	Presencial
21. Universidade Federal de Campina Grande – UFCG	Sousa.	1	Presencial
22. Universidade Pitágoras – UNOPAR	Cajazeiras (2), Campina Grande (2), Guarabira (2), João Pessoa (3), Patos, Sousa (2).	12	Distância
23. Universidade Paulista – UNIP	Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Guarabira, João Pessoa, Patos, Piancó, Sousa.	8	Distância
TOTAL		50	

ESTADO: PERNAMBUCO

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA	Recife.	1	Presencial
2. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Caruaru, Jaboatão do Guararapes, Olinda (2), Petrolina, Recife (2), Santa Cruz do Capibaribe, Serra Talhada.	9	Distância
3. Centro Universitário dos Guararapes – UNIFG	Jaboatão dos Guararapes.	1	Presencial
4. Centro Universitário Estácio do Recife	Recife.	1	Presencial
5. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Caruaru, Ipojuca, Olinda, Petrolina, Recife (2), Salgueiro.	7	Distância
6. Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU	Recife.	1	Presencial
7. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Recife.	3	Distância
8. Centro Universitário dos Guararapes – FG	Jaboatão dos Guararapes.	1	Presencial
9. Centro Universitário Joaquim Nabuco Recife	Recife.	1	Presencial
10. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	Garanhuns.	1	Distância
11. Faculdade ASCES – ASCES Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES-UNITA	Caruaru.	1	Presencial
12. Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina - FACAPE	Petrolina.	1	Presencial
13. Faculdade de Ciências Contábeis de Recife – FACCOR	Olinda.	1	Presencial
14. Faculdade de Ciências Humanas ESUDA	Recife.	1	Presencial
15. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Serra Talhada – FACHUSST	Serra Talhada.	1	Presencial
16. Faculdade do Recife – FAREC	Recife.	1	Presencial
17. Faculdade Escritor Osman da Costa Lins – FACOL	Vitória de Santo Antão.	1	Presencial
18. Faculdade Integrada de Pernambuco – FACIPE	Recife.	1	Presencial
19. Faculdade UNINASSAU Caruaru	Caruaru.	1	Presencial
20. Faculdade Metropolitana de Petrolina – FAM	Petrolina.	1	Presencial
21. Faculdade São Miguel -	Recife.	1	Presencial
22. Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão – FAINTVISA	Vitória de Santo Antão.	1	Presencial
23. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Abreu e Lima, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Igarassu, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Recife, Serra Talhada.	9	Distância
24. Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP	Recife.	1	Presencial
25. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB	Recife.	1	Presencial Distância

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
26. Universidade de Santo Amaro – UNISA	Fernando de Noronha.	1	Distância
27. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Petrolina, Recife.	2	Distância
28. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Carpina, Caruaru, Jaboatão dos Guararapes, Recife (2).	5	Distância
29. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE	Recife.	1	Presencial
30. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Belo Jardim, Garanhuns, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista.	4	Distância
31. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Araripina (2), Arcoverde (2), Cabo de Santo Agostinho (2), Carpina (2), Caruaru, Garanhuns (2), Gravatá, Palmares, Paulista (2), Pesqueira, Petrolina (2), Recife (3), Salgueiro (2), Santa Cruz do Capibaribe (2).	25	Distância
32. Universidade Paulista – UNIP	Afogados da Ingazeira, Araripina, Arcoverde, Belém de São Francisco, Cabo de Santo Agostinho, Caruaru, Garanhuns, Goiana, Gravatá, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista, Petrolina, Recife (3), Salgueiro, Serra Talhada, Vitória de Santo Antão.	19	Distância
33. Universidade Potiguar – UNP	Recife.	1	Distância
34. Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO	Caruaru, Recife (1 P e 1 EAD), São José do Egito.	4	Presencial Distância
35. Universidade Salvador – UNIFACS	Jaboatão dos Guararapes, Recife.	2	Distância
36. Universidade Tiradentes – UNIT	Caruaru, Garanhuns, Petrolina, Recife.	4	Distância
TOTAL		117	

ESTADO: PIAUÍ

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário da Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí – NOVAFAPI	Campo Maior, Floriano, Pedro II, Teresina (1 P e 2 EAD), Uruçuí.	7	Presencial Distância
2. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Teresina	1	Distância
3. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Floriano, Picos, Teresina.	3	Distância
4. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Ji-Paraná, Rolim de Moura.	2	Distância
5. Centro Universitário UNINOVAFAPI	Campo Maior, Floriano, Pedro II, Teresina (1 P e 2 EAD), Uruçuí.	7	Presencial Distância
6. Christus Faculdade do Piauí – CHRISFAPI	Piripiri.	1	Presencial
7. Faculdade Ademar Rosado – FAR	Teresina.	1	Presencial
8. Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina – FACET	Teresina	1	Presencial
9. Faculdade UNINASSAU Aliança	Teresina.	1	Presencial
10. Faculdade de Ensino Superior de Floriano – FAESF	Floriano.	1	Presencial
11. Faculdade de Tecnologia de Teresina – Faculdade CET	Teresina.	1	Presencial
12. Faculdade de Tecnologia, Educação Superior e Profissional – FATESP	Teresina.	1	Presencial
13. Faculdade do Piauí – FAPI	Teresina.	1	Presencial
14. Faculdade Evangélica do Piauí – FAEPI	Teresina.	1	Presencial
15. Faculdade Internacional do Delta – INTA	Parnaíba.	1	Presencial
16. Faculdade UNIRB – Piauí	Teresina.	1	Presencial
17. Faculdade Santo Agostinho – FSA	Teresina.	1	Presencial
18. Faculdade São Gabriel – FSG	Teresina.	1	Presencial
19. Faculdade UNINASSAU Parnaíba	Parnaíba.	1	Presencial
20. Faculdade UNINASSAU Teresina	Teresina.	1	Presencial
21. Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camilo Filho – ICF	Teresina.	1	Presencial
22. Instituto de Educação Superior Raimundo Sá – IESRSA	Picos.	1	Presencial
23. Instituto Superior de Educação Programus – ISEPRO	Água Branca.	1	Presencial
24. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Acauã, Bom Jesus, Floriano, Parnaíba, Teresina.	5	Distância
25. Universidade de Santo Amaro – UNISA	Teresina.	1	Distância
26. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Teresina.	1	Distância
27. Universidade Federal do Piauí – UFPI	Teresina.	1	Presencial
28. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Paulistana, Teresina.	2	Distância
29. Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES	Luzilândia	1	Distância

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
30. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Bom Jesus (2), Campo Maior (2), Esperantina (2), Oeiras (2), Picos (3), Piripiri (2), São Raimundo Nonato (2), Teresina (2).	17	Distância
31. Universidade Paulista – UNIP	Parnaíba, São Raimundo Nonato, Teresina (2).	4	Distância
32. Universidade Potiguar – UNP	Teresina.	1	Distância
TOTAL		71	

ESTADO: RIO GRANDE DO NORTE

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Natal.	3	Distância
2. Centro Universitário do Rio Grande do Norte – UNI-RN	Natal.	1	Presencial
3. Centro Universitário FACEX – UNIFACEX	Natal.	1	Presencial
4. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Natal, Parnamirim.	2	Distância
5. Centro Universitário Newton Paiva – Newton Paiva	Natal.	1	Distância
6. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Currais Novos, Natal.	2	Distância
7. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	Natal.	1	Distância
8. Faculdade Estácio do Rio Grande do Norte – Estácio FATERN	Natal.	1	Presencial
9. Faculdade Católica Nossa Senhora das Vitórias – FCNSV	Açu.	1	Presencial
10. Faculdade Católica Santa Teresinha – FCST	Caicó.	1	Presencial
11. Faculdade UNINASSAU Natal	Natal.	1	Presencial
12. Faculdade UNINASSAU Parnamirim	Parnamirim.	1	Presencial
13. Instituto de Ensino Superior do Rio Grande do Norte – IESRN	Natal.	1	Presencial
14. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Açu, Caicó, Currais Novos, Goianinha, Mossoró, Natal, Pau dos Ferros.	7	Distância
15. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN	Mossoró.	1	Presencial
16. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Natal.	1	Distância
17. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Natal (3).	3	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
18. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN	Natal.	1	Presencial
19. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Mossoró, Natal.	2	Distância
20. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Caicó (2), João Câmara (2), Mossoró (2), Natal (3), Nova Cruz (2), Santa Cruz (2).	13	Distância
21. Universidade Paulista – UNIP	Açu, Apodi, Caicó, Currais Novos, Mossoró, Natal, Touros.	7	Distância
22. Universidade Potiguar – UNP	Caicó, Currais Novos, Mossoró (1 P e 1 EAD), Natal (2 P e 2 EAD), Parnamirim.	9	Distância
23. Universidade Tiradentes – UNIT	Mossoró.	1	Distância
TOTAL		62	

ESTADO: SERGIPE

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Aracaju.	1	Distância
2. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Aracaju.	1	Distância
3. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Aracaju.	1	Distância
4. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	Aracaju.	1	Distância
5. Faculdade Dom Pedro II de Sergipe	Lagarto	1	Presencial
6. Faculdade Jardins – FAJAR	Aracaju.	1	Presencial
7. Faculdade Regional Brasileira – FARB	Aracaju.	1	Presencial
8. Faculdade São Luís de França – FSLF	Aracaju.	1	Presencial
9. Faculdade UNINASSAU Aracaju	Aracaju.	1	Presencial
10. Faculdade Sergipana – FASER	Aracaju.	1	Presencial
11. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Aracaju.	1	Distância
12. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Aracaju.	1	Distância
13. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Aracaju.	1	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
14. Universidade Federal de Sergipe – UFS	São Cristóvão.	1	Presencial
15. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Aracaju.	1	Distância
16. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Aracaju (3).	3	Distância
17. Universidade Paulista – UNIP	Aracaju, Itabaiana, Tobias Barreto.	3	Distância
18. Universidade Tiradentes – UNIT	Aquidabã, Aracaju (1 P e 1 EAD), Boquim, Capela, Carira, Cormópolis, Estância (1 P e 1 EAD), Itabaiana (1 P e 1 EAD) Lagarto, Laranjeiras, Monte Alegre de Sergipe, Neópolis, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora do Socorro, Poço Verde, Porto da Folha, Propriá (1 P e 1 EAD), Ribeirópolis, São Cristóvão, São Domingos, Simão Dias, Tobias Barreto, Umbaúba.	28	Distância
TOTAL		49	

REGIÃO NORTE**ESTADO: ACRE**

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR	Rio Branco.	1	Distância
2. Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR	Rio Branco	1	Distância
3. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Cruzeiro do Sul, Rio Branco.	2	Distância
4. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Rio Branco.	1	Distância
5. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	Rio Branco.	1	Distância
6. Faculdade da Amazônia Ocidental – FAAO	Rio Branco.	1	Presencial
7. Faculdade do Acre – FAC	Rio Branco.	1	Presencial
8. Faculdade Meta – FAMETA	Rio Branco.	1	Presencial
9. Instituto de Ensino Superior do Acre – ISACRE	Rio Branco.	1	Presencial
10. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Rio Branco.	1	Distância
11. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Brasiléia, Cruzeiro do Sul, Feijó, Rio Branco, Tarauacá (2).	6	Distância
12. Universidade Paulista – UNIP	Acrelândia, Brasiléia, Cruzeiro do Sul, Rio Branco, Sena Madureira.	5	Distância
TOTAL		22	

ESTADO: AMAPÁ

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Macapá	1	Distância
2. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Macapá, Oiapoque, Santana.	3	Distância
3. Instituto Macapaense de Ensino Superior – IMMES	Macapá.	1	Presencial
4. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Macapá.	1	Distância
5. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Macapá.	1	Distância
6. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Macapá (2).	2	Distância
7. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Macapá.	1	Distância
8. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Macapá (3).	3	Distância
9. Universidade Paulista – UNIP	Macapá (2).	2	Distância
TOTAL		15	

ESTADO: AMAZONAS

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário de Maringá - UNICESUMAR	Manacapuru, Manaus.	2	Distância
2. Centro Universitário do Norte – UNINORTE	Manaus (2 P e 2 EAD)	4	Presencial Distância
3. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Manaus.	1	Distância
4. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Manaus.	1	Distância
5. Centro Universitário Luterano de Manaus – CEULM/ULBRA	Manaus.	1	Distância
6. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Manaus.	1	Distância
7. Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM	Manaus.	1	Presencial
8. Faculdade Estácio do Amazonas	Manaus.	1	Presencial
9. Faculdade Martha Falcão – FMF	Manaus.	1	Presencial
10. Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO	Manaus.	1	Presencial
11. Faculdade Salesiana Dom Bosco – FSDB	Manaus.	1	Presencial
12. Faculdade Táhirih - FT	Manaus.	1	Presencial
13. Faculdade UNINASSAU Manaus	Manaus.	1	Presencial
14. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Manaus.	1	Distância
15. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB	Manaus.	1	Presencial Distância
16. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Manaus.	1	Distância
17. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Manaus.	1	Distância
18. Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Manaus, Parintins.	2	Presencial
19. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Lábrea, Manaus.	2	Distância
20. Universidade Nilton Lins – UNINILTONLINS	Manaus.	1	Presencial
21. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Coari (3), Itacoatiara, Manaus (3), Parintins.	8	Distância
22. Universidade Paulista – UNIP	Coari, Manaus (1 P e 3 EAD), Tabatinga.	6	Distância
TOTAL		40	

ESTADO: PARÁ

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN	Ourilândia do Norte.	1	Distância
2. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Anajás, Ananindeua, Belém, Breves, Eldorado dos Carajás, Marabá, Oeiras do Pará, Paragominas, Ponta de Pedras, Rondon do Pará, Santarém.	11	Distância
3. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Almeirim, Altamira (2), Ananindeua, Barcarena, Belém, Bragança, Cametá, Capanema, Castanhal, Itaituba, Jacundá, Marabá, Paragominas, Parauapebas, Redenção, Rondon do Pará, Santarém, Tucuruí.	19	Distância
4. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Belém (2), Breu Branco, Cametá (2), Marabá, Paragominas, Portel, Tomé-Açu.	9	Distância
5. Centro Universitário Luterano de Santarém – CEULS	Santarém.	1	Presencial
6. Escola Superior da Amazônia – ESAMAZ	Belém.	1	Presencial
7. Faculdade da Amazônia - FAAM	Ananindeua.	1	Presencial
8. Faculdade da Amazônia de Santarém – UNAMA	Santarém.	1	Presencial
9. Faculdade de Ensino Superior da Amazônia Reunida – FESAR	Redenção.	1	Presencial
10. Faculdade Estácio de Castanhal	Castnhal.	1	Presencial
11. Faculdade Estácio do Pará – Estácio FAP	Belém.	1	Presencial
12. Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA	Belém.	1	Presencial
13. Faculdade Paraense de Ensino – FAPEN	Belém.	1	Presencial
14. Faculdade UNINASSAU Belém – FMN de Belém	Belém.	1	Presencial
15. Faculdade Metropolitana da Amazônia – FAMAZ	Belém.	1	Presencial
16. Faculdade Pan Amazônica – FAPAN	Belém.	1	Presencial
17. Faculdade Paraense de Ensino – FAPEN	Belém.	1	Presencial
18. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Abaetetuba, Ananindeua, Belém, Marabá, Tucuruí, Ulianópolis.	6	Distância
19. Universidade Cidade de São Paulo – UNICID	Belém.	1	Distância
20. Universidade da Amazônia – UNAMA	Ananindeua, Belém.	1	Presencial
21. Universidade de Santo Amaro – UNISA	Ananindeua, Belém, Marabá, Parauapebas.	4	Distância
22. Universidade de Uberaba – UNIUBE	Barcarena.	1	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
23. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Belém, Santarém.	2	Distância
24. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Belém.	1	Distância
25. Universidade Federal do Pará – UFPA	Belém, Breves.	2	Presencial
26. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Alenquer, Altamira, Belém (2), Itaituba, Monte Alegre, Paragominas, Rurópolis, Santarém.	9	Distância
27. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Almeirim, Altamira, Barcarena (2), Belém (4), Breves (2), Cametá (2), Capanema (2), Castanhal, Conceição do Araguaia (2), Itaituba (2), Marabá, Oriximiná (2), Paragominas (2), Parauapebas (2), Redenção (2), Santarém (3), São Félix do Xingu, Tailândia (2), Tucuruí (2), Xinguara.	37	Distância
28. Universidade Paulista – UNIP	Altamira, Ananindeua, Barcarena, Belém (3), Capanema, Castanhal, Marabá, Redenção, Santarém.	11	Distância
TOTAL		128	

ESTADO: RONDÔNIA

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR	Buritis (2), Ji-Paraná, Porto Velho, São Miguel do Guaporé, Vilhena.	6	Distância
2. Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN	Porto Velho.	1	Distância
3. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Jaru, Ji-Paraná, Porto Velho.	3	Distância
4. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Ji-Paraná, Porto Velho.	2	Distância
5. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Ji-Paraná, Rolim de Moura.	2	Distância
6. Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná – CEULJI/ULBRA	Ji-Paraná.	1	Distância
7. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	Ariquemes.	1	Distância
8. Faculdade da Amazônia – FAMA	Vilhena.	1	Presencial
9. Faculdade de Educação de Jaru – UNICENTRO	Jaru.	1	Presencial
10. Faculdade de Rolim de Moura – FAROL	Rolim de Moura.	1	Presencial

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
11. Faculdade Panamericana de Ji-Paraná	Ji-Paraná.	1	Presencial
12. Faculdades Integradas Aparício Carvalho – FIMCA	Porto Velho.	1	Presencial
13. Universidade de Santo Amaro – UNISA	Cacoal.	1	Distância
14. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Porto Velho.	1	Distância
15. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Ji-Paraná, Porto Velho.	2	Distância
16. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Ariquemes (2), Cacoal, Cerejeiras, Jarú (2), Ji-Paraná, Machadinho D'Oeste, Pimenta Bueno, Porto Velho, Rolim de Moura, Vilhena.	12	Distância
17. Universidade Paulista – UNIP	Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Pimenta Bueno, Porto Velho, Rolim de Moura, Vilhena.	6	Distância
TOTAL		43	

ESTADO: RORAIMA

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR	Boa Vista.	1	Distância
2. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Boa Vista.	1	Distância
3. Centro Universitário Estácio da Amazônia	Boa Vista.	1	Presencial
4. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Boa Vista.	1	Distância
5. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	Boa Vista,	1	Distância
6. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Boa Vista.	1	Distância
7. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Boa Vista.	1	Distância
8. Universidade Estadual de Roraima – UERR	Boa Vista.	1	Presencial
9. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Boa Vista.	1	Distância
10. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Boa Vista.	1	Distância
11. Universidade Paulista – UNIP	Boa Vista.	1	Distância
TOTAL		11	

ESTADO: TOCANTINS

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR	Palmas.	1	Distância
2. Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN	Araguaína.	1	Distância
3. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Araguaína, Palmas.	2	Distância
4. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Alvorada, Araguaína, Dianópolis, Gurupi, Palmas.	5	Distância
5. Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP	Palmas.	1	Presencial
6. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Palmas, Porto Nacional.	2	Distância
7. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	Palmas, Sampaio.	2	Distância
8. Faculdade de Colinas do Tocantins	Colinas do Tocantins.	1	Presencial
9. Faculdade ITOP – ITOP	Palmas.	1	Presencial
10. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT	Miracema do Tocantins.	1	Presencial
11. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Araguaína, Gurupi, Palmas.	3	Distância
12. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Araguaína, Palmas.	2	Distância
13. Universidade do Tocantins – UNITINS	Palmas.	1	Presencial
14. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Palmas.	1	Distância
15. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Araguaína (4), Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi (2), Palmas, Porto Nacional.	10	Distância
16. Universidade Paulista – UNIP	Araguaína, Colinas do Tocantins, Guaraí, Gurupi, Miracema do Tocantins, Palmas (2), Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Tocantinópolis.	10	Distância
TOTAL		44	

REGIAO CENTRO OESTE

DISTRITO FEDERAL

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR	Brasília.	1	Distância
2. Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN	Brasília.	1	Distância
3. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Brasília.	7	Distância
4. Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB	Brasília.	2	Presencial
5. Centro Universitário Estácio de Brasília – Estácio Brasília	Brasília.	1	Presencial
6. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Brasília.	4	Distância
7. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Brasília.	1	Distância
8. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	Brasília.	1	Distância
9. Faculdade Evangélica – FE	Brasília.	1	Presencial
10. Faculdade Projeção de Ceilândia – FACEB	Brasília.	1	Presencial
11. Faculdade Projeção de Sobradinho – FAPRO	Brasília.	1	Presencial
12. Faculdade Projeção do Guará	Brasília.	1	Presencial
13. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Brasília.	1	Distância
14. Universidade Católica de Brasília – UCB	Brasília.	1	Presencial
15. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB	Brasília.	1	Distância
16. Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL	Brasília.	1	Distância
17. Universidade de Brasília – UNB	Brasília	2	Presencial
18. Universidade de Santo Amaro – UNISA	Brasília.	1	Distância
19. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Brasília.	1	Distância
20. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Brasília.	1	Distância
21. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Brasília.	1	Distância
22. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Brasília.	8	Distância
23. Universidade Paulista – UNIP	Brasília (1 P e 7 EAD).	8	Presencial Distância
TOTAL		48	

ESTADO: GOIÁS

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR	Rio Verde.	1	Distância
2. Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN	Campos Belos.	1	Distância
3. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Águas Lindas de Goiás, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Divinópolis de Goiânia, Formosa, Goiânia (2), Luziânia, Valparaíso de Goiás.	9	Distância
4. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Aparecida de Goiânia, Formosa, Goianésia, Goiânia, São João D’Aliança, Valparaíso de Goiás.	6	Distância
5. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Itumbiara, Porangatu, Posse (2).	4	Distância
6. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Acreúna, Pires do Rio, Rio Verde.	3	Distância
7. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	Águas Lindas de Goiás, Anápolis, Catalão, Crixás, Goiânia, Itumbiara, Jataí, Mineiros, Planaltina.	9	Distância
8. Faculdade Cidade Aparecida de Goiânia	Aparecida de Goiânia.	1	Presencial
9. Faculdade de Inhumas – FACMAIS	Inhumas.	1	Presencial
10. Faculdade Metropolitana de Anápolis	Anápolis.	1	Presencial
11. Faculdade Montes Belos – FMB	São Luís de Montes Belos.	1	Presencial
12. Faculdade Noroeste – FAN	Goiânia.	1	Presencial
13. Faculdade Nossa Senhora Aparecida – FANAP	Aparecida de Goiânia.	1	Presencial
14. Faculdade Unida de Campinas – FACUNICAMPS	Goiânia.	1	Presencial
15. Instituto Unificado de Ensino Superior Objetivo – IUESO	Goiânia.	1	Presencial
16. Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás	Goiânia.	1	Presencial
17. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Anápolis, Aparecida de Goiânia, Catalão, Ceres, Cristalina, Goiânia, Itumbiara, Luziânia, Porangatu, Rio Verde, Valparaíso de Goiás.	11	Distância
18. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB	Goiânia.	1	Distância
19. Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL	Goiânia.	1	Distância
20. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Goiânia.	1	Distância
21. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Ceres, Goiânia.	2	Distância
22. Universidade Federal de Goiás – UFG	Goiás.	1	Presencial
23. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Amaralina, Anápolis, Goiânia (2), Goianira, Itumbiara, Minaçu, Pirenópolis, Vicentinópolis.	9	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
24. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Alexânia (2), Anápolis (2), Caiapônia (2), Caldas Novas, Cidade Ocidental, Formosa (2), Goianésia (2), Goiânia (3), Iporá, Itapuranga, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Mineiros, Morrinhos, Niquelândia (2), Novo Gama, Piracanjuba, Planaltina, Rio Verde, Rubiataba, Santa Terezinha de Goiás (2), São Miguel do Araguaia, Trindade, Uruaçu (2), Valparaíso de Goiás (2).	37	Distância
25. Universidade Paulista – UNIP	Acreúna, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Caldas Novas, Ceres, Cidade Ocidental, Formosa, Goianésia, Goiânia (3), Goiatuba, Inhumas, Ipameri, Iporá, Itaberaí, Itumbiara, Jaraguá, Jataí, Luziânia, Mineiros, Morrinhos, Palmeiras de Goiás, Pires do Rio, Pontalina, Porangatu, Posse, Quirinópolis, Rio Verde, São Simão, Senador Canedo, Trindade, Uruaçu.	33	Distância
26. Universidade Potiguar – UNP	Goiânia.	1	Distância
27. Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO	Goiânia (1 P e 1 EAD).	2	Presencial Distância
TOTAL		141	

ESTADO: MATO GROSSO

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR	Cuiabá, Rondonópolis.	2	Distância
2. Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN	Alta Floresta, Cuiabá.	2	Distância
3. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Colniza, Cuiabá, Primavera do Leste, Rondonópolis, Sinop, Várzea Grande.	6	Distância
4. Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG	Várzea Grande.	1	Presencial
5. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Cuiabá, Juara, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Porto dos Gaúchos, Rondonópolis, Sinop, Sorriso, Tabaporã.	9	Distância
6. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Colíder, Cuiabá, Peixoto de Azevedo.	3	Distância
7. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Alto Araguaia, Cuiabá.	2	Distância
8. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	Barra do Garças, Rondonópolis.	2	Distância
9. Faculdade Cenecista de Rondonópolis – FACER Em descredenciamento voluntário	Rondonópolis.	1	Presencial
10. Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração do Vale do Juruena – AJES	Juína.	1	Presencial
11. Faculdade de Ciências Jurídicas, Gerenciais e Educação de Sinop – FIS	Sinop.	1	Presencial
12. Faculdades Unidas do Vale do Araguaia – UNIVAR	Barra do Garças.	1	Presencial
13. Instituto Cuiabá de Ensino e Cultura – ICEC	Cuiabá.	1	Presencial
14. Instituto de Ensino Superior de Mato Grosso – IESMT	Cuiabá.	1	Presencial
15. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Barra do Garças, Campo Verde, Cuiabá, Rondonópolis, Tangará da Serra.	5	Distância
16. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB	Cuiabá, Poxoréo.	2	Distância
17. Universidade Cidade de São Paulo – UNICID	Cuiabá.	1	Distância
18. Universidade de Cuiabá – UNIC/Pitágoras	Cuiabá (2).	2	Presencial
19. Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT	Diamantino.	1	Presencial
20. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Cuiabá	1	Distância
21. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Cuiabá.	1	Distância
22. Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT	Cuiabá.	1	Presencial
23. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Aripuanã, Barra do Bugres, Comodoro, Conquista do Oeste, Cuiabá (2), Jaciara, Rondonópolis.	8	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
24. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Água Boa, Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Canarana, Colíder, Cuiabá (2), Guarantã do Norte, Pedra Preta, Pontes e Lacerda (2), Porto Alegre do Norte, Primavera do Leste, Querência, Rondonópolis, Sapezal, Sinop, Tangará da Serra (3), Várzea Grande.	24	Distância
25. Universidade Paulista – UNIP	Alta Floresta, Alto Araguaia, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Colíder, Cuiabá (2), Jaciara, Juína, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Xavantina, Primavera do Leste, Rondonópolis, São Félix do Araguaia, Sapezal, Sinop, Sorriso, Tangará da Serra, Várzea Grande.	21	Distância
26. Universidade Potiguar – UNP	Cuiabá.	1	Distância
27. Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO	Cáceres, Juína, Primavera do Leste.	3	Presencial Distância
TOTAL		104	

ESTADO: MATO GROSSO DO SUL

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário Anhanguera de Campo Grande	Campo Grande.	1	Presencial
2. Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR	Campo Grande.	1	Distância
3. Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN	Amambaí, Aral Moreira, Bonito, Campo Grande, Chapadão do Sul, Costa Rica, Dourado (1 P e 1 EAD), Jardim, Jateí, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Verde do Mato Grosso, Três Lagoas.	15	Presencial Distância
4. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Campo Grande, Três Lagoas.	2	Distância
5. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Aquidauana (2), Campo Grande, Três Lagoas.	4	Distância
6. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Campo Grande, Maracaju.	2	Distância
7. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Campo Grande, Nova Andradina.	2	Distância
8. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	Campo Grande, Três Lagoas.	2	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
9. Faculdade Campo Grande – FCG	Campo Grande.	1	Presencial
10. Faculdades Integradas de Três Lagoas – AEMS	Três Lagoas.	1	Presencial
11. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Aquidauana, Bela Vista, Bonito, Camapuã, Campo Grande, Cassilândia, Corguinho, Coronel Sapucaia, Corumbá, Dourados, Eldorado, Glória de Dourados, Iguatemi, Itaquiraí, Ivinhema, Jardim, Miranda, Naviraí, Nioaque, Nova Andradina, Novo Horizonte do Sul, Paranhos, Ponta Porã, Ribas do Rio Pardo, Rio Verde do Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Sete Quedas, Sidrolândia, Três Lagoas.	29	Distância
12. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB	Campo Grande (1 P e 1 EAD), Corumbá (EAD)	1	Presencial Distância
13. Universidade de Santo Amaro – UNISA	Campo Grande, Miranda.	2	Distância
14. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Campo Grande, Dourados.	2	Distância
15. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Campo Grande.	1	Distância
16. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Campo Grande.	1	Distância
17. Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES	Campo Grande.	1	Distância
18. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Amambaí, Aquidauana (2), Campo Grande, Chapadão do Sul, Corumbá (3), Coxim, Dourados, Maracaju, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã, Três Lagoas (2).	16	Distância
19. Universidade Paulista – UNIP	Água Clara, Amambaí, Campo Grande (2), Corumbá, Dourados, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Sidrolândia.	10	Distância
TOTAL		94	

REGIAO SUDESTE

ESTADO: ESPÍRITO SANTO

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário Católico de Vitória	Vitória	1	Presencial
2. Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR	Vitória.	1	Distância
3. Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN	Cachoeiro de Itapemirim.	1	Distância
4. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Aracruz, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Guarapari, Linhares, Pedro Canário, Piúma, São Mateus, Serra, Vila Velha, Vitória.	11	Distância
5. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Colatina, Linhares, Marilândia, Serra, Vila Velha, Vitória.	6	Distância
6. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Serra.	1	Distância
7. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Guarapari, Vitória.	2	Distância
8. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	São Mateus, Vila Velha, Vitória.	3	Distância
9. Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória – EMESCAM	Vitória.	1	Presencial
10. Faculdade Capixaba da Serra – MULTIVIX Serra	Serra.	1	Presencial
11. Faculdade Capixaba de Nova Venécia – MULTIVIX Nova Venécia	Nova Venécia.	1	Presencial
12. Faculdade Integrada de Cariacica – MULTIVIX CARIAC	Cariacica.	1	Presencial
13. Faculdade J. Simões Ensino Superior – FABAVI Em descredenciamento voluntário.	Guarapari.	1	Presencial
14. Faculdade Norte Capixaba de São Mateus – MULTIVIX São Mateus	São Mateus.	1	Presencial
15. Faculdade Novo Milênio – FNM	Vila Velha.	1	Presencial
16. Faculdades Pitágoras Unidade Guarapari – FIPAG	Guarapari.	1	Presencial
17. Faculdade Regional Serrana – FUNPAC	Venda Nova do Imigrante.	1	Presencial
18. Instituto de Ensino Superior e Formação Avançada de Vitória – FAVI	Vitória.	1	Presencial
19. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Vitória.	1	Distância
20. Universidade de Santo Amaro – UNISA	Marataízes, São Mateus, Vitória.	3	Distância
21. Universidade de Uberaba – UNIUBE	Afonso Cláudio, Cariacica, Castelo, Colatina, Nova Venécia.	5	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
22. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Vitória.	1	Distância
23. Universidade Estácio de Sá – UNESA	São Mateus, Vila Velha, Vitória.	3	Distância
24. Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	Vitória.	1	Presencial
25. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Boa Esperança, Ibatiba, São José do Calçado, Vitória.	4	Distância
26. Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES	Afonso Cláudio, Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Ecoporanga, Guaçuí, Ibatiba, Linhares, Mucurici, Pancas, Pedro Canário, Santa Maria de Jetibá, Vila Velha.	14	Distância
27. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Barra de São Francisco (2), Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Linhares (2), São Mateus, Vila Velha (2), Vitória.	10	Distância
28. Universidade Paulista – UNIP	Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Guarapari, Linhares, São Gabriel da Palha, São Mateus, Serra, Vila Velha, Vitória (2).	12	Distância
29. Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO	Cachoeiro de Itapemirim.	1	Presencial Distância
TOTAL		91	

ESTADO: MINAS GERAIS

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro de Ensino Superior de Conselheiro Lafaiete – CES-CL	Conselheiro Lafaiete.	1	Presencial
2. Centro Superior de Ensino de Pesquisa de Machado – CESEP	Machado.	1	Presencial
3. Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR	Belo Horizonte.	1	Distância
4. Centro Universitário da Fundação Educacional Guaxupé – UNIFEG	Guaxupé.	1	Presencial
5. Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN	Diamantina.	1	Distância
6. Centro Universitário de Belo Horizonte – UNI-BH	Belo Horizonte.	1	Presencial
7. Centro Universitário de Formiga – UNIFORMG	Formiga.	1	Presencial
8. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Além Paraíba, Barbacena, Belo Horizonte (3), Betim, Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Guimarães, Ibitiré, Itabira, Ipatinga, Itajubá, Juiz de Fora, Leopoldina, Montes Claros, Muriaé, Novo Cruzeiro, Pará de Minas, Patos de Minas, Patrocínio, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Varginha, Vazanete.	31	Distância
9. Centro Universitário de Sete Lagoas – UNIFEMM	Sete Lagoas.	1	Presencial
10. Centro Universitário do Sul de Minas – UNIS-MG	Betim, Formiga, Varginha (P e EAD).	2	Presencial
11. Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte – ESTÁCIO BH	Belo Horizonte.	1	Presencial
12. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Alfenas, Alpinópolis, Barbacena, Belo Horizonte (6), Boa Esperança, Bom Despacho, Capelinha, Carmo do Rio Claro, Congonhas, Coronel Fabriciano, Divinópolis, Governador Valadares, Guaxupé, Ipatinga, Itabira, Itajubá, Itaúna, João Monlevade, Juiz de Fora, Lavras, Montes Claros, Ouro Preto, Paraisópolis, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Prata, Rio Pomba, Sacramento, Santa Luzia, Santa Rita do Sapucaí, São João Del Rei, São Lourenço, São Pedro do Suaçuí, Sete Lagoas, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Varginha.	43	Distância
13. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Paracatu	1	Distância
14. Centro Universitário Metodista Isabela Hendrix – CEUNIH	Belo Horizonte.	2	Presencial
15. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Belo Horizonte, Ipatinga, Juiz de Fora.	3	Distância
16. Centro Universitário UNA – UNA	Belo Horizonte.	2	Presencial
17. Centro Universitário UNA de Bom Despacho	Bom Despacho	1	Presencial
18. Centro Universitário UNIHORIZONTES	Belo Horizonte	1	Presencial

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
19. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	Belo Horizonte (2), Betim, Contagem, Coronel Fabriciano, Divinópolis, Ervália, Extrema, Juiz de Fora, Mariana, Monte Carmelo, Passos, Pouso Alegre, Santa Bárbara, Três Corações, Viçosa.	16	Distância
20. Faculdade Cidade de Guanhães – FACIG	Guanhães.	1	Presencial
21. Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde – FACISA	Viçosa.	1	Presencial
22. Faculdade de Ciências da Saúde de Unaí – FACISA	Unaí.	1	Presencial
23. Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu – FACIG	Manhuaçu.	1	Presencial
24. Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas Santo Agostinho – FACISA	Montes Claros.	1	Presencial
25. Faculdade de Minas BH – FAMINAS-BH	Belo Horizonte.	1	Presencial
26. Centro Universitário FAMINAS	Muriaé.	1	Presencial
27. Faculdade de São Lourenço – FASAMA	São Lourenço.	1	Presencial
28. Faculdade Divinópolis – FACED	Divinópolis.	1	Presencial
29. Faculdade do Sudeste Mineiro – FACSUM	Juiz de Fora.	1	Presencial
30. Faculdade Frutal – FAF	Frutal.	1	Presencial
31. Faculdade Mantense dos Vales Gerais (INTERVALE) – INTERVALE	Mantena.	1	Presencial
32. Faculdade Metropolitana do Vale do Aço – FAMEV	Ipatinga.	1	Presencial
33. Faculdade Pitágoras de Betim – PITÁGORAS-BETIM	Betim.	1	Presencial
34. Faculdade Pitágoras de Governador Valadares – PIT GV	Governador Valadares.	1	Presencial
35. Faculdade Pitágoras de Ipatinga – FPI	Ipatinga.	1	Presencial
36. Faculdade Pitágoras de Poços de Caldas	Poços de Caldas.	1	Presencial
37. Faculdade Pitágoras de Uberlândia – PIT UBERLÂNDIA	Uberlândia.	1	Presencial
38. Faculdade Presidente Antônio Carlos de Itajubá	Itajubá.	1	Presencial
39. Presidente Antônio Carlos de Itambacuri – FUNEES Itambacuri	Itambacuri.	1	Presencial
40. Faculdade Presidente Antônio Carlos de Leopoldina	Leopoldina.	1	Presencial
41. Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni – FUNEES Teófilo Otoni	Teófilo Otoni.	1	Presencial
42. Faculdade Presidente Antônio Carlos de Ubá	Ubá.	1	Presencial
43. Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberlândia	Uberlândia.	1	Presencial
44. Faculdade Presidente Antônio Carlos de Várzea da Palma – FEES Várzea da Palma	Várzea da Palma.	1	Presencial
45. Faculdade Presidente JK – Faculdade JK	Sete Lagoas.	1	Presencial
46. Faculdades Doctum de Caratinga – FIC	Caratinga.	1	Presencial

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
47. Faculdades Integradas do Norte de Minas – FUNORTE	Montes Claros.	1	Presencial
48. Faculdades Unificadas de Teófilo Otoni – FUTO	Teófilo Otoni.	1	Presencial
49. Faculdade UNA de Betim – UNA	Betim.	1	Presencial
50. Faculdade Única de Ipatinga – FUNIP	Ipatinga.	1	Presencial
51. Faculdade Vale do Gortuba – FAVAG	Nova Porteirinha.	1	Presencial
52. Instituto Belo Horizonte de Ensino Superior – IBHES	Belo Horizonte.	1	Presencial
53. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas	Belo Horizonte, Contagem, Uberlândia.	3	Presencial
54. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Belo Horizonte, Campestre, Itacarambi, Juiz de Fora, Lavras, Montes Claros, Uberlândia, Várzea da Palma.	8	Distância
55. Universidade Braz Cubas – UBC	São Lourenço.	8	Distância
56. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB	Belo Horizonte.	1	Distância
57. Universidade de Franca – UNIFRAN	Montes Claros, Passos, Poços de Caldas, Uberaba, Uberlândia, Varginha, Viçosa.	7	
58. Universidade de Santo Amaro – UNISA	Araxá, Belo Horizonte, Carmo do Paranaíba, Luz, Montes Claros, Paracatu, Patos de Minas, São João do Paraíso, Unaí.	9	Distância
59. Universidade de Uberaba – UNIUBE	Araxá, Barbacena, Governador Valadares, Montes Claros, Teófilo Otoni, Uberaba.	6	Distância
60. Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG	Abaeté, Carangola, Cláudio, Divinópolis, Passos.	5	Presencial
61. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Belo Horizonte, Juiz de Fora, Três Corações, Uberlândia.	4	Distância
62. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Barbacena, Belo Horizonte, Contagem, Governador Valadares, Juiz de Fora, Montes Claros, Ubá.	7	Distância
63. Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES	Montes Claros.	1	Presencial
64. Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF	Juiz de Fora.	1	Presencial
65. Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP	Mariana.	1	Presencial
66. Universidade Federal de Uberlândia – UFU	Ituiutaba.	1	Presencial
67. Universidade Federal de Viçosa – UFV	Viçosa	1	Presencial
68. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM	Teófilo Otoni.	1	Presencial
69. Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM	Uberaba.	1	Presencial
70. Universidade José do Rosário Vellano – UNIFENAS	Campo Belo.	1	Presencial
71. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Belo Horizonte (3), Coronel Fabriciano, Engenheiro Caldas, Guanhães, Itapeçerica, Jequitinhonha, Lagoa da Prata, Passos, Pouso Alegre, São Gonçalo do Pará, Ubá.	13	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
72. Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES	Belo Horizonte, Capelinha, Divino, Espera Feliz, Galiléia, Governador Valadares, Ipatinga, Itamarandiba, Minas Novas, Montes Claros, Muzambinho, Santa Bárbara do Leste, São João do Manteninha, Senhora de Oliveira, Teófilo Otoni, Três Corações, Turmalina, Ubá, Urucuia, Varginha.	20	Distância
73. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Além Paraíba (2), Alfenas, Almenara, Andradas, Araçuaí, Araxá, Belo Horizonte (3), Betim (3), Bocaiúva, Brasília de Minas, Carlos Chagas, Cataguases, Congonhas, Contagem, Curvelo, Diamantina, Divinópolis, Espinosa, Governador Valadares (2), Ibirité, Ipatinga, Itabira, Itabirito, Itajubá, Ituiutaba, Jaíba, Janaúba, Januária, João Monlevade, Juiz de Fora, Lagoa da Prata (2), Lavras, Manga, Manhuaçu, Mantena, Mato Verde, Medina (2), Mercês, Montes Claros, Muriaé, Nova Lima, Paracatu, Passa Quatro, Pirapora, Piumhi, Poços de Caldas, Ribeirão das Neves, Rio Pardo de Minas, Sabará, Salinas, Santa Luzia, São Francisco, São João do Paraíso, Sete Lagoas, Taiobeiras, Teófilo Otoni, Ubá, Uberaba, Uberlândia, Vespasiano, Viçosa.	69	Distância
74. Universidade Paulista – UNIP	Alfenas, Almenara, Andradas, Araçuaí, Araguari, Araxá, Arcos, Areado, Belo Horizonte (3), Betim, Boa Esperança, Bom Despacho, Bueno Brandão, Campina Verde, Carmo do Paranaíba, Carmo do Rio Claro, Conselheiro Lafaiete, Contagem, Curvelo, Diamantina, Divinópolis, Espinosa, Extrema, Frutal, Governador Valadares, Guaxupé, Ibirité, Ipatinga, Itajubá, Itanhandu, Ituiutaba, Iturama, Jacutinga, Janaúba, Januária, Juiz de Fora, Lagoa Santa, Lambari, Lavras, Manhuaçu, Manhumirim, Monte Carmelo, Montes Claros, Monte Sião, Muriaé, Ouro Fino, Paracatu, Paraisópolis (2), Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Pirapora, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Prata, Ribeirão das Neves, Salinas, Santa Luzia, São Gonçalo do Sapucaí, São João Del Rei, São Sebastião do Paraíso, Sete Lagoas, Três Corações, Três Pontas, Ubá, Uberaba, Uberlândia (2), Unaí, Varginha, Várzea da Palma.	74	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
75. Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO	Belo Horizonte (1 P e 1 EAD), Juiz de Fora (1 P e 1 EAD), Pompéu (EAD), Três Marias (EAD), Uberlândia (EAD).	7	Presencial Distância
76. Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE	Governador Valadares.	1	Presencial
77. Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR	Três Corações.	1	Presencial
TOTAL		395	

ESTADO: RIO DE JANEIRO

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. ABEU – Centro Universitário – UNIABEU	Belfort Roxo.	1	Presencial
2. Centro Universitário Anhanguera de Niterói – UNIAN	Niterói.	1	Presencial
3. Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM	Rio de Janeiro.	2	Presencial
4. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Belfort Roxo, Campos dos Goytacazes, Duque de Caxias (2), Macaé, Magé, Niterói, Nova Iguaçu, Nova Friburgo, Petrópolis, Queimados, Rio das Ostras, Rio de Janeiro (8), São João de Meriti, São Gonçalo, Teresópolis, Volta Redonda.	24	Distância
5. Centro Universitário de Volta Redonda – UNIFOA	Volta Redonda.	1	Presencial
6. Centro Universitário Estácio de Santa Catarina	Angra dos Reis, Teresópolis.	2	Distância
7. Centro Universitário Geraldo Di Biasi – UGB	Barra do Piraí, Volta Redonda.	2	Presencial
8. Centro Universitário IBMR	Rio de Janeiro (2)	2	Presencial
9. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Duque de Caxias, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Parati, Petrópolis, Resende, Rio de Janeiro (5), São Gonçalo, Teresópolis, Três Rios, Volta Redonda.	17	Distância
10. Centro Universitário Newton Paiva – NEWTON PAIVA	Rio de Janeiro.	1	Distância
11. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Campos dos Goytacazes.	1	Distância
12. Centro Universitário Universus Veritas – UNIVERITAS	Rio de Janeiro.	1	Presencial
13. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	Duque de Caxias, Niterói, Rio de Janeiro.	3	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
14. Conservatório Brasileiro de Música – Centro Universitário – CBM/CEU	Rio de Janeiro.	8	Presencial
15. Faculdade de Duque de Caxias – FDC	Duque de Caxias.	1	Presencial
16. Faculdade Redentor de Campos – FACRENTOR	Campos dos Goytacazes.	1	Presencial
17. Faculdade Redentor de Paraíba do Sul	Paraíba do Sul.	1	Presencial
18. Faculdade Redentor – FACRENTOR	Itaperuna.	1	Presencial
19. Faculdades Integradas Simonsen – FIS	Rio de Janeiro.	1	Presencial
20. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RIO	Rio de Janeiro.	1	Presencial
21. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Angra dos Reis, Macaé, Niterói, Nova Iguaçu, Parati, Rio de Janeiro, São Gonçalo.	7	Distância
22. Universidade Cândido Mendes – UCAM	Rio de Janeiro.	4	Presencial
23. Universidade Castelo Branco – UCB	Rio de Janeiro.	2	Presencial
24. Universidade de Santo Amaro – UNISA	Campos dos Goytacazes.	1	Distância
25. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ	Rio de Janeiro.	1	Presencial
26. Universidade do Grande Rio Professor José de Souza Herdy – UNIGRANRIO	Duque de Caxias, Magé, Nova Iguaçu.	3	Presencial
27. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Campos dos Goytacazes, Niterói, Rio de Janeiro.	3	Distância
28. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Cabo Frio (P), Campos dos Goytacazes (EAD), Duque de Caxias (EAD), Macaé (EAD), Niterói (P), Nova Friburgo (EAD), Nova Iguaçu (EAD), Petrópolis (EAD), Queimados (EAD), Resende (EAD), Rio de Janeiro (3 P e 14 EAD), São João de Meriti (P), Volta Redonda (EAD).	29	Presencial Distância
29. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO	Rio de Janeiro.	1	Presencial
30. Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	Rio de Janeiro.	1	Presencial
31. Universidade Federal Fluminense – UFF	Campos dos Goytacazes, Niterói, Rio das Ostras.	3	Presencial
32. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ	Seropédica.	1	Presencial
33. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Belford Roxo, Rio de Janeiro (4), Três Rios, Volta Redonda.	4	Distância
34. Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES	Arraial do Cabo, Nova Friburgo.	2	Distância
35. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Cabo Frio (2), Campos dos Goytacazes (3), Duque de Caxias (3), Itaperuna (3), Macaé (2), Magé (2), Nilópolis, Niterói (2), Nova Friburgo, Nova Iguaçu (2), Petrópolis, Rio de Janeiro (7), São João de Meriti (2), Teresópolis.	32	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
36. Universidade Paulista – UNIP	Angra dos Reis, Barra do Piraí, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Macaé, Niterói, Nova Friburgo, Parati, Petrópolis, Porto Real, Rio das Ostras, Rio de Janeiro (2), Teresópolis.	15	Distância
37. Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO	Angra dos Reis, Campos dos Goytacazes (1P e 1 EAD), Niterói (1P e 1 EAD), São Gonçalo (1 P e 1 EAD), Nova Friburgo (EAD).	8	Presencial Distância
38. Universidade Salvador – UNIFACS	Nova Iguaçu.	1	Distância
39. Universidade Veiga de Almeida – UVA	Cabo Frio, Rio de Janeiro.	2	Presencial
TOTAL		192	

ESTADO: SÃO PAULO

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário Amparense – UNIFIA	Amparo.	1	Presencial
2. Centro Universitário Anhanguera de São Paulo	São Paulo (8).	8	Presencial
3. Centro Universitário Antônio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente – TOLEDO PRUDENTE	Presidente Prudente.	1	Presencial
4. Centro Universitário Assunção – UNIFAI	São Paulo.	1	Presencial
5. Centro Universitário Barão de Mauá – CBM	Ribeirão Preto.	1	Presencial
6. Centro Universitário Campos de Andrade – UNIANDRADE	São Paulo.	1	Distância
7. Centro Universitário Capital – UNICAPITAL	São Paulo.	1	Presencial
8. Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UNISALESIANO	Araçatuba.	1	Presencial
9. Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR	Araçatuba, Barretos, Batatais, Bragança Paulista, Campinas, Caraguatatuba, Guaratinguetá, Mogi das Cruzes, Rio Claro, Santo André, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo.	13	Distância
10. Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos – UNIFEB	Barretos.	1	Presencial
11. Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN	Cruzeiro, Mogi das Cruzes, São Paulo.	3	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
12. Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU	São Paulo (2).	2	Presencial
13. Centro Universitário de Adamantina – FAI	Adamantina.	1	Presencial
14. Centro Universitário de Bauru	Bauru.	1	Presencial
15. Centro Universitário de Jaguariúna – FAJ	Bauru, Campinas, Holambra, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna (2).	7	Distância
16. Centro Universitário de Jales – UNIJALES	Jales.	1	Presencial
17. Centro Universitário de Lins – UNILINS	Lins.	1	Presencial
18. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Araçatuba, Assis, Barueri, Bauru, Botucatu, Campinas, Caraguatuba, Carapicuíba, Franca, Guarulhos, Indaiatuba, Itapeçerica da Serra, Itapevi, Itapira, Jaguariúna, Jundiaí, Limeira, Marília, Mauá, Osasco (2), Ourinhos, Palmital, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Santo Anastácio (2), Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São José dos Campos, São José do Rio Preto, São Paulo (6), São Vicente, Suzano, Teodoro Sampaio.	43	Distância
19. Centro Universitário de São Paulo – UNI São Paulo	São Paulo.	1	Presencial
20. Centro Universitário de Votuporanga – UNIFEV	Votuporanga.	1	Presencial
21. Centro Universitário Estácio de São Paulo	São Paulo.	1	Presencial
22. Centro Universitário Fundação Santo André – CUFSA	Santo André.	1	Presencial
23. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Americana, Assis, Atibaia, Avaré, Bauru, Botucatu, Bragança Paulista, Cabreúva, Cajamar, Campinas (3), Campos do Jordão, Carapicuíba, Cruzeiro, Descalvado, Diadema, Embu-Guaçu, Guaratinguetá, Guarujá, Guarulhos (2), Hortolândia, Ibiúna, Ilabela, Indaiatuba, Itapetininga, Itapevi, Itararé, Itu, Jaguariúna, Jarinu, Jaú, Jundiaí, Lençóis Paulista, Limeira, Mairiporã (2), Marília, Mogi das Cruzes, Mogi Guaçu, Monte Mor, Osasco, Ourinhos, Paulínia, Pederneiras, Peruíbe, Pindamonhangaba, Piracicaba, Praia Grande, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Rio Claro, Salto, Sandovalina, Santo André, Santos (2), São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Manuel, São Paulo (6), São Roque, Sorocaba, Sumaré, Suzano, Tatuí, Taubaté, Ubatuba, Valinhos, Vinhedo.	80	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
24. UNÍITALO	São Paulo.	1	Presencial
25. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Mairinque.	1	Distância
26. Centro Universitário Metropolitano de São Paulo – UNIMESP	Guarulhos.	1	Presencial
27. Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio – CEUNSP	Itu.	1	Presencial
28. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Americana, Araçatuba, Araraquara, Assis, Bauru, Botucatu, Campinas, Catanduva, Guaratinguetá, Indaiatuba, Itapetininga, Itapira, Jaboticabal, Jundiá, Leme, Lins, Lorena, Marília, Matão, Mogi das Cruzes, Moji Mirim, Piraju, Praia Grande, Ribeirão Preto, Santana de Parnaíba, Santo André, Santos, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo (8), Sorocaba, Taubaté.	40	Distância
29. Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL	Americana.	1	Presencial
30. Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto	Andradina, Araçatuba, Araraquara, Araras, Atibaia, Barretos, Bauru, Bragança Paulista, Cajuru, Campinas, Casa Branca, Catanduva, Descalvado, Espírito Santo do Pinhal, Fernandópolis, Franca, Guarulhos, Iaras, Ilha Solteira, Itapira, Itu, Jacareí, Jaguariúna, Jaú, Jundiá, Leme, Matão, Mauá, Mococa, Mogi das Cruzes, Mogi Guaçu, Moji Mirim, Monte Alto, Orlândia, Osasco, Ourinhos, Paranapanema, Pedreira, Penápolis, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto (2 EAD + 1 Presencial), Rio Claro, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo (8), Sertãozinho, Severínia, Sorocaba, Tatuí, Ubatuba.	68	Distância
31. Claretiano – Faculdade – CLARETIANORC	Rio Claro.	1	Presencial
32. Faculdade Anhanguera de Pindamonhangaba	Pindamonhangaba.	1	Presencial
33. Faculdade Anhanguera de São Bernardo – FASBC	São Bernardo do Campo.	1	Presencial
34. Faculdade Anhanguera de São José	São José dos Campos.	1	Presencial
35. Faculdade Birigui – FABI	Birigui.	1	Presencial
36. Faculdade CERES – FACERES	São José do Rio Preto.	1	Presencial
37. Faculdade Claretiano	Rio Claro.	1	Presencial
38. Faculdade de Boituva – FIB	Boituva.	1	Presencial

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
39. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas Santa Rita de Cássia – FACEAS	São Paulo.	1	Presencial
40. Faculdade de Ciências e Letras de Bragança Paulista – FESB	Bragança Paulista.	1	Presencial
41. Faculdade de Ciências Humanas de Aguai – FACHA	Aguai.	1	Presencial
42. Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva – FAIT	Itapeva.	1	Presencial
43. Faculdade de Hortolândia – FACH	Hortolândia.	1	Presencial
44. Faculdade de Mauá – FAMA	Mauá.	1	Presencial
45. Faculdade de Mirandópolis – FAM	Mirandópolis.	1	Presencial
46. Faculdade de Monte Alto – FMA	Monte Alto.	1	Presencial
47. Faculdade de Presidente Prudente – FAPEPE	Presidente Prudente.	1	Presencial
48. Faculdade de Presidente Venceslau – FAPREV	Presidente Venceslau.	1	Presencial
49. Faculdade de Santo André	Santo André.	1	Presencial
50. Faculdade de São Caetano do Sul	São Caetano do Sul.	1	Presencial
51. Faculdade de São Paulo – FASP	São Paulo.	1	Presencial
52. Faculdade Paulista São Caetano – FAPS	São Caetano do Sul.	1	Presencial
53. Faculdade Paulista de Serviço Social – FAPSS-SP	São Paulo.	1	Presencial
54. Faculdade Anhanguera Pitágoras de Jundiá – PIT Jundiá	Jundiá.	1	Presencial
55. Faculdade Santa Cecília – FASC	Pindamonhangaba.	1	Presencial
56. Faculdade Santa Lúcia – FCACSL	Moji Mirim.	1	Presencial
57. Faculdades de Dracena	Dracena.	1	Presencial
58. Faculdades Integradas de Botucatu – UNIFAC	Botucatu.	1	Presencial
59. Faculdades Integradas de Fernandópolis – FIFE	Fernandópolis.	1	Presencial
60. Faculdades Integradas de Santa Fé do Sul – FUNEC	Santa Fé do Sul.	1	Presencial
61. Faculdades Integradas do Vale do Ribeira – FIVR	Registro.	1	Presencial
62. Faculdades Integradas Maria Imaculada – FIMI	Piracicaba.	1	Presencial
63. Faculdades Integradas Stella Maris de Andradina – FISMA	Andradina.	1	Presencial
64. Faculdade Sudoeste Paulista – FSP	Avaré.	1	Presencial
65. Instituto de Ensino Superior de Itapira – IESI	Itapira.	1	Presencial
66. Instituto Itapetiningano de Ensino Superior – IIES	Itapetininga.	1	Presencial
67. Instituto Manchester Paulista de Ensino Superior – IMAPES	Sorocaba.	1	Presencial
68. Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro Victório Cardassi – IMESB	Bebedouro.	1	Presencial
69. Instituto Superior de Ciências Aplicadas – ISCA	Limeira.	1	Presencial
70. Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas	Campinas.	1	Presencial

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
71. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP	São Paulo.	1	Presencial
72. União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO	São José do Rio Preto.	1	Presencial
73. Universidade Anhanguera de São Paulo – UNIAN-SP	São Paulo (4).	4	Presencial
74. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Adamantina (4), Agudos, Altinópolis, Americana (2), Andradina, Aparecida, Araçatuba (2), Araçoiaba da Serra (2), Araras (3), Atibaia (2), Barretos (2), Barueri, Bauru (4), Bom Jesus dos Perdões, Bragança Paulista (2), Braúna, Campina do Monte Alegre, Campinas (3), Capela do Alto (2), Capivari, Carapicuíba, Clementina, Conchas, Cordeirópolis, Cotia, Cunha, Echaporã, Flórida Paulista, Guaíra, Guará, Guarulhos (2), Hortolândia (2), Indaiatuba, Itapeçerica da Serra, Itatiba (2), Jacareí, Jundiaí, Leme, Limeira (3), Lucélia, Marília (2), Martinópolis, Matão, Mirante do Paranapanema (2), Mogi das Cruzes (2), Osasco (3), Osvaldo Cruz, Piacatu, Pilar do Sul, Pindamonhangaba, Piracicaba, Pirassununga (2), Presidente Prudente (2), Promissão, Queluz, Ribeirão Preto, Rio Claro (3), Roseira, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Rosa do Viterbo, Santo Anastácio (2), Santo André (3), Santo Antônio de Posse (2), São Bernardo do Campo (2), São Caetano do Sul, São Carlos, São João da Boa Vista (2), São José do Rio Preto (2), São José dos Campos, São Miguel Arcanjo (2), São Paulo (11), São Pedro, Sertãozinho (2), Sorocaba (2), Sumaré, Suzano (2), Taboão da Serra (2), Taubaté (3), Tupã (2), Valinhos, Valparaíso (2).	128	Distância
75. Universidade Brasil	Descalvado (1 P e 1 EAD), Fernandópolis (P), Santos (EAD), São Paulo (1 P e 1 EAD).	6	Presencial Distância
76. Universidade Braz Cubas – UBC	Bragança Paulista, Caraguatatuba, Cruzeiro, Diadema, Jacareí, Mogi das Cruzes (1 P e 3 EAD), São Paulo (3), Suzano.	13	Presencial Distância
77. Universidade Católica de Santos – UNISANTOS	Santos.	1	Presencial
78. Universidade Católica Dom Bosco - UCDB	Araçatuba, São Paulo.	2	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
79. Universidade Cidade de São Paulo – UNICID	Amparo, Atibaia, Boituva, Caraguatatuba, Cotia, Cravinhos, Cubatão, Diadema, Franco da Rocha, Guaratinguetá, Itanhaém, Itaquaquecetuba, Jundiaí, Leme, Osasco, Piracicaba, Salto de Pirapora, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Rosa de Viterbo, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São José dos Campos, São Paulo (1 P e 16 EAD), Sorocaba, Suzano.	41	Distância
80. Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL	Caraguatatuba, São Paulo (2 P e 4 EAD).	7	Presencial Distância
81. Universidade de Franca – UNIFRAN	Bauru, Bragança Paulista, Campinas, Franca (P), Guarulhos, Mogi Guaçu, Mongaguá, Osasco, Piracicaba, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, São Carlos, São José do Rio Preto, São Paulo, Ubatuba.	17	Presencial Distância
82. Universidade de Marília – UNIMAR	Marília.	1	Presencial
83. Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP	Guarujá, Ribeirão Preto.	2	Presencial
84. Universidade de Santo Amaro – UNISA	Capão Bonito, Caraguatatuba, Diadema, Embu, Fernandópolis, Itapeçerica da Serra, Mogi Guaçu, Praia Grande, Registro, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Paulo (1 P e 2 EAD), São Vicente, Suzano, Tambaú.	17	Distância
85. Universidade de Taubaté – UNITAU	Taubaté.	1	Presencial
86. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Araçatuba, Barueri, Campinas, Itu, Jundiaí, Praia Grande, Ribeirão Preto, São Bernardo do Campo, São José dos Campos, São Paulo, Sorocaba.	11	Distância
87. Universidade do Vale do Paraíba – UNIVAP	Jacareí, São José dos Campos.	2	Presencial
88. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Cotia, Ibiúna, Ourinhos, Santo André, São Paulo (6).	10	Distância
89. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP	Franca.	1	Presencial
90. Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP	Santos.	1	Presencial
91. Universidade Universus Veritas Guarulhos – UNG	Guarulhos, Itaquaquecetuba, São Paulo.	3	Presencial
92. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Bebedouro, Bernardino de Campos, Botucatu, Cajamar, Campinas, Capivari, Carapicuíba, Cotia, Cruzeiro, Franca, Guarulhos, Indaiatuba, Itapira, Jacareí, Jundiaí, Marília, Mococa, Paraguaçu Paulista, Penápolis, Piracicaba, Poá, Pontal, Regente Feijó, Rio Claro, São Bernardo do Campo, São Carlos, São José dos Campos, São Paulo (6), São Vicente, Sertãozinho, Sororro, Sorocaba, Suzano, Taboão da Serra.	39	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
93. Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES	Americana, Andradina, Apiaí, Araraquara, Atibaia, Avaré, Barra Bonita, Bauru, Birigui, Botucatu, Bragança Paulista, Cachoeira Paulista, Cajamar, Campinas, Caraguatatuba, Campo Limpo Paulista, Campos do Jordão, Carapicuíba, Cubatão, Diadema, Dracena, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guarujá, Guarulhos, Iguape, Indaiatuba, Itaí, Itanhaém, Itapetininga, Itapeva, Itapevi, Itápolis, Itaquaquecetuba, Itacaré, Jaborandi, Jacupiranga, Jales, Jaú, Jundiá, José Bonifácio, Juquiá, Lins, Mauá, Mogi Mirim, Mogi das Cruzes, Miracatu, Monte Mor, Osasco, Pedro de Toledo, Peruíbe, Piracicaba, Pirassununga, Porto Ferreira, Praia Grande, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, Santos, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Carlos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Preto, São José dos Campos, São Paulo, São Vicente, Socorro, Sumaré, Sorocaba, Taubão da Serra, Taubaté, Terra Roxa, Vinhedo, Votuporanga.	76	Distância
94. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Apiaí, Araçatuba, Araraquara, Assis, Avaré, Barretos, Bebedouro, Botucatu (2), Bragança Paulista, Caieiras, Campinas, Catanduva, Cubatão, Diadema, Dracena, Guarulhos, Itapetininga, Itapeva, Itu, Jacareí, Jaú, Jundiá (2), Marília (2), Mogi das Cruzes (2), Mogi Guaçu, Ourinhos, Penápolis, Pindamonhangaba, Piracicaba, Ribeirão Preto (3), Santa Bárbara D'Oeste, Santo André (2), São Bernardo do Campo, São Carlos, São José do Rio Preto (2), São José dos Campos, São Paulo (8), São Vicente, Sorocaba (2), Suzano, Taubaté, Votorantim (2), Votuporanga.	60	Distância
95. Universidade Nove de Julho – UNINOVE	São Paulo (5 P)	5	

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
96. Universidade Paulista – UNIP	Adamantina, Aguai, Águas de Lindóia, Agudos, Altinópolis, Álvares Machado, Americana (2), Amparo, Andradina, Aparecida, Araçatuba (2), Araraquara (2), Araras, Artur Nogueira, Arujá, Assis (2), Atibaia, Barra Bonita, Barretos, Batatais, Bauru (2), Bebedouro, Bertioga, Birigui, Biritiba-Mirim, Bocaina, Boituva, Bom Jesus dos Perdões, Botucatu, Bragança Paulista, Brotas, Buritama, Caçapava, Cachoeira Paulista, Caconde, Campinas (3), Campos do Jordão, Cândido Mota, Caraguatatuba, Carapicuíba, Casa Branca, Catanduva, Cerquilha, Charqueada, Cosmópolis, Cotia, Cruzeiro, Diadema, Engenheiro Coelho, Fernandópolis, Ferraz de Vasconcelos, Franca, Garça, General Salgado, Guaíra, Guararema, Guaratinguetá, Guarujá, Guarulhos, Hortolândia, Ibaté, Ibatinga, Ibiúna, Iguape, Ilabela, Ilha Solteira, Indaiatuba, Itaberá, Itajobi, Itanhaém, Itapetininga, Itapeva, Itapira (2), Itaporanga, Itaquaquecetuba, Itatiba, Ituverava, Jaboticabal, Jacaré, Jaguariúna, Jardinópolis, Jaú, Joanópolis, Jundiá, Leme, Lençóis Paulista, Limeira (2), Lins, Lorena, Mairiporã, Marília, Matão, Mauá, Miguelópolis, Mirassol, Mogi das Cruzes, Mogi Guaçu, Moji Mirim, Monte Alto, Monte Mor, Morro Agudo, Nazaré Paulista, Nhandeara, Nova Odessa, Olímpia, Orlândia, Osasco, Ourinhos, Palmital, Paraguaçu Paulista, Paranapanema, Paulínia, Pederneiras, Pedra Bela, Pedreira, Penápolis, Peruíbe, Pilar do Sul, Pindamonhangaba, Pinhalzinho, Piracicaba, Piraju, Pirajuí, Pirassununga, Porto Ferreira, Potirendaba, Praia Grande, Presidente Prudente, Promissão, Rancharia, Regente Feijó, Registro, Ribeirão Bonito, Ribeirão Corrente, Ribeirão Pires, Ribeirão Preto (2), Rio Claro, Rio das Pedras, Salto, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Cruz da Esperança, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Cruz do Rio Pardo, Santa Fé do Sul, Santana de Parnaíba (2), Santa Rita do Passa Quatro, Santo André, Santos (2), São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Carlos, São João da Boa Vista, São Joaquim da Barra, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto (2), São José dos Campos (2), São Manuel, São Paulo (23 EAD), São Pedro, São Roque, São Sebastião, São Sebastião da Gramma, São Vicente, Serra Azul, Serrana, Serra Negra, Sertãozinho, Socorro, Sorocaba (2), Sumaré, Suzano, Tabatinga, Taboão da Serra, Tambaú, Tanabi, Tapiratiba, Taquaritinga, Tatuí, Taubaté (2), Tupã, Tupi Paulista, Urupês, Valinhos, Vargem Grande Paulista, Várzea Paulista, Vinhedo, Viradouro.	186	Distância
97. Universidade Potiguar – UNP	Osasco, Santos.	2	Distância
98. Universidade São Francisco – USF	São Paulo.	1	Presencial
TOTAL		964	

REGIAO SUL**ESTADO: PARANÁ**

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário Autônomo do Brasil	Curitiba.	1	Presencial
2. Centro Universitário Campos de Andrade – UNIANDRADE	Curitiba (2), Maringá, Ponta Grossa.	4	Distância
3. Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR	Curitiba.	1	Distância
4. Centro Universitário da Grande Dourado – UNIGRAN	Assis Chateaubriand.	1	Distância
5. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Apucarana, Arapongas, Astorga, Barbosa Ferraz, Campo Mourão, Cascavel, Cornélio Procopio, Curitiba (3), Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Iguatu, Jaguariúna, Goioerê, Guarapuava, Londrina, Maringá (1 P e 3 EAD), Medianeira, Paranaguá, Pato Branco, Pinhais, Ponta Grossa, Porecatu, Ribeirão do Pinhal, Roncador, Santa Fe, São José dos Pinhais, Sarandi, Terra Rica, União da Vitória.	34	Presencial Distância
6. Centro Universitário Filadélfia – UNIFIL	Londrina.	1	Distância
7. Centro Universitário Ingá	Maringá.	1	Presencial
8. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Altônia, Antonina, Apucarana, Arapoti, Araucária, Astorga, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Campo Mourão, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Cascavel (2), Castro, Chopinzinho, Curitiba (1 P e 10 EAD), Dois Vizinhos, Faxinal, Fazenda Rio Grande, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Goioerê, Guaíra, Guarapuava, Guaraqueçaba, Guaratuba, Ibaiti, Iporã, Irati, Iretama, Ivaiporã, Jacarezinho, Jaguariaíva, Lapa, Laranjeiras do Sul, Lobato, Londrina, Mandirituba, Maringá, Matinhos, Medianeira, Nova Londrina, Palmeira, Palmital, Palotina, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Piên, Piraquara, Ponta Grossa, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu, Quitandinha, Realeza, Rio Branco do Sul, Rio Negro, Santa Helena, Santa Terezinha do Itaipu, Santo Antônio do Sudoeste, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, São Pedro do Ivaí, Telêmaco Borba, Terra Boa, Toledo, Ubitatã, Umuarama, União da Vitória, Verê.	82	Distância
9. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Cafelândia, Curitiba (2), Maringá (2).	5	Distância
10. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Curitiba, Foz do Iguaçu.	2	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
11. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina.	4	Distância
12. Faculdade de Cascavel	Cascavel.	1	Presencial
13. Faculdade Centro Oeste – FACEOPAR	Laranjeiras do Sul.	1	Presencial
14. Faculdade CESUMAR	Curitiba.	1	Presencial
15. Faculdade de Ampére – FAMPER	Ampére.	1	Presencial
16. Faculdade de Ibaiti – FEATI	Ibaiti.	1	Presencial
17. Faculdade de Educação Superior do Paraná – FESPPR	Curitiba.	1	Presencial
18. Faculdade de Ensino Superior do Centro do Paraná – UCP	Pitanga.	1	Presencial
19. Faculdade de Ibaiti	Ibaiti.	1	Presencial
20. Faculdade de Nova Esperança	Nova Esperança.	1	Presencial
21. Faculdade de Pinhais – FAPI	Pinhais.	1	Presencial
22. Faculdade de Tecnologia de Curitiba – FATEC-PR	Curitiba.	1	Presencial
23. Faculdade Educacional de Medianeira – FACEMED	Medianeira.	1	Presencial
24. Faculdade Guairacá – FAG	Guarapuava.	1	Presencial
25. Faculdade Metropolitana de Maringá	Maringá.	1	Presencial
26. Faculdade Padre João Bagozzi – Faculdade Bagozzi	Curitiba.	1	Presencial
27. Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu	União da Vitória.	1	Presencial
28. Faculdades Itecne de Cascavel – ITECNE	Cascavel.	1	Presencial
29. Faculdade União das Américas	Foz do Iguaçu.	1	Presencial
30. Faculdade União de Campo Mourão	Campo Mourão.	1	Presencial
31. Faculdade Unilagos – Unilagos	Mangueirinha.	1	Presencial
32. Instituto de Ensino Superior de Foz do Iguaçu – IESFI	Foz do Iguaçu.	1	Presencial
33. Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR	Curitiba.	1	Presencial
34. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Abatiá, Arapongas, Castro, Curitiba, Foz do Iguaçu, Guaíra, Icaraíma, Londrina, Maringá, Palmas, Telêmaco Borba, Umuarama.	13	Distância
35. Universidade Braz Cubas – UBC	Araucária, Curitiba (2), São José dos Pinhais.	4	Distância
36. Universidade Cruzeiro do Sul – UNICSUL	Londrina.	5	Distância
37. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Ponta Grossa.	4	Distância
38. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Cascavel, Curitiba, São José dos Pinhais, Umuarama.	4	Distância
39. Universidade Estadual de Londrina – UEL	Londrina.	1	Presencial
40. Universidade Estadual de Maringá – UEM	Ivaiporã.	1	Presencial
41. Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG	Ponta Grossa.	1	Presencial
42. Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO	Guarapuava.	1	Presencial

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
43. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE	Francisco Beltrão, Toledo.	2	Presencial
44. Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR	Apucarana, Paranaíba.	2	Presencial
45. Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA	Foz do Iguaçu.	1	Presencial
46. Universidade Federal do Paraná – UFPR	Matinhos.	1	Presencial
47. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Cambé, Cascavel, Curitiba, Guarapuava, Guaratuba, Imbituva, Jandaia do Sul, Maringá, Pato Branco, São José dos Pinhais.	10	Distância
48. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Arapongas, Assaí, Bandeirantes, Campo Mourão (2), Cascavel (2), Corbélia, Cornélio Procópio (2), Curitiba (3), Foz do Iguaçu (2), Francisco Beltrão (3), Guarapuava, Ibaiti, Ivaiporã, Loanda, Londrina (4), Manoel Ribas, Maringá, Matinhos, Paranaíba (2), Rio Negro, Rosário do Ivaí, São José dos Pinhais, São Mateus do Sul, Toledo, Umuarama (3), Wenceslau Braz.	40	Distância
49. Universidade Paranaense – UNIPAR	Francisco Beltrão, Umuarama.	2	Presencial
50. Universidade Paulista – UNIP	Almirante Tamandaré, Altônia, Apucarana, Assis Chateaubriand, Bela Vista do Paraíso, Campo Largo, Campo Mourão, Cascavel, Colombo, Curitiba (3), Foz do Iguaçu (2), Goioerê, Guaíra, Guarapuava, Itaipulândia, Ivaiporã, Londrina, Marechal Cândido Rondon, Maringá, Medianeira, Oeste Tubarão, Palotina, Pinhais, Ponta Grossa, São José (2), São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo.	32	Distância
TOTAL		282	

ESTADO: RIO GRANDE DO SUL

INSTITUIÇÕES	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
1. Centro Universitário Claretiano – CEUCLAR	Pelotas.	1	Distância
2. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Alvorada, Bagé, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Pelotas, Porto Alegre (4), Rio Grande, Santa Maria, São Leopoldo, Tramandaí.	4	Distância
3. Centro Universitário Franciscano – UNIFRA	Santa Maria.	1	Presencial
4. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Arroio do Tigre, Bagé, Bento Gonçalves, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Campo Novo, Canoas, Carazinho, Caxias do Sul, Erechim, Espumoso, Gravataí, Guaíba, Ijuí, Imbé, Itaqui, Lajeado, Montenegro, Nonoai, Novo Hamburgo, Palmeira das Missões, Panambi, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Porto Xavier, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santiago, Santo Ângelo, São Borja, São Gabriel, São Leopoldo, São Luiz Gonzaga, São Sepé, Três Passos, Uruguaiana, Vacaria, Venâncio Aires, Viamão.	42	Distância
5. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Caxias do Sul, Camaquã, Capão da Canoa, Erval Seco (2), Guaíba, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Porto Alegre (3), São Paulo das Missões.	15	Distância
6. Centro Universitário Metodista – IPA	Porto Alegre.	1	Presencial
7. Centro Universitário Planalto do Distrito Federal – UNIPLAN	Rio Grande.	1	Distância
8. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	Bento Gonçalves, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria.	4	Distância
9. Faculdade Anhanguera de Caxias do Sul – FACS	Caxias do Sul.	1	Presencial
10. Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul – FADERGS (Centro Universitário FADERGS)	Porto Alegre.	1	Presencial
11. Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul – FISUL	Garibaldi.	1	Presencial (Em desativação/ Extinção voluntária)
12. Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre – FDB	Porto Alegre.	1	Presencial
13. Faculdade ECOAR – FAECO	Passo Fundo.	1	Presencial
14. Faculdades Integradas Machado de Assis – FEMA	Santa Rosa.	1	Presencial (Em extinção)

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
15. Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA	São Borja.	1	Presencial
16. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS	Porto Alegre.	1	Presencial
17. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Bagé, Caxias do Sul, Erechim, Faxinal do Soturno, Gravataí, Ijuí, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Bárbara do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Borja, São Pedro do Sul, Taquara, Uruguaiana,	19	Distância
18. Universidade Católica de Pelotas – UCPEL	Pelotas.	1	Presencial
19. Universidade Católica Dom Bosco – UCDB	Porto Alegre.	1	Distância
20. Universidade de Caxias do Sul – UCS	Caxias do Sul, Vacaria.	2	Presencial
21. Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ	Cruz Alta.	1	Presencial
22. Universidade de Passo Fundo – UPF	Passo Fundo.	1	Presencial
23. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC	Santa Cruz do Sul.	1	Presencial
24. Universidade de Santo Amaro – UNISA	Santa Maria.	1	Distância
25. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Passo Fundo, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, Santiago, Santo Ângelo, São Borja, São Leopoldo, Sapucaia do Sul.	14	Distância
26. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS	São Leopoldo.	1	Presencial
27. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Porto Alegre (2), Santa Rosa	3	Distância
28. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM	Santa Maria.	1	Presencial
29. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS	Porto Alegre.	1	Presencial
30. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Cachoeira do Sul, Canela, Canoas, Carazinho, Erechim, Gravataí, Guaíba, Lajeado, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre (2), Santa Maria, Santiago, São Jerônimo, Torres.	16	Distância
31. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Alegrete, Butiá, Cacequi (2), Camaquã, Canguçu, Canoas, Carazinho, Caxias do Sul, Crissiumal, Cruz Alta, Erechim, Frederico Westphalen, Gramado, Guaíba, Ibirubá, Ijuí, Lagoa Vermelha, Lajeado, Liberato Salzano (2), Morro Redondo, Passo Fundo, Pelotas, Portão (2), Rio Grande, Rosário do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, Santiago, São Lourenço do Sul, São Luiz Gonzaga, Três de Maio, Três Passos, Tupanciretã, Uruguaiana, Vacaria (2), Veranópolis.	42	Distância

INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIOS	CÂMPUS/ PÓLOS	MODALIDADE
32. Universidade Paulista – UNIP	Alvorada, Bagé, Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Canoas, Cruz Alta, Erechim, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santa Rosa, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Três Passos, Uruguai, Viamão.	23	Distância
33. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI	Ijuí.	1	Presencial (em extinção)
34. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – URI	Frederico Westphalen, São Luiz Gonzaga.	2	Presencial
35. Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO	Passo Fundo, Uruguai.	2	Presencial Distância
TOTAL		210	

ESTADO: SANTA CATARINA

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	MUNICÍPIO	CÂMPUS/ POLÓS	MODALIDADE
1. Centro Universitário – Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul – Católica em Jaraguá	Jaraguá do Sul, Joinville.	2	Distância
2. Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN	Florianópolis, Taió.	2	Distância
3. Centro Universitário de Maringá – UNICESUMAR	Balneário Camburiú, Blumenau, Brusque, Chapecó, Criciúma, Florianópolis (2), Imbituba, Itajaí (2), Ituporanga, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, São Bento do Sul, Xanxerê.	16	Distância
4. Centro Universitário Estácio de Santa Catarina	São José.	1	Distância
5. Centro Universitário FACVEST	Joinville, Lages, Palhoça, Tubarão.	4	Distância
6. Centro Universitário Internacional – UNINTER	Balneário Camburiú, Blumenau, Brusque, Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Catanduvas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Florianópolis (2), Garuva, Herval D'Oeste, Irani, Itajaí, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Navegantes, Palma Sola, Palmitos, Rio do Sul, Rio Negrinho, São Francisco do Sul, São José, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Saudades, Sombrio, Tubarão, Videira, Xanxerê.	35	Distância

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	MUNICÍPIO	CÂMPUS/ POLÓS	MODALIDADE
7. Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI	Balneário Camburiú, Blumenau, Brusque (2), Canoinhas, Capivari de Baixo, Criciúma, Florianópolis (2), Guaramirim (2), Herval D'Oeste (2), Imbituba, Indaial (1 P e 1 EAD), Itapiranga, Ituporanga, Joinville, Lages, Palhoça, Pinhalzinho, Rio do Sul, São José, São Bento do Sul, Santo Antônio da Imperatriz, Xaxim.	27	Presencial Distância
8. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto	Criciúma, Florianópolis, Joinville, Xanxerê.	4	Distância
9. Escola Superior de Educação Corporativa – ESEC	São José.	1	Presencial
10. Faculdade Concórdia – FACC	Concórdia.	1	Presencial
11. Faculdade Metropolitana de Blumenau – FAMEBLU	Blumenau.	1	Presencial
12. Faculdade União Bandeirante – FUBSJ	São José.	1	Presencial
13. Instituto de Ensino Superior da Grande Florianópolis – IESGF	São José.	1	Presencial
14. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP	Caçador.	1	Presencial
15. Universidade Anhanguera – UNIDERP	Criciúma, Jaraguá do Sul, Joinville.	3	Distância
16. Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ	Chapecó.	1	Presencial
17. Universidade do Contestado – UNC	Canoinhas.	1	Presencial
18. Universidade do Oeste de Santa Catarina – UNOESC	Capinzal (2, sendo que 1 está em extinção)), São Miguel do Oeste (em extinção).	3	
19. Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC	Lages.	1	Presencial
20. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL	Araranguá, Braço do Norte, Chapecó, Içara, Joinville, Lages, Palhoça (1 P e 1 EAD), São Miguel do Oeste, Tubarão.	10	Distância
21. Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI	Balneário Camburiú, Balneário Piçarras, Biguaçu, Florianópolis, Itajaí, São José, Tijucas.	7	Distância (Curso em extinção)
22. Universidade Estácio de Sá – UNESA	Florianópolis.	1	Distância
23. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC	Florianópolis.	1	Presencial
24. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA	Chapecó, Florianópolis.	2	Distância
25. Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES	Braço do Norte.	1	Distância
26. Universidade Norte do Paraná – UNOPAR	Araranguá, Caçador, Campos Novos, Chapecó, Concórdia, Florianópolis, Fraiburgo, Itajaí, Joinville, Maravilha, Palhoça, Quilombo, Rio do Sul, São Bento do Sul, São Carlos, São Lourenço do Oeste, Tubarão, Xaxim.	18	Distância

INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR	MUNICÍPIO	CÂMPUS/ POLÓS	MODALIDADE
27. Universidade Paulista – UNIP	Balneário Camburiú, Blumenau, Brusque, Caçador, Campos Novos, Chapecó, Criciúma, Florianópolis, Jaraguá do Sul, Lages, Laguna, São Bento do Sul, São José (2), São Miguel do Oeste, Tubarão.	16	Distância
28. Universidade Regional de Blumenau – FURB	Blumenau.	1	Presencial
29. Universidade Salvador – UNIFACS	Blumenau.	1	Presencial Distância
TOTAL		164	

Fonte: Elaborado por Letícia Terra Pereira com base em informações extraídas do e-MEC (2016-2017).

ANEXOS

ANEXO A - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A particularidade do/a assistente social na condição docente

Pesquisador: Letícia Terra Pereira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 78515417.0.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.381.434

Apresentação do Projeto:

Objetivamente definidas todas as etapas do projeto.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivos claros e realizáveis.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Estão definidos com clareza.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão de acordo

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

A coordenadora aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Endereço: Av. Eufasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comitefica@franca.unesp.br

**UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA**



Continuação do Parecer: 2.381.434

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_408044.pdf	08/11/2017 00:07:06		Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevista.pdf	08/11/2017 00:06:13	Leticia Terra Pereira	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Leticia.pdf	08/11/2017 00:03:45	Leticia Terra Pereira	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.docx	05/10/2017 09:00:40	Leticia Terra Pereira	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_L.pdf	05/10/2017 08:57:33	Leticia Terra Pereira	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 14 de Novembro de 2017

**Assinado por:
Ana Cristina Nassif Soares
(Coordenador)**

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br